

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

**POLÍTICAS AGRÍCOLAS E AMBIENTAIS NO
BAIXO E MÉDIO PURUS - AM**

ELIANA APARECIDA DO NASCIMENTO NODA

MANAUS
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

ELIANA APARECIDA DO NASCIMENTO NODA

**POLÍTICAS AGRÍCOLAS E AMBIENTAIS NO
BAIXO E MÉDIO PURUS - AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração em Serviços Ambientais e Recursos Naturais.

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Viviana Waichman

MANAUS
2008

ELIANA APARECIDA DO NASCIMENTO NODA

**POLÍTICAS AGRÍCOLAS E AMBIENTAIS NO
BAIXO E MÉDIO PURUS - AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração em Serviços Ambientais e Recursos Naturais.

Aprovada em 28 de novembro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andrea Viviana Waichman
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Elisabete Brocki
Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski
Universidade Federal do Amazonas

Dedico este trabalho para Hiroshi e Sandra, meus pais amados, Gabriella, filha exemplar, Frank, esposo querido, que sempre comungaram a vida e o trabalho, o meu reconhecimento. A Andréa, minha orientadora, pela oportunidade de conhecer uma das regiões riquíssimas em biodiversidade e sociodiversidade e que precisa continuar a ser conservada e preservada, a região do rio Purus.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus;

Aos meus pais, Hiroshi e Sandra, agradeço pela oportunidade estar aonde cheguei, e também, onde encontrei inspiração para escrever este trabalho;

À memória aos meus avôs paternos (Hioshimasa e Mathsu) e meu avô materno (Antonio Portela) que descansam em paz, agradeço por todos os momentos felizes de minha infância com eles;

Aos professores: Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski, Profa. Dra. Elisabete Brocki, Prof. Dr. Cezar Honorato, Prof. Dr. Neliton da Silva, Prof. Dr. Luís Augusto Gomes por suas sugestões engrandecedoras para a melhoria deste trabalho e a Profa. Dra. Andréa pelo incentivo desde o início da minha jornada científica acadêmica;

Aos meus amigos, colegas e parceiros, por seus esforços nas atividades em campo e colaboração: Franci, Renata, Paola, Eduardo e Alberto;

Aos meus amigos e colegas, aos quais me incentivaram nessa investida, pela admiração e amizade que tenho: Marcelo, Márcia, Cecília, Jucélia, Silvinha, Ivanilce, Dirceu, Fidel e Emídio;

Ao meu esposo, pelo forte apoio que me deu desde o início até nesses últimos meses de correria;

Aos agricultores familiares e os agentes públicos do governo local, que dispuseram sobre o conhecimento da realidade da região estudada;

À tripulação do barco Miss Bebel, pelo apoio na logística de navegação ao longo da calha do rio Purus;

À Fapeam, pelo incentivo através de recursos financeiros para a realização deste trabalho;

E à coordenação do Curso de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPG/CASA), da Universidade Federal do Amazonas, pela oportunidade e contribuição para minha qualificação profissional.

AGRADEÇO

Querido Jesus, “precisas ver o que temos feito com esta Terra, na qual teu Pai criou vida – e vida inteligente!

Nossa ambição de lucro polui rios e mares, queima florestas, exaure solo, resseca mananciais, extingue espécies marítimas, aéreas e terrestres, altera os ciclos das estações e envenena a atmosfera.

Gaia se vinga, cancerizando-nos, reduzindo as defesas de nosso organismo, castigando-nos com a fúria de seus tornados, tufões, furacões, terremotos, com o frio e calor intensos”.

Frei Betto

Folha de São Paulo, 24.12.1998. cad. 1, p.3.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo examinar a relação entre políticas agrícolas e ambientais nas microrregiões do Baixo e Médio Purus no Estado do Amazonas. Utilizou-se o método do Estudo de Caso e técnicas de entrevistas com os agentes de governo e os agricultores familiares. Foram caracterizadas as organizações sociais, econômicas e ambientais, assim como, os sistemas de produção adotados pela agricultura familiar. Foram avaliados os níveis de contribuição da realidade local à elaboração de políticas de desenvolvimento rural e na integração entre as políticas ambientais e agrícolas. As comunidades locais sofrem o impacto imediato da criação das áreas protegidas devido a não-resolução de conflitos sociais e ambientais. Quando existe, os conselhos do desenvolvimento rural e a assistência técnica não funcionam adequadamente. O mercado da produção é precário. Neste contexto, foi observada completa desvinculação entre as políticas agrícolas e ambientais das reais necessidades das comunidades rurais locais. Frequentemente as políticas são contraditórias em seus objetivos. Os objetivos principais da política ambiental são promover a conservação e o uso sustentável. Por outro lado, os objetivos da política agrícola são buscar a auto-suficiência de alimentos e a elevação do nível de renda dos agricultores familiares. Assim, é necessário que exista a participação efetiva dos agricultores familiares no processo de criação das áreas protegidas e na elaboração de propostas das políticas agrícolas para alcançar o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-Chave: Agricultura familiar, Política Agrícola, Política Ambiental, Gestão Ambiental.

ABSTRACT

This study aimed to examine the interface between agricultural and environmental policies in microregions of the Baixo e Médio Purus in the state of Amazonas. It were used Case Study method and interviews techniques with government agents and familiar agriculturists. It were characterized the social, economic and environmental organizations, as well as, the production systems adopted by familiar agriculture. It were estimated the levels of contribution of the local reality to the elaboration of public rural development policies and in the integration between the environmental and agricultural policies. The local communities suffer the immediate impact of the creation of protected areas due to non-resolution of social and environmental conflicts. When exists, the rural development councils and technical assistance do not work properly. The marketing of the production is weak. In this context, it was observed complete decoupling between agricultural policies and environmental needs of local rural communities. Often the policies are contradictory in their objectives. The main environmental policy objectives are to promote conservation and sustainable use. In the other hand, the objectives of agricultural policy are seeking self-sufficiency of food and raising the level of income of familiar agriculturists. Thus, there must be the effective participation of familiar agriculturists in the process of creating protected areas and elaboration of agricultural policies proposals of to achieve sustainable rural development.

Word-Key: Familiar agriculture, agricultural policy, environmental policy, environmental Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização geográfica da bacia do rio Purus, no Estado do Amazonas.....	21
Figura 2. Localização dos municípios pesquisados no rio Purus, no Estado do Amazonas. ...	22
Figura 3. Esquema do Método de estudo de caso: Estudo de Múltiplos Casos.	25
Figura 4. Localização das comunidades estudadas entre os municípios de Beruri e Tapauá, AM.....	30
Figura 5. Localização das comunidades entre os municípios de Canutama e Lábrea, AM.	31
Figura 6. Localização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus no município de Beruri, AM	41
Figura 7. Mapa da Blindagem Ecológica da BR – 319 e do Sul da Amazonas.	48

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1. Resultados da variação do crescimento populacional e linha de tendência nos municípios da região do baixo e médio Purus, AM.....57
- Gráfico 2. Percentual dos membros da família dos agricultores entrevistados por faixa etária nas comunidades estudadas da calha do rio Purus/baixo Purus, AM.....61
- Gráfico 3. Percentagem de agricultores familiares por nível escolar no baixo e médio Purus, AM.....63
- Gráfico 4. Principais produtos não madeireiros citados pelos chefes de família de agricultores utilizados para consumo e venda, no baixo e médio Purus, AM.....79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Visitas e entrevistas realizadas com os agentes institucionais nos municípios de Beruri e Lábrea, na região do rio Purus, AM, 2007.	29
Quadro 2. Instituições presentes (P), ausentes (A) ou semi-presentes (S/P) nos municípios de Beruri e Lábrea, na região do rio Purus, AM.	34
Quadro 3. Relação de projetos, programas e ações desenvolvidas na região do município de Beruri, AM.	40
Quadro 4. Relação das organizações formais existentes na região do município de Beruri, AM.	43
Quadro 5. Relação de projetos, programas e ações desenvolvidas na região do município de Lábrea, AM.	50
Quadro 6. Relações das organizações formais e informais existentes no município de Lábrea, AM.	53
Quadro 7. Calendário Agrícola das atividades desenvolvidas durante o ano em acordo com regime hidrológico e os habitats utilizados pelos agricultores entrevistados do baixo e médio Purus, AM.	71
Quadro 8. Informações gerais das comunidades pesquisadas de Beruri e Lábrea, AM.	81
Quadro 9. Entrevistas com lideranças comunitárias a respeito do atendimento técnico oferecido pelo IDAM, em Beruri e Lábrea, AM.	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Indicadores demográficos dos municípios de Beruri, Tapauá, Canutama e Lábrea, AM.....	56
Tabela 2. Distribuição das diferentes atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores das comunidades estudadas da calha do rio Purus/baixo Purus, AM.....	66
Tabela 3. Percentual das atividades econômicas desenvolvidas para consumo e venda através dos agricultores entrevistados nas microrregiões do Baixo e Médio Purus, AM.....	67
Tabela 4. Relação das espécies arbustivas e herbáceas cultivadas nas comunidades estudadas do baixo e médio Purus, AM.....	68
Tabela 5. Percentual dos agricultores familiares que recebem assistência técnica no baixo e médio Purus, AM.....	72
Tabela 7. Frequência relativa dos animais silvestres utilizados pelos agricultores familiares entrevistados no baixo e médio Purus, AM.....	74
Tabela 8. Relação das espécies arbóreas utilizadas nas áreas de florestas pelos agricultores familiares pesquisados nos municípios de Beruri, Tapauá, Canutama e Lábrea, AM.	79
Tabela 9. Principais produtos não madeireiros utilizados pelos agricultores familiares para consumo e venda, no baixo e médio Purus, AM.	80
Tabela 10. Percentual da participação dos agricultores em projetos, programas e ações desenvolvidos nas comunidades Lírio do Vale e São Francisco do município de Beruri, AM.	90
Tabela 11. Correlação das respostas obtidas sobre o significado do crédito rural com os agricultores das 4 comunidades pesquisadas no baixo e médio Purus, AM	99

LISTA DE SIGLAS

- ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural
- APPs – Áreas de Preservação Permanente
- APEMOL – Associação dos Pequenos Moveleiros do Município de Lábrea
- ASPACS – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade do Sardinha
- ASPAC-JG – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Jose Gonçalves
- AVINA – Ação Vida e Natureza
- AICs – Ação Itinerante de Créditos
- ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável
- AFLORAM – Agência de Floresta do Estado do Amazonas
- AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas
- BB – Banco do Brasil
- BASA – Banco da Amazônia
- CODESAV – Comissão de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
- CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CEAM – Centrais Elétricas do Amazonas
- CDH – Conselho de Desenvolvimento Humano
- COOPEMA – Cooperativa Mista Agroextrativista
- CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras
- FJP – Fundação João Pinheiro
- FLONA – Floresta Nacional
- FLOEST – Floresta Estadual
- GTZ – Deutsche Gesel fur Technische Zusammenarbeit (Cooperação Técnica Alemã)
- IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
- INPE- Instituto de Pesquisas Espaciais
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDH – M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IN/SDS – Instrução Normativa/Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MME – Ministério de Minas e Energia
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONG – Organização não Governamental
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PA – Projeto de Assentamento
PAE – Projeto de Assentamento Extrativista
PBF – Programa Bolsa Família
PROCERA – Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PARNA – Parque Nacional
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO – Reserva Biológica
RESEX – Reserva Agroextrativista
REATA – Rede de Agricultores Tradicionais da Amazônia
RL – Reserva Legal
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI – Terra Indígena
TQ – Terra de Quilombola
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UCs – Unidades de Conservação
UFAM – Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
O Tema da Pesquisa.....	17
Justificativa do Tema.....	18
1 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	21
1.1 Área de Estudo.....	21
1.2 Processo metodológico.....	24
2 Identificação das Políticas Agrícolas e Ambientais atuantes nos municípios de Beruri e Lábrea, AM.	33
2.1 Políticas Agrícolas e Ambientais no município de Beruri.....	33
2.2 Políticas Agrícolas e Ambientais no município de Lábrea.....	45
3 Caracterização Socioeconômica das Comunidades dos Municípios: Beruri, Tapauá, Canutama e Lábrea, AM	56
3.1 Aspectos Sociais e Demográficos	56
3.2 Aspectos Fundiários	64
3.3 Atividades Econômicas.....	65
3.4 Características Gerais das Comunidades Rurais da Calha do Purus nos municípios: Beruri e Lábrea, AM.	81
3.4.1 Comunidades Lírio do Vale e São Francisco (Beruri).....	82
3.4.2 Comunidades Terra Firme do Pacιά e Jose Gonçalves (Lábrea).....	85
4 Impactos das Políticas Agrícolas e Ambientais nas Comunidades rurais de Beruri e Lábrea, AM	89
4.1 Política Agrícola nas comunidades de Beruri e Lábrea.....	89
4.1.1 Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER (Beruri e Lábrea).....	92
4.1.2 Programa de Distribuição de Sementes (Beruri e Lábrea).....	94
4.1.3 Programa da Subvenção da Malva (Beruri).....	95
4.1.4 Crédito Rural - Ação de Crédito Afeam e Pronaf (Beruri e Lábrea).....	97
4.1.5 Programa de Vacinação contra a Febre-Aftosa (Beruri e Lábrea).....	100
4.1.6 Programa da Subvenção da Borracha (Lábrea).....	101
4.1.7 Capacitação de Boas práticas de Manejo de Produtos não-madeireiros.....	104
4.2 Política Ambiental nas comunidades de Beruri e Lábrea.....	108
4.2.1 Implantação da RDS Piagaçu-Purus no Baixo Purus e Propostas da Criação de um Mosaico de UCs no Médio Purus.	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICE	129

INTRODUÇÃO

O Tema da Pesquisa

Observa-se que, nos últimos 30 anos, a expansão da fronteira econômica, a demanda por alimentos e a necessidade da incorporação da Amazônia no modelo econômico nacional propiciaram a criação e implementação de políticas públicas de uso dos recursos naturais da região por meio do incentivo às atividades agropecuárias, extrativas e obras de infra-estrutura, contribuindo para o aumento das taxas de desmatamento, comprometendo a renovabilidade dos recursos naturais, a saúde dos recursos hídricos, a conservação dos ecossistemas geradores desta riqueza e a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Ao mesmo tempo, cresce nos últimos anos, a discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro, a qual vem ganhando força pelos debates sobre o desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local.

De acordo com o Incra (2000), no Brasil, o número total de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar representam 85,2%. O mesmo estudo mostra que a região Norte possui 85,4% do total de estabelecimentos rurais correspondentes à agricultura familiar. Embora a agricultura familiar apresente menor extensão de terras e menor acesso ao crédito, a produtividade destas propriedades é maior do que as da agricultura patronal.

No entanto, a sustentabilidade e a diversificação das alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil vêm passando por transformações (econômicas, tecnológicas, sociológicas, culturais e ecológicas) e adaptações para as sociedades contemporâneas, tanto no centro como na periferia do sistema global (TEDESCO, 2001).

Na Amazônia, a agricultura familiar apresenta diferentes características inter e intra-regionais que necessitam ser consideradas na formulação e implementação das políticas

públicas. Além do que, uma das principais características desta agricultura é o processo produtivo, além de ser mais produtivo e economicamente viável, assegura melhor a preservação e a conservação ambiental. Segundo Tedesco (2001), esta categoria pode ser referida como uma unidade de produção assentada na mão-de-obra-familiar (composta por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento), onde família, propriedade e trabalho estão intimamente ligados.

Justificativa do Tema

Observa-se que os recursos naturais, em geral, vêm sendo manejados de forma não sistemática e desvinculados dos ecossistemas associados e de sua dinâmica, sem considerar critérios de sustentabilidade ecológica, econômica e social desta exploração. Assim conforme Becker (2004) se estabeleceu um conflito entre as políticas de desenvolvimento e as políticas ambientais para a região.

A bacia do rio Purus, localizada dentro deste espaço, já começa a sentir os impactos do avanço da frente de expansão agrpecuária. Trata-se de uma bacia que reúne uma série de características interessantes aos estudos de dinâmica espacial e avaliação do impacto antrópico sobre o ecossistema natural: é uma área transfronteiriça; possui boa parte de seus ambientes naturais conservados; possui um mosaico de unidades de conservação abrangente; vem sofrendo investimentos da expansão de fronteira agrícola, a partir da região do alto Purus (Estado do Acre, principalmente); está na área de influência de importantes projetos de infraestrutura na Amazônia.

Estas características, associadas ao grande número de habitats naturais atribuem à bacia do Purus uma grande importância ambiental. Além disso, ainda que haja uma pressão de ocupação da fronteira econômica, o grau de conservação dos ambientes naturais da bacia é relativamente alto. É possível encontrar, na calha do Purus, comunidades sobrevivendo da

agricultura familiar, porém, esta forma de agricultura encontra-se ameaçada pelo avanço da fronteira econômica.

A criação de unidades de conservação, a legislação ambiental existente e os modelos de uso e gestão dos recursos naturais que vêm sendo implementados pelos órgãos governamentais, não têm sido efetivos na prevenção do desmatamento e a degradação ambiental na Amazônia, como demonstrado pelas crescentes taxas de desmatamento (LAURENCE *et al.*, 2001).

A política ambiental, através de sua forma de implantação, vem gerando conflitos entre o poder público e organização da sociedade civil. Já as políticas de fomento à produção agropecuária têm incentivado a adoção de modalidades de manejo de recursos naturais de várzea, desvinculados dos ecossistemas associados e de sua dinâmica, sem considerar critérios de sustentabilidade ecológica, econômica e social.

Em geral essas iniciativas e seus instrumentos de ações carecem de uma análise mais aprofundada das especificidades locais e regionais, de forma a incorporar desde os fatores socioculturais até as funções ambientais de forma integrada entre as políticas ambientais e agrícolas, a fim tornar a gestão sustentável, e não um mero arranjo institucional.

A integração entre as políticas agrícolas e ambientais depende da capacidade de composição de interesses que contrapõem, de um lado, a sociedade com sua visão de longo prazo e, de outro, indivíduos, grupos ou setores da economia, que anseiam por resultados imediatos, (BECKER, 2004). Esta integração está ligada à preocupação atual de buscar uma relação harmônica entre as políticas ambientais e agrícolas e a satisfação das necessidades humanas no mundo rural.

Portanto, este projeto propõe o diagnóstico e entendimento da potencialidade ou fragilidade das políticas públicas destinadas à agricultura e à proteção ambiental

implementadas na região amazônica, especificamente na calha do rio Purus, que podem interferir no modo de vida dos agricultores familiares daquela região.

Considerando este contexto, objetivou-se no estudo, analisar a implementação das políticas públicas ambientais e agrícolas e como elas estão influenciando na agricultura familiar da calha do rio Purus, AM.

Na concretização do objetivo geral, realizou-se especificamente a caracterização do sistema produtivo dos agricultores familiares e a identificação das políticas ambientais (com a criação de áreas protegidas) e as políticas agrícolas (com a implementação dos programas e projetos agropecuários) nos níveis federais, estaduais e municipais na calha do rio Purus-AM e suas influências na agricultura familiar.

Partindo desta análise e considerando as políticas agrícolas e ambientais, as situações dos atores sociais locais, duas hipóteses foram levantadas: 1) e uma delas diz respeito diretamente ao fato que existem conflitos entre as políticas agrícolas e as políticas ambientais na área de estudo; e 2) que as políticas agrícolas e ambientais influenciam nos modos de vida dos agricultores familiares da calha do rio Purus, AM.

Espera-se ainda que, além de contribuir para a compreensão do sistema de produção dos agricultores familiares, o estudo forneça elementos que subsidiem e orientem a implementação de políticas agroambientais direcionadas a esse sistema.

1 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

1.1 Área de Estudo

O presente estudo foi desenvolvido na calha do rio Purus, localizada no Estado do Amazonas, especificamente nas microrregiões do Baixo Purus, entre os municípios de Beruri e Tapauá, e do Médio Purus, entre os municípios de Canutama e Lábrea.

A calha do rio Purus compreende 9 municípios, com 6 municípios dentro do Estado do Amazonas (Beruri, Tapauá, Canutama, Lábrea, Pauíni, e Boca do Acre) e 3 municípios no Estado do Acre (Manuel Urbano, Sena Madureira, Santa Rosa do Purus) (Figura 1).



Figura 1. Localização geográfica da bacia do rio Purus, no Estado do Amazonas.
FONTE: INPE, 2008.

As duas áreas focais do estudo correspondem à calha do rio Purus, especificamente aos municípios de Lábrea e de Beruri, no Estado do Amazonas (Figura 2).

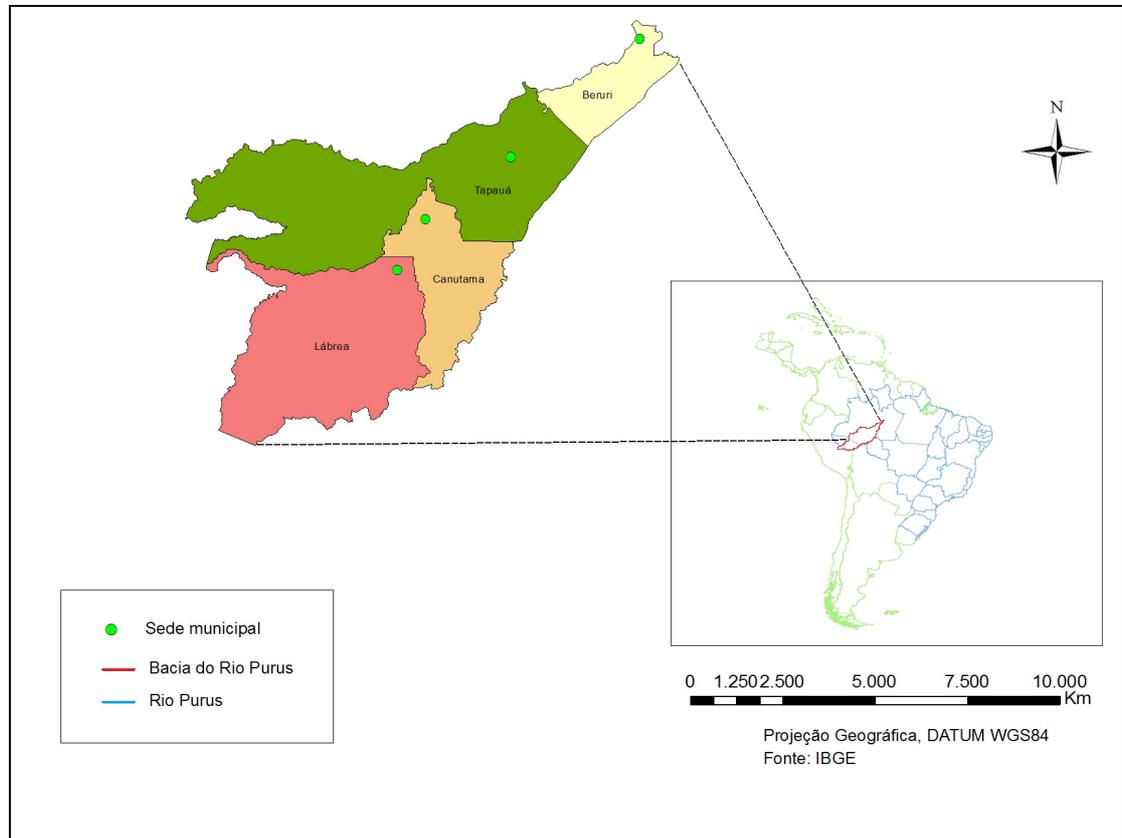


Figura 2. Localização dos municípios pesquisados no rio Purus, no Estado do Amazonas.
 FONTE: Elaboração Gráfica: Alberto Furtado Junior, 2008.

O rio Purus nasce no Peru, a cerca de 500 m de altitude, e estende-se por cerca de 3.218 km até a foz, no rio Solimões. A rede hidrográfica do rio Purus é bem desenvolvida: o baixo Purus e o médio Purus são navegáveis tanto no período de chuvas quanto no período da seca, por pequenas e grandes embarcações. O alto Purus apresenta-se sem condições de navegabilidade por grandes embarcações, no período da seca. Nas proximidades do município de Lábrea há formação acentuada de bancos de areia, o que dificulta a sua navegabilidade. O rio Purus serve de escoamento de produtos (agrícolas e industriais) para os municípios de Boca do Acre, Porto Velho, Acre e Manaus no Amazonas.

Quanto à vegetação está classificada como Floresta Tropical Aberta, apresentando dois grupos de formações: a) Floresta Aberta aluvial, que ocupa as planícies inundadas (igapó), inundáveis e terraços; b) Floresta Aberta das Terras Baixas, distribuindo-se pelos vales e encostas (RADAMBRASIL, 1978). Segundo Haugaasen (2006), as florestas de terra firme são floristicamente mais diversas, enquanto as de várzeas são intermediárias, e as de igapós são as mais pobres em espécies.

Os solos da região do Purus classificam-se como gleissolos, plintossolos e argissolos. Conforme Haugaasen (2006) os solos de várzea apresentam concentrações elevadas de nutrientes, enquanto os solos de terra firme e de igapó são comparativamente pobres em nutrientes.

O clima da região do Purus, de acordo com a classificação de Koopen é do tipo “Af”, com precipitação pluviométrica anual média de 2.500 mm variando de 1.550 a 3.450 mm. A temperatura média 25,0° C oscilando de 39 a 15° C, com umidade relativa do ar variando de 73,4 a 94% ao longo do ano (ASSIS, 2008).

A região do Purus abriga unidades de conservação federais e estaduais e municipais, tais como: a Flona de Macaua; a Flona do Purus; a Flona Balata Tufari; a Flona do Iquiri; a Flona do Mapinguari; a Rebio do Abufari; a Floest de Antimary; o Parna do lago do Jarí; a Resex do Médio Purus; a Resex do Ituxi; a Estação Ecológica do Rio Acre, a APA do Médio Purus, a Reserva Municipal de Quelônios; a RDS Piaguaçu-Purus; e a RDS - Canutama). No entanto, a agricultura familiar no Estado do Amazonas, pode torna-se ameaçada pela implementação desses instrumentos das políticas ambientais, se forem mal planejados, e conseqüentemente causar graves impactos socioambientais negativos.

A economia dos municípios do médio e baixo Purus concentra-se nas atividades do setor primário, dando destaque para o extrativismo (vegetal e animal) e a agricultura. O extrativismo vegetal desenvolvido pelo município está concentrado nas atividades de extração

da madeira, borracha e gomas não-elásticas, dispondo de infraestrutura para o beneficiamento de madeira, com serrarias e movelarias, além da presença de estaleiro e fábrica de móveis de madeira. O extrativismo animal concentra-se na caça de animais silvestres e na pesca de subsistência (IBGE, 2007).

A agricultura está baseada principalmente nas plantações temporárias de cultivos de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), batata doce (*Ipomea batatas* (L.) Lam.), cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.), feijão (*Vigna unguiculata* (L) Walp.), fumo (*Nicotina tabacum*) e hortaliças, além das plantações permanentes de cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Wil. Ex. Spr.) Schum), pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth), limão (*Citrus* sp.) e laranja (*Citrus* sp.). A pecuária é representada principalmente por bovinos, com produção de carne e de leite destinada ao consumo local (IBGE, 2007).

1.2 Processo metodológico

Esta pesquisa é de caráter exploratória e descritiva. Exploratória, porque permite gerar novas questões a partir da realidade estudada, e descritiva, porque fornece uma base de conhecimentos e informações para futuras pesquisas.

As atividades de pesquisa foram pautadas pela abordagem sistêmica enunciada por Morin (2005), cuja proposta teórica é a de constituir-se num processo paradigmático explicativo dos diversos fenômenos e objetos passíveis do conhecimento. Segundo esta abordagem, cada objeto ou fenômeno a ser estudado, visa conhecer as partes pelo todo e conhecer o todo pelas partes, este se tornam complementares, no mesmo movimento que as associa.

O fundamento lógico da abordagem sistêmica é compreender que as interações, as organizações e os sistemas estão interligados, e qualquer mudança ocorrentes num desses fatores compromete o sistema como todo.

Como estratégia para examinar acontecimentos contemporâneos, escolheu-se o método Estudo de Caso, que, de acordo com Yin (2005), consiste em uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos, enfrentando uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesses do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências.

Dentre as variações do método estudo de caso, foi adotado para esta pesquisa, o Estudo de Múltiplos Casos, que, segundo Yin (2005), o mesmo estudo pode conter mais de um caso único, e quando isso ocorre, o estudo precisa utilizar um projeto de casos múltiplos.

As mudanças ou inovações feitas na agricultura familiar (assistência técnica, introdução de novas tecnologias, distribuição de sementes, restrição e/ou limite ao uso e manejo dos recursos) podem ocorrer independentemente, alavancadas por dois fatores diferentes: a política ambiental e a política agrícola. Assim, cada fator pode ser o objeto de um estudo de caso individual, para compreender o estudo como um todo.

Portanto, como estratégia da pesquisa de campo delimitaram-se três categorias de análises ou casos: caso A) Agricultura familiar com suas estratégias de produção; caso B) Política ambiental e caso C) Política agrícola (Figura 3).

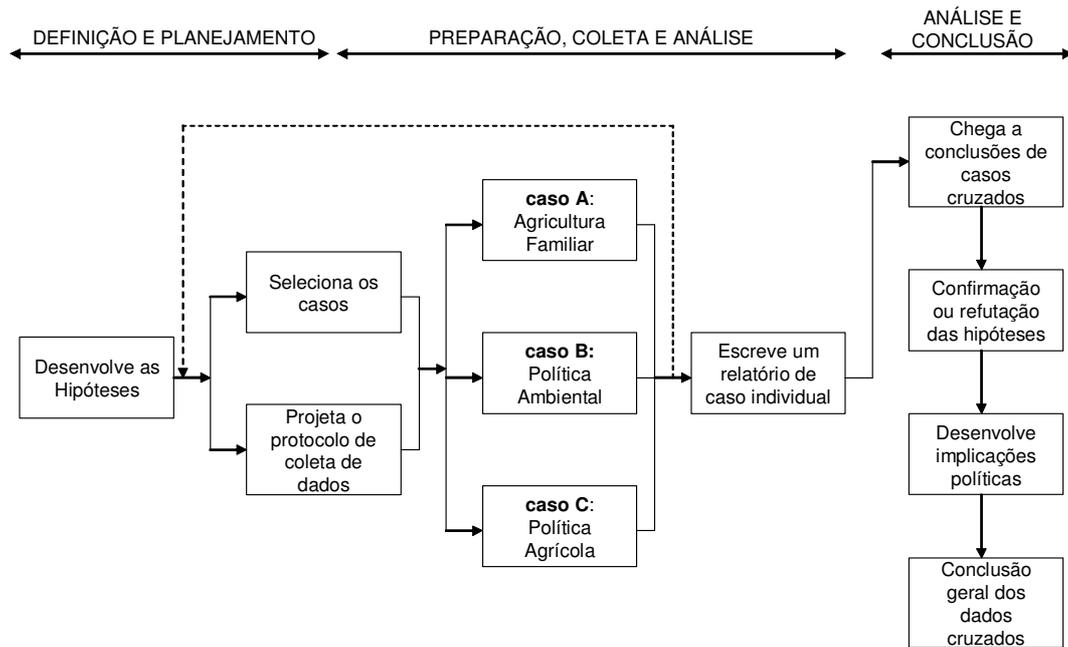


Figura 3. Esquema do Método de estudo de caso: Estudo de Múltiplos Casos.
 FONTE: Adaptado de COSMOS Corporation *apud* Yin (2005).

A primeira categoria de análise corresponde à *agricultura familiar*, que segundo Lamarche (1997), refere-se a uma unidade de produção agrícola onde a apropriação e o acesso aos bens de produção, principalmente a terra, e o trabalho estão intimamente ligados à família, ao parentesco e como tal no seu processo de funcionamento estão vinculados à transmissão do patrimônio sociocultural e à reprodução das formas de exploração com técnicas de conservação dos recursos naturais.

Segundo Ramos (2008), as *políticas ambientais* referem-se o conjunto de decisões e ações estratégicas que visam a promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

A criação de áreas protegidas e de unidades de conservação (reservas de desenvolvimento sustentável, reservas biológicas etc) é um dos instrumentos mais importantes das políticas de conservação de biodiversidade. Recentemente têm sido implantadas e ampliadas várias unidades de conservação no Estado do Amazonas. Essas unidades de conservação pertencem de acordo com o Sistema Nacional de Conservação

(SNUC), Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, a dois grandes grupos: as unidades de proteção integral (ou uso indireto) e as unidades de conservação de uso sustentável (ou de uso direto).

A terceira categoria de análise correspondem às *políticas agrícolas*, que visam promover à autosuficiência a produção de alimentos e elevação do nível de renda de pessoas que trabalham no campo. Segundo Altieri (2004), a política agrícola deve ter a preocupação de incluir a elevação da produtividade dos sistemas agrícolas, compatibilizando, como resultado, um padrão de produção agrícola que integre equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais.

1.2.1 O trabalho da pesquisa de campo

As técnicas de pesquisa para a coleta dos dados foram as seguintes:

- 1) Entrevista: abertas e semi-estruturada para obter informações sobre a caracterização socioeconômica e ambiental referentes aos processos de uso e manejo da agricultura familiar e participações efetivas dos agricultores e agentes locais nas políticas agrícolas e ambientais ocorrentes na região, em comunidades rurais e instituições governamentais e não-governamentais locais;
- 2) Diário de campo: anotações de informações adicionais durante as visitas;
- 3) Levantamento de material bibliográfico sobre tópicos históricos, identificação e principais características das práticas produtivas e o conhecimento existente sobre o tema.

O estudo foi realizado em dois períodos: o primeiro período (01 a 11 de setembro de 2006) consistiu na realização de um diagnóstico socioeconômico geral com o total de 64 agricultores familiares residentes na calha do rio, entre os municípios de Beruri, Tapauá, Canutama e Lábrea (Figura 4 e 5). O segundo período (30 de abril a 12 de maio 2007) consistiu no levantamento das condições socioeconômica e ambiental, especificamente com

15 agricultores familiares, dentre eles 04 líderes comunitários residentes na calha do rio, especificamente nos municípios de Beruri e Lábrea (Figura 4 e 5).

A escolha dos municípios de Beruri e Lábrea ocorreu em virtude de estarem localizados geograficamente próximos aos principais pólos de mercado consumidores (Manaus e Porto Velho), que possibilitam analisar diferenças e similitudes para compreender implementação das políticas ambientais e agrícolas, e refletir se as políticas correspondem às realidades sociais observadas e atendam as necessidades diferenciadas.

Para a análise dos dados, o primeiro período foi subdividido em duas etapas: a primeira etapa consistiu no levantamento sócio, onde foram abordados aspectos demográficos, por meio dos indicadores de faixa etária, situação de mobilidade espacial e educação. A segunda etapa consistiu no levantamento econômico, onde foram abordados aspectos fundiários (formas de ocupação da terra e área cultivada) e aspectos econômicos (agricultura, extrativismo vegetal e animal e a criação animal).

Para a análise das políticas ambientais e agrícolas primeiramente foi realizada uma identificação dos projetos, programas e ações implantados nas comunidades, onde foram entrevistados 15 agricultores familiares e líderes comunitários. Esse número de entrevistas foi baseado na explicitação de Yin (2005), o qual afirma que uma amostra é significativa quando as informações coletadas começam a repetir-se, neste caso, as respostas das entrevistas. As informações coletadas versaram sobre: aspectos sociais, econômicos, fundiários, organizacionais; questões políticas ambientais e agrícolas.

Num segundo momento, foi realizado o levantamento de projetos, programas e ações direcionados para área ambiental e agrícola gerenciados pelas instituições governamentais e não-governamentais locais, conforme é apresentado no quadro abaixo.

INSTITUIÇÃO	AGENTES INSTITUCIONAIS
MUNICÍPIO DE BERURI	
IDAM	1 Gerente de escritório 2 Técnica agropecuária
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	3 Presidente do Sindicato
ASSOCIAÇÃO DO PA-BERURI	4 Presidente da Associação dos Agropecuários
MUNICÍPIO DE LÁBREA	
IDAM	1 Gerente de escritório
Ibama	2 Analista ambiental
ASSOCIAÇÃO DA Aspacs	3 Presidente da Aspacs
ASSOCIAÇÃO DA Apemol	4 Presidente da Apemol

Quadro 1. Visitas e entrevistas realizadas com os agentes institucionais nos municípios de Beruri e Lábrea, na região do rio Purus, AM, 2007.

FONTE: Dados da pesquisa de campo – 2007.

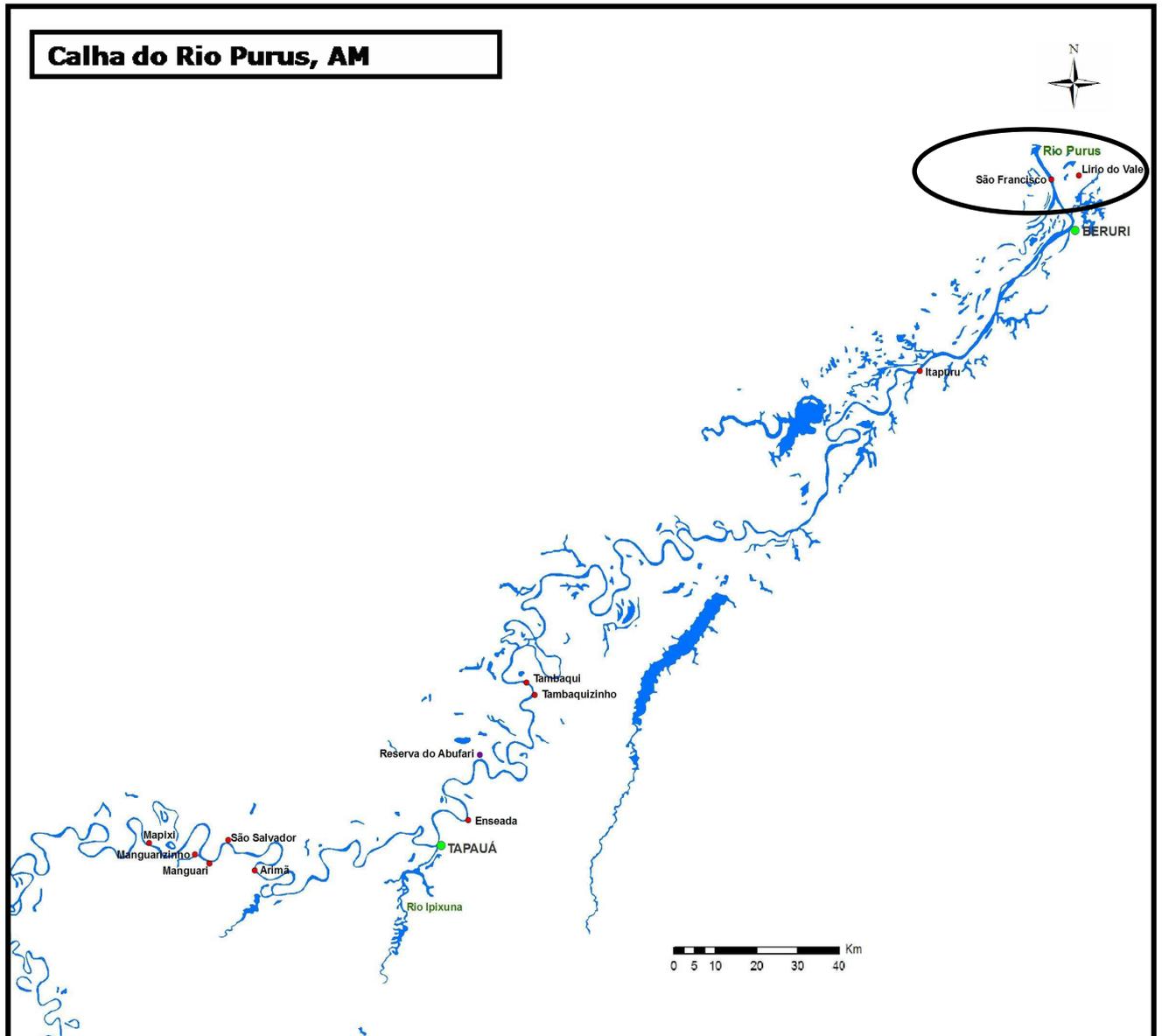


Figura 4. Localização das comunidades estudadas entre os municípios de Beruri e Tapauá, AM. Os pontos vermelhos indicam as 11 comunidades pesquisadas durante o 1º período (01 a 11/09/ 2006). Duas comunidades foram selecionadas no 2º período (30/04 a 12/05/2007) - São Francisco e Lirio do Vale - como áreas focais do estudo.

Fonte: Elaboração Furtado, 2008.

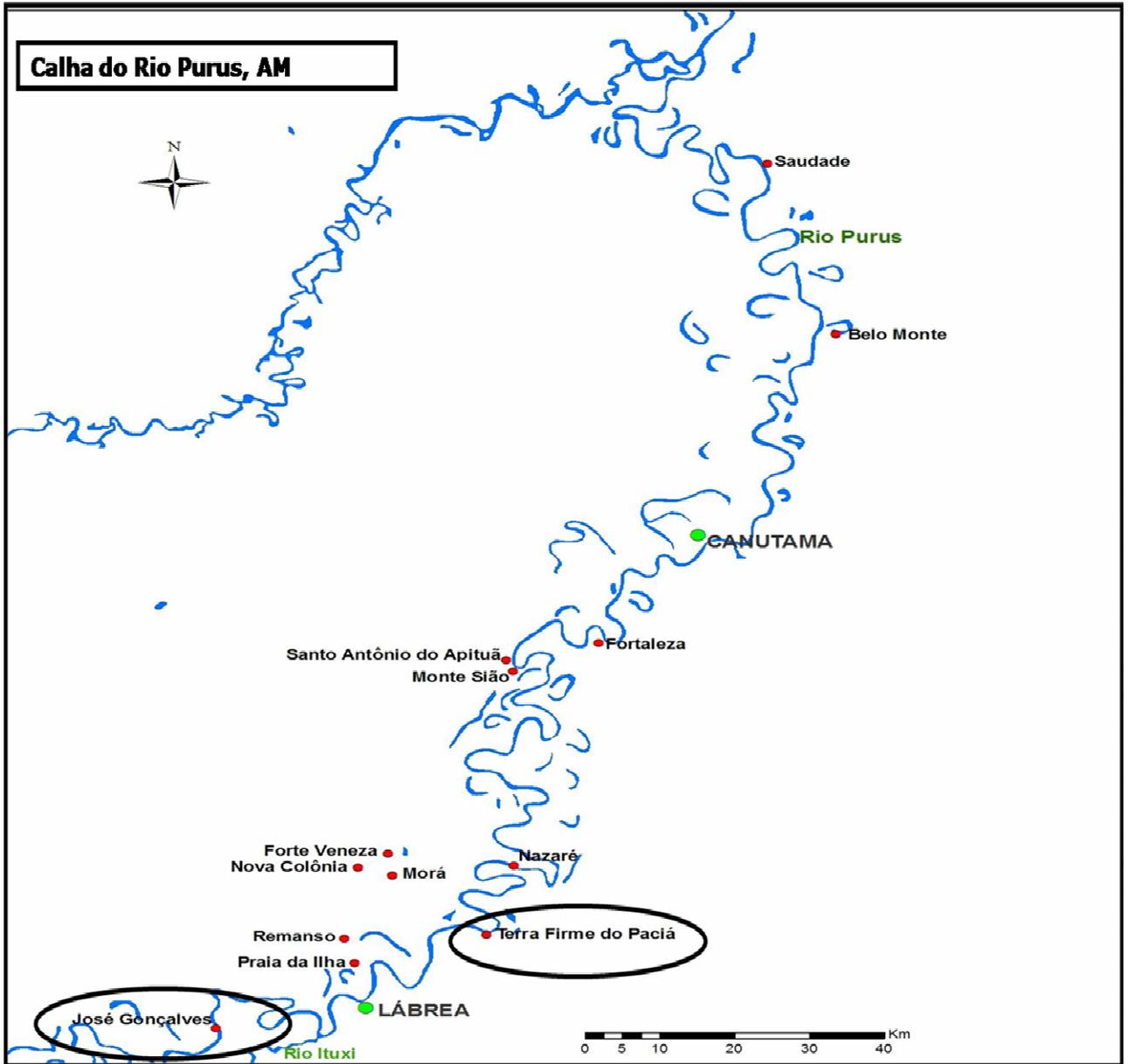


Figura 5. Localização das comunidades entre os municípios de Canutama e Lábrea, AM.

Os pontos vermelhos indicam as 13 comunidades pesquisadas durante o 1º período (01 a 11/09/ 2006). Duas comunidades foram selecionadas no 2º período (30/04 a 12/05/2007) -Terra Firme do Pacia e José Gonçalves - como áreas focais do estudo.

Fonte: Elaboração Furtado, 2008.

Para alcançar os objetivos organizou-se o trabalho da dissertação em capítulos constituídos em diferentes tópicos.

O primeiro capítulo contempla a identificação das políticas ambientais e seus instrumentos utilizados para a conservação e preservação dos recursos naturais. E das

políticas agrícolas com seus projetos, programas e ações para o desenvolvimento agrícola na região estudada.

Em paralelo, são apontadas quais as esferas do governo estão administrando o uso e manejo dos recursos naturais na calha do rio Purus, AM, especificamente, nas áreas rurais dos municípios de Beruri e Lábrea. Ao mesmo tempo, também identificaram-se as organizações não governamentais e as organizações sociais envolvidas no uso e manejo dos recursos naturais.

No segundo capítulo é apresentado o sistema de produção agrícola, caracterizando-o a partir das atividades econômicas, o processo de mobilidade espacial, a situação social e a situação fundiária agricultores familiares residentes nas comunidades que são abrangidas pelos quatro municípios da calha do Purus (Beruri, Tapauá, Canutama e Lábrea), onde contou com a colaboração dos agricultores familiares. São, também, apresentado os resultados gerais referentes à caracterização social, econômica, política e organizacional das comunidades pertencentes a Beruri e a Lábrea, onde se contou com a colaboração dos líderes comunitários.

No terceiro capítulo, versa sobre os impactos da política agrícola e da política ambiental, que se baseiam em um conjunto de medidas aos quais afetam diretamente os agricultores familiares. Assim, foram abordadas as formas de implementação da política ambiental, especificamente em relação à criação e propostas das áreas protegidas. Em relação à política agrícola, foram analisadas as possibilidades oferecidas pelo crédito rural, assistência técnica e os programas de desenvolvimento rural, como estes afetam os agricultores familiares da calha do Purus.

Por último são apresentadas as considerações finais referentes às comunidades estudadas e por fim as referências bibliográficas utilizadas durante a pesquisa.

2 Identificação das Políticas Agrícolas e Ambientais atuantes nos municípios de Beruri e Lábrea, AM.

2.1 Políticas Agrícolas e Ambientais no município de Beruri

Antes de iniciar propriamente o estudo acerca da identificação das políticas ambientais e agrícolas, cumpre um esclarecimento preliminar para a conceitualização de *Estado*¹, para que possa compreender o posicionamento das entidades políticas integrantes da Administração Direta (a União, os estados, DF e os municípios) as quais transferem competências as entidades públicas integrantes da Administração Indireta (as autarquias, as fundações públicas e as sociedades de economia mista). Estas são responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas.

À primeira vista, a relação das instituições encontradas nos municípios pesquisados é apresentada no Quadro 2, e permitiu destacar, diferenciar (em níveis federais, estaduais e locais) e comentar acerca dos órgãos representativos da sociedade política e da sociedade civil em relação às políticas ambientais e agrícolas.

INSTITUIÇÕES	BERURI	LÁBREA
<u>NÍVEL FEDERAL</u>		
Incra	P	A
Ibama	S/P	P
Pronaf	P	P
PROGRAMA LUZ PARA TODOS	P	P
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	P	P
<u>NÍVEL ESTADUAL</u>		
IDAM	P	P
ADS (extinta Afloram)	A	P

¹Segundo Sptzcovky, 2008: o Estado é uma pessoa jurídica, um ente abstrato e, em vista, não pode, materialmente, praticar qualquer ato, jurídico ou não. Para tanto, se vale de pessoas físicas, os agentes públicos, que atuam em seu nome, vinculando o ente estatal por suas manifestações, quando emitidas no exercício da função pública. O Estado manifesta sua vontade de duas maneiras: **A Administração Direta** nada mais é do que o conjunto de órgãos de competência despersonalizados que atuam em nome da pessoa política, como por exemplo, os ministérios, as secretarias e as superintendências. **A Administração Indireta** é o conjunto de entidades vinculadas à Administração Direta de certa pessoa política. Temos como integrantes da Administração Indireta, as autarquias e as fundações públicas de direito privado, empresas públicas e sociedade de economia mista, que possuem personalidade jurídica de direito privado.

Ipaam	A	A
Afeam	P	P
<u>ORGANIZAÇÃO CIVIL</u>		
Associações Comunitárias	P	P
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	P	P
Colônia dos Pescadores	P	P
ONGs	P	P

Quadro 2. Instituições presentes (P), ausentes (A) ou semi-presentes (S/P) nos municípios de Beruri e Lábrea, na região do rio Purus, AM.

Fonte: Pesquisa de campo/maio de 2007.

NÍVEL FEDERAL

a) Incra

A Superintendência Regional do Amazonas (SR – 15) é um órgão descentralizado e responsável pela coordenação e execução das ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Estado. É um dos órgãos responsáveis em desenvolver a *política agrícola*² e tem como objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável, a viabilidade econômica e a justiça social nos assentamentos, bem como promover a recuperação e consolidação dos projetos da Reforma Agrária (INCRA, 2008).

O Incra atua organizando pessoas que não possuem terra, em parceria com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Beruri, o qual representa os assentados do Projeto de Assentamento Extrativista - PAE, e o presidente da Associação dos Agricultores do Projeto de Assentamento - PA – Beruri. Esta atuação em parceria consiste na compra, distribuição e fiscalização dos insumos agrícolas, e na seleção de famílias que moram em áreas de várzea dentro da RDS Piagaçu-Purus, por meio de cadastro de imóveis rurais.

² Segundo Altieri (2004), nos anos 60, era entendida como os projetos, programas e ações do governo para o aumento da produção e da produtividade das atividades agropecuárias, sem levar em consideração a questão socioambiental. Entretanto, a política agrícola que queira promover o desenvolvimento rural sustentável deve estar ligada à definição de agricultura sustentável, a qual encontra-se ancorada na manutenção da produtividade e lucratividade das unidades de produção agrícola, minimizando, ao mesmo tempo, impactos ambientais e sociais.

Na pesquisa de campo identificara-se a implantação dos projetos de assentamento PA - Beruri e o PAE com financiamento de crédito rural e infraestrutura através do Pronaf A, B, C e D.

O **Projeto de Assentamento de Beruri (PA – Beruri)** teve início no ano de 1995 e atualmente conta com 320 famílias assentadas e 1.280 pessoas cadastradas. Este assentamento é localizado na área rural de terra firme do município de Beruri, o acesso é realizado por via terrestre, e fica cerca de 10 km de distância da sede do município.

O **Projeto de Assentamento Extrativista (PAE)** teve início no ano de 2006 e atualmente conta com 1.318 famílias assentadas e 3.894 pessoas cadastradas. Este assentamento é localizado na área de várzea do município de Beruri, e está situado dentro da RDS Piagaçu – Purus, portanto, o acesso é por via fluvial.

O **Crédito de Instalação** permite o suporte inicial aos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária nos Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo Incra. O suporte inicial vem através de compra de alimentos e aquisição de insumos agrícolas, a construção e recuperação de moradias, a construção de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água e a aplicação em bens de produção (sementes, mudas e matrizes animais).

A aplicação dos recursos é realizada com a participação do presidente do sindicato dos trabalhadores e o presidente da Associação do PA – Beruri, na escolha e no recebimento dos produtos. Estes são pagos diretamente ao fornecedor (mercados locais, lojas de materiais de construção e de implementos agrícolas). Os recursos financeiros do programa vêm através da instituição financeira governamental Caixa Econômica Federal (Caixa Aqui, presente no município).

A infraestrutura básica rural necessária nos assentamentos é precária, conforme o depoimento do presidente do sindicato. Por enquanto, as prioridades que foram realizadas no

PA – Beruri foi a abertura da estrada vicinal. Quanto à implantação de sistemas de abastecimento de água e construção de redes de eletrificação rural que foram solicitados desde 2000, pelo presidente do PA - Beruri, só foram contemplados no final de 2007 com a implantação do Programa “Luz para Todos” e a construção de 4 poços artesianos, haja vista que ainda estão previstos a instalação de telefone público, posto médico, escola para serem implantados no assentamento. O PAE, por enquanto não tem infraestrutura, mas estão previstos a serem implantados pelo Incra no ano vigente, segundo o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em Beruri, contempla com 4 grandes faixas ou extratos de agricultores, são eles:

- **Financiamento de crédito rural Pronaf A:** é viabilizado através do sindicato de produtores assentados da reforma agrária ou beneficiários do programa do crédito fundiário (Procera). Em 2004, foi realizado o Pronaf “A” Complementar (1º grupo) com 24 assentados beneficiários do PA – Beruri;

- **Financiamento de crédito rural Pronaf B:** é viabilizado através do sindicato produtores que obtenham a Renda Bruta Anual até R\$ 2 mil. O Pronaf “B” (2º grupo) 320 famílias beneficiadas PA – Beruri, com a modalidade de investimento para a recuperação das unidades familiares dos agricultores e dos assentados.

O crédito rural em Beruri começou pela reivindicação do sindicato dos trabalhadores rurais em 1997, com auxílio do presidente e 40 comunitários, através do antigo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera), já extinto e substituído pelo Pronaf tipo A.

Quanto à adimplência, o 1º grupo e o 2º grupo tornaram-se inadimplentes. Segundo o presidente do sindicato, a inadimplência ocorreu devido à falta de transporte para os produtos agrícolas e assistência técnica.

b) Ibama

O Ibama tem a função de implementar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), subsidiando as propostas de criação e administração das UCs. Um dos principais desafios para a implementação das diretrizes da política estadual é o alto grau de isolamento da maioria dos municípios. As grandes distancias limitam a presença do estado. O Governo Federal tem maior presença local. No Estado do Amazonas, o IBAMA possui escritórios regionais em diversos municípios e escritórios em unidades de conservação.

O município de Beruri não possui um escritório local do Ibama, mas o município é eventualmente assistido pelos analistas ambientais do órgão provenientes de Manaus, fazendo a fiscalização ambiental. O Ibama é um dos órgãos ambientais federais responsável pela execução da *política ambiental*³, atuando nos níveis nacional e municipal.

c) Programas Sociais

• Programa Luz Para Todos

O objetivo do programa “Luz para Todos” é levar energia elétrica para a população do meio rural. No final de 2004 a Companhia Energética do Amazonas (CEAM) iniciou a implantação do Programa “Luz para Todos”, criado pelo Decreto nº 4.873 de novembro de 2003. Este programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras, governos estaduais e empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica.

O município de Beruri é beneficiado pelo programa através da CEAM. Atualmente o PA – Beruri, apesar dos 03 anos de espera, o programa já foi implantado através de uma ação integrada coordenada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra participam indicando quais os assentamentos

³ Ramos (2008) chama de política ambiental, o conjunto de decisões e ações estratégicas que visam promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. A política ambiental, portanto, tem interfaces diretas com todas as demais políticas que promovem o uso dos recursos. Por isso, embora a responsabilidade pelo seu estabelecimento seja dos órgãos ambientais, todas as demais áreas de governo tem um papel a cumprir na execução das políticas ambientais.

rurais têm prioridade em receber energia elétrica. Por outro lado, as comunidades rurais que não fazem parte dos PAS, algumas delas, recebem geradores de energia elétrica através da ação do Governo do Estado em parceria com a prefeitura.

- **Programa Bolsa Família**

É um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa variando de R\$ 60,01 a R\$ 120,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006. O PBF tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal (Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e o Programa Auxílio-Gás).

Aproximadamente, 70% dos assentados do projeto PA – Beruri e PAE estão cadastrados no Programa BF, porém há casos de pessoas cadastradas há 03 anos e nunca receberam.

NÍVEL ESTADUAL

a) IDAM

O IDAM operacionaliza o Pronaf “C” e “D” para questão de infraestrutura comunitária (transporte, agroindústria e lavoura). Atualmente, a prioridade é formalizar as associações, e atualmente há 10 associações comunitárias formalizadas e documentadas. Futuramente o órgão pretende operacionalizar o Pronaf “A”, mas esta buscando convênio com o Incra para conseguir recursos financeiros.

- **Financiamento de crédito rural Pronaf C:** viabilizado através do Idam aos produtores que obtenham a renda bruta anual acima de R\$ 2 mil a R\$ 16 mil;

- **Financiamento de crédito rural Pronaf D:** viabilizado através do Idam aos produtores que obtenham a renda bruta anual acima de R\$ 16 mil a R\$ 45 mil;

- **Financiamento de crédito rural Afeam:** A Agência de Fomento do Estado do Amazonas tem a missão de concorrer para o desenvolvimento da região do Amazonas, através de apoio técnico e creditício que propiciem a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense.

No interior do Estado do Amazonas, a Afeam atua por meio das Ações Itinerantes de Crédito (AICs), sobretudo para o setor primário, realizadas em 03 fases que compreendem, do início do cadastramento até a liberação dos recursos, em média 45 dias. A instituição conta com o apoio do IDAM por meio de seus agentes do escritório (01 gerente, 03 técnicos e o secretário de produção).

De acordo com a secretaria de produção, os agricultores começaram a receber financiamentos de crédito para a produção de malva e mandioca em setembro de 2006. No total, há cerca de 600 famílias inscritas, mas somente 68 passaram a ser beneficiadas. Das 86 comunidades que abrange o município, 31 comunidades não possuem financiamento, seja por opção de não quererem fazer o empréstimo, ou porque não foram aprovadas pela Afeam. Segundo o secretário de produção, a Afeam não aprovou nenhuma família nas atividades de pecuária e produção do cupuaçu, desconhecendo o motivo da reprovação.

A seguir serão descritos resumidamente no Quadro 3, a relação dos programas, projetos e ações atuantes que puderam ser indentificadas durante a pesquisa no município de Beruri.

Projetos, Programas e Ações	Órgãos Executores	Ano de Criação	Nº de Comunidades Atendidas	Nº de Famílias Atendidas
Programa Distribuição de sementes	Governo Estadual/IDAM	2006	40	350
Campanha de Vacinação contra a Febre Aftosa			45 localidades	-
Ação de Crédito - Afeam			10	30 (80 inscritas)
Ação de Crédito – Pronaf “A”	Secretaria de Produção Municipal/Prefeitura/Afeam	2002	-	35
Ação de Crédito – Pronaf “B”				
Ação de Crédito – Pronaf “A”	Governo Federal/Incrá/Sindicato/ Associação PA - B	2002	-	24 do PA - Beruri
Ação de Crédito – Pronaf “B”				320 do PA - Beruri
Ação de Crédito – Pronaf “B”	Governo Federal/ Governo Estadual/IDAM	2004	74	-
Ação de Crédito – Pronaf “C”		2007	02	10
Ação de Crédito – Pronaf “D”			01	06 (40 inscritas)
Meliponicultura	Governo Estadual/IDAM	2007	05	40
Ação Feira do Produtor			-	-
Projeto Hortas Domésticas			-	10 da sede municipal
Projeto da Castanha	Governo Estadual/ CDH/ IDAM		54	60 sócios do município
Programa Luz para todos	Governo Federal/Incrá Governo Estadual /ERAM/CEAM		-	320 famílias do PA – Beruri
Meliponicultura - Iraquara	Petrobrás/ ONG's (Avina/Iraquara)		01 Localidade (Costa do Moreno)	15
Produção de Açafá para exportação	Hiléia (Ong canadense)		-	-

Quadro 3. Relação de projetos, programas e ações desenvolvidas na região do município de Beruri, AM.
FONTE: Pesquisa de campo/maio de 2007.

c) Ipaam

No Estado do Amazonas a institucionalização da questão ambiental é recente. As primeiras ações neste sentido começaram a ser desenvolvidas na década de 80, somente em 1996, com a criação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – Ipaam, a questão ambiental começou a ser tratada de forma direcionada pelo Estado (NASCIMENTO, 2000).

Por sua vez, a execução da política estadual em matéria de meio ambiente é da responsabilidade do Ipaam, e compreende o controle ambiental dos empreendimentos e/ou atividades que utilizam recursos naturais e são consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente (Cepal, 2006). O órgão responsável pela

fiscalização da RDS Piagaçu-Purus é o Ipaam, mas não está presente na área. No momento está prevista a construção de uma base de funcionamento do órgão na RDS.

A área de Proteção Ambiental do Lago Ayapuá de 650.570 ha (localizada no município de Beruri) foi transformada no ano de 2003 na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus, no nível estadual. Esta área (1.008.167 ha) compreende, junto com a Reserva Biológica de Abufari (288.000 ha, localizada no município de Tapauá), uma grande área protegida, formando um “corredor ecológico” no baixo rio Purus no Estado do Amazonas. A RDS Piagaçu-Purus limita-se com os municípios de Codajás e Anori e a Rebio Abufari, com 50 das 86 comunidades do município de Beruri dentro desta RDS (Figura 6).

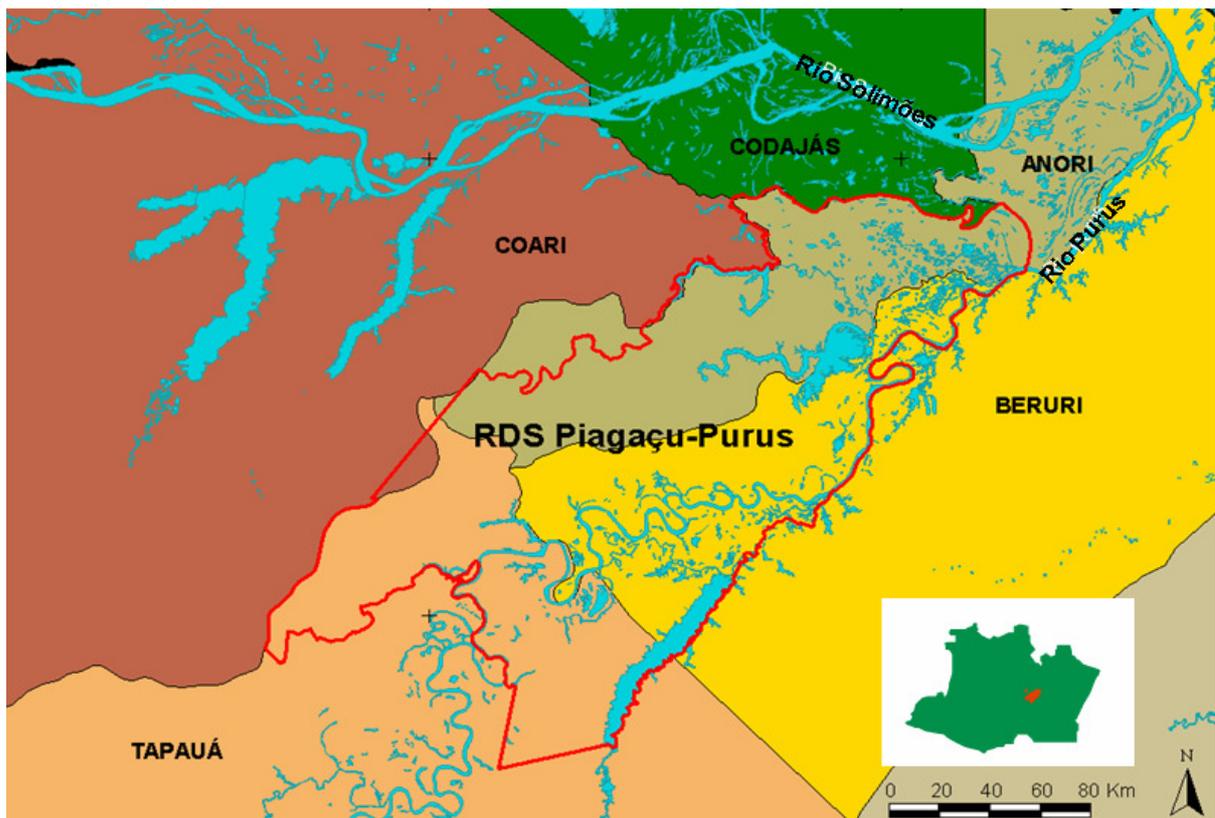


Figura 6. Localização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus no município de Beruri, AM. FONTE: SILVA, S.C.P.,2006.

A criação desta RDS teve o objetivo de melhoria da qualidade de vida das populações residentes. A finalidade é de proteger os recursos naturais de importância para a

economia e sobrevivência local e de Manaus. Em consulta pública realizada na região, 100% das 21 maiores comunidades locais foram favoráveis à criação da RDS Piagaçu-Purus (DE DEUS *et al*,2003).

Segundo os dados divulgados pelo Jornal A Crítica (2008), existem propostas de criação de UCs no baixo Purus, com o objetivo de preservar aproximadamente 3,487 milhões de hectares de florestas nas proximidades da Rodovia Federal BR-319, no trecho que vai ligar Manaus a Porto-Velho. As propostas são para a formação de um **Corredor ecológico** de Beruri a Tapauá com a criação da Floest de Beruri ou Samaúma, Floest de Tapauá, RDS Matupiri, RDS Igapó-Açú, Ampliação da RDS Piagaçu-Purus, Paes do Matupiri e Parna do lago do Jarí.

NÍVEL MUNICIPAL

a) Organização Civil

No município de Beruri, há 08 anos haviam somente 2 associações comunitárias (Associação dos Agropecuários do Município de Beruri e a Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Projeto Assentamento Beruri). Atualmente, as organizações sociais existentes no município, são 12, sendo destas 10 associações recentemente criadas através do Idam entre os anos de 2006 e 2007, ambas com intuito de trabalhar com agroindústrias, mini-serrarias e no desenvolvimento da agricultura. São em torno de 1.717 pessoas envolvidas em associações comunitárias (Quadro 4).

Nº de ordem	ORGANIZAÇÕES EXISTENTES	
	Organização Formal	Nº de Participantes
1	Colônia dos Pescadores	700
2	Sindicato dos Produtores Rurais	485
3	Associação de Desenvolvimento Rural dos Produtores Rurais da Comunidade Monte da Liberdade (Paraná do Beruri)	32
4	Associação de Desenvolvimento Rural dos Produtores da Comunidade do Pupunha III (Lago do Pupunha III)	60
5	Associação da Comunidade Vila do Paricatuba (Vila do Paricatuba)	118
6	Associação Comunitária Nossa Senhora do Livramento (Lago Ayapuá)	47
7	Associação de Moradores do Povo do Surara (Vila do Surara)	104
8	Associação Comunitária Divino Espírito Santo (Lago Ayapuá)	20
9	Associação dos Agropecuários da Vila do Itapuru de Beruri (Vila do Itapuru)	70
10	Associação dos Piscicultores do Município de Beruri (Município de Beruri)	21
11	Associação dos Agropecuários do Município de Beruri (Sede Município de Beruri)	70
12	Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Projeto Assentamento Beruri (Sede Município de Beruri);	60
	TOTAL	1.717

Quadro 4. Relação das organizações formais existentes na região do município de Beruri, AM.

FONTE: Escritório local do IDAM e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Beruri/ 2007.

b) Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Em 1994, Beruri tinha uma Delegacia Sindical proveniente do município de Manacapuru. Através da exigência da presidência do INSS, para trabalhar no município, foi exigido a Beruri a regularização do sindicato. Então, veio a necessidade da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Beruri.

O atual presidente do sindicato está na presidência há 11 anos a convite do 1º presidente que deixou o cargo por motivo de mudar do município. Observa-se que não houve mudança de mandato ao longo de todos esses anos, pois faltam pessoas disponíveis para o cargo, que saibam ler e escrever. O sindicato é formalmente composto por 11 componentes: o

presidente e vice-presidente, o 1º e 2º secretário, 1º e 2º tesoureiro, 2 representantes do conselho fiscal e 3 suplentes.

O sindicato atua com dificuldades em várias áreas, por exemplo, a finalidade do sindicato é defender os seus associados, atuar em movimentos reivindicativos (movimentos políticos e movimentos de classe). A pesquisa mostra que o sindicato é a única instituição que de fato, vem representando os agricultores familiares no município.

Segundo o presidente do sindicato, e atual secretário da Associação PA – Beruri, o Sindicato,

[...] busca atender várias demandas em Beruri, por exemplo, a demanda de terra, o crédito rural, a documentação (menos a carteira de identidade, pois agente não conseguiu convênio, nesse caso tem que tirar o documento em Manacapuru ou Manaus), o título do eleitor é com o Cartório, mas agente encaminha as pessoas desorientadas. A questão social (aposentadoria, salário maternidade, educação, saúde) e as discussões do município, pois tudo isso envolve, querendo ou não, pois o rural é o responsável pelo crescimento do município. O que era missão do prefeito é agente que está fazendo. Nós estamos orientando a questão da educação, do esporte. A gente não está fazendo a educação até porque não é a nossa missão, mas a gente está orientando, discutindo sobre a educação e o esporte. (O.P.S. 45 anos. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Beruri,AM).

c) ONGs

• ONG – Iraquara

Esta ONG trabalha em parceria com a Petrobras e Avina (é uma ONG que trabalha com projetos sociais), disseminando a meliponicultura, que consiste no manejo de melíponas (abelhas sem ferrão) na Amazônia. Sua experiência piloto está localizada no município de Boa Vista do Ramos. Com a Afloram, está implantando um projeto bem sucedido nos municípios de Carauari, Iranduba e Manacapuru.

No município de Beruri, a ONG - Iraquara atuava desde 2007 na localidade Costa do Moreno, com trabalho de criação de abelhas sem ferrão. Na metade do ano de 2007, ela cessou sua atuação na área por motivos financeiros, segundo a técnica agropecuária do Idam.

E atualmente, as famílias residentes na localidade Costa do Moreno estão desassistidas pela ONG e a Afloram.

- **ONG – Hiléia**

É uma empresa de assessoria técnica que recebe recursos financeiros do Canadá e pretende fazer parceria com a “Amazon Açaí” (empresa de produção de açaí para exportação). A ONG desde o início de 2007, vem executando trabalho de pesquisa na parte socioeconômica e florestal nas comunidades do município. Atualmente, a ONG está providenciando um local para a instalação de uma fábrica de beneficiamento do açaí em Manacapuru, no Estado do Amazonas.

2.2 Políticas Agrícolas e Ambientais no município de Lábrea

NÍVEL FEDERAL

a) Ibama

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tem maior presença local no Estado do Amazonas, sobretudo na microrregião do médio Purus. Ao contrário do observado em Beruri, o Ibama possui escritório regional no município, com a finalidade de controlar o desmatamento, de fiscalizar as unidades de conservação e é responsável pelo licenciamento ambiental dos empreendimentos na área.

O escritório local é composto por 4 analistas ambientais, dentro destes, sendo 3 fiscais e 1 o gerente de escritório. Os agentes atuam realizando articulação política com associações comunitárias, cursos de liderança e gestão de conflitos.

No processo de discussão da criação das UC's participam os movimentos sociais (representante da Associação de Mães, da Comissão Pastoral da Terra, da Comissão Nacional dos Seringueiros).

As atividades desenvolvidas pelos agentes ambientais do escritório local do município de Lábrea são:

I - *Fiscalização da origem florestal da retirada de madeira* (documento de origem florestal, documento de autorização de corte da madeira, plano de manejo e licenciamento ambiental);

II - *Registro das pessoas físicas e jurídicas que estão trabalhando com retirada da madeira* (serrarias e movelarias);

III - *Trabalho de conscientização ambiental com as comunidades locais* (cursos com as lideranças comunitárias);

IV - *Programa de Agente Ambiental Voluntário* (promoção de cursos bienais, sobre educação ambiental para formação de agente ambiental voluntário comunitário). Estes cursos oferecem vagas para a população residente na cidade de Lábrea e nas comunidades ao redor do município. Nos cursos são ministradas as aulas relacionadas à pesca, à caça, à exploração madeireira, à poluição e à cidadania. Depois de capacitados, os próprios agentes ambientais voluntários também participam dos treinamentos, ministrando um módulo, com o intuito de estabelecer um vínculo maior com as comunidades;

V - *Propostas para a Implantação de Áreas protegidas no município de Lábrea* - estas propostas têm o objetivo de frear o avanço da fronteira agrícola, a ação dos grileiros, madeireiros, pecuaristas e todo tipo de devastação ambiental, as propostas são: **Mosaico ecológico de Canutama a Lábrea** - Resex do Médio Purus; Resex do Ituxi; Flona do Iquiri; Flona do Mapinguari; Ampliação da Flona Balata/Tufari e RDS - Canutama.

É válido ressaltar que Lábrea integra o Arco do fogo (ou do Desmatamento) com forte pressão do avanço da fronteira agrícola e conflitos fundiários. A pesquisa constatou que existem três áreas com problemas ligados ao desmatamento:

A primeira está na região Sul de Lábrea, com degradação ambiental bem mais acentuada com a expansão da fronteira agrícola, por conta do avanço da pecuária,

provenientes da área rural de terra firme localizado no município, a extração de madeira dos castanhais, e a venda de madeira para dentro e fora do Estado. Também nesta área existem conflitos oriundos da demarcação de terras indígenas.

A segunda está na região Norte de Lábrea, com degradação ambiental provocadas pela presença de 17 serrarias e 25 movelarias, a maioria não são legalizadas e não possuem o plano de manejo. A madeira retirada de florestas públicas ao Norte de Lábrea é utilizada para a produção de carteiras escolares a serem fornecidas ao Estado do Amazonas, também está sendo direcionada pelos moveleiros para construção de casas no próprio município e pequenos móveis.

A terceira área localiza-se na microrregião do médio Purus, com as propostas de criação de áreas protegidas. Há 07 anos, em Lábrea, ocorre o processo de discussão sobre a criação de um mosaico de unidades de conservação com a sociedade civil e o Governo do Estado. Atualmente, as propostas já foram enviadas para a Casa Civil. Segundo o analista ambiental do Ibama, as proposta a serem criadas ainda não estavam concretizadas na época desta pesquisa devido a problemas políticos com o poder local, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério dos Transportes.

Segundo os dados divulgados pelo Jornal A Crítica (2008), as propostas de criação das UCs para a formação de um Mosaico Ecológico de Canutama a Lábrea, têm o objetivo de frear o avanço da fronteira agrícola, a ação dos grileiros, madeireiros, pecuaristas, proteger as margens da Rodovia Federal 230 – a Transamazônica - no trecho de Lábrea e todo tipo de devastação ambiental, conforme o disposto no mapa da Figura 7.

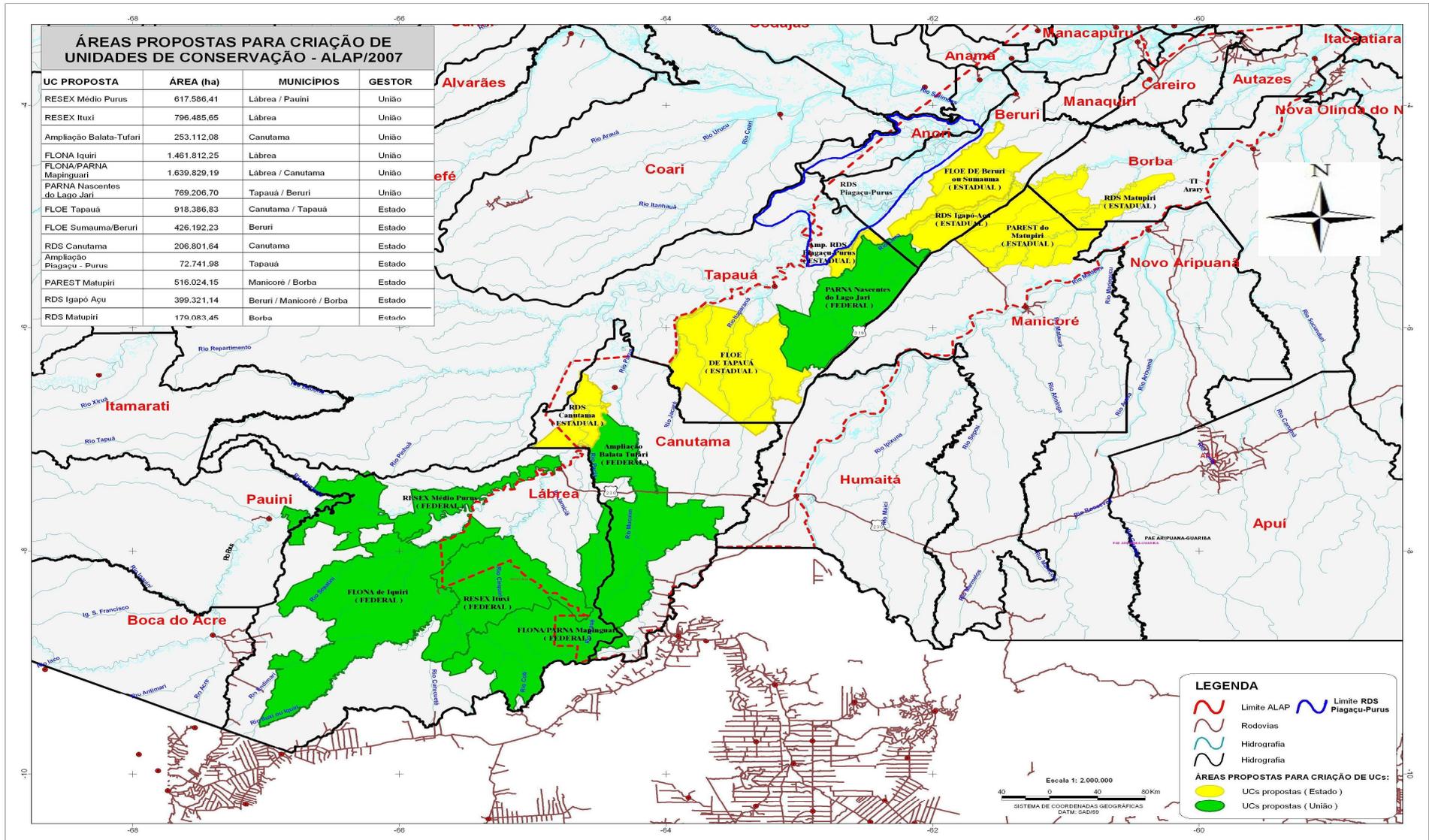


Figura 7. Mapa da Blindagem Ecológica da BR – 319 e do Sul da Amazonas.
 FONTE: Jornal A Crítica, 2008.

NÍVEL ESTADUAL

a) IDAM

O Serviço de Extensão Rural no Estado do Amazonas iniciou em 1966 com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas (ACAR – AM). As primeiras atividades de extensão rural começaram a ser desenvolvidas, no município de Lábrea, no ano de 1976, após a criação do Escritório local ACAR de Lábrea. A agricultura ainda não era explorada de forma científica e tecnológica, predominando, àquela época, o extrativismo. O escritório local que representa o Idam no município de Lábrea tem uma história de base, no qual passou pelas quatro fases de reativação que o Serviço de Extensão Rural no Estado do Amazonas passou: ACAR (1966), Emater (1977), Ciama (1995) e atualmente IDAM (1996). Ao contrário de Beruri, o IDAM atua há 42 anos na região.

O gerente do escritório local possui 20 anos de trabalho no Idam, fundou o escritório local no município de Tapauá no qual prestou 7 anos de serviço, depois retornou para o escritório de Lábrea, e está no 4ª mandato como gerente do escritório local de Lábrea. A equipe do escritório é composta por 1 gerente de escritório, 4 técnicos em agropecuária, 1 secretário de produção, 1 secretário e 1 estagiário.

As atividades que estão sendo coordenadas e desenvolvidas pelo escritório do IDAM são: 1) Programa de distribuição de sementes (milho, arroz, malva e hortaliças), 2) Campanha de Vacinação contra a Febre Aftosa, 3) Projeto do Cupuaçu, 4) Reata – Agroecologia, 5) Ação de crédito pela Afeam, 6) Ação de crédito pelo Pronaf “A”, “B” e “D”.

A seguir serão descritos resumidamente no Quadro 5, a relação dos programas, projetos e ações desenvolvidos, que puderam ser indentificadas durante a pesquisa no município de Lábrea.

Projetos, Programas e Ações	Órgãos Executores	Ano de Criação	Nº de Comunidades Atendidas	Nº de Famílias Atendidas
Programa de Distribuição de sementes de Grãos e Hortaliças.	IDAM /Governo Estadual		-	-
Campanha de Vacinação contra a Febre Aftosa.	IDAM /Codesav/Governo Estadual		96	157 criadores (9500 cabeças de gado)
Projeto do Cupuaçu – Afeam.	IDAM/Governo Estadual/ Governo Federal	2001	05	32 a 48 famílias
Pronaf A: Equipamentos e implementos agrícolas; Cultivo de açaí e mandioca.		2004	-	130 PA – Umari; 150 PA - Pacia
Pronaf B: Equipamentos (motor, transporte, produção, forno e conservador.		2004	-	-
Pronaf D (pecuária).		2004	-	1 pessoa (120 cabeças de gado)
Treinamentos para a melhoria da qualidade da farinha.	IDAM/Governo Estadual/GTZ	1999	-	-
Reata - Agroecologia: - Capacitação em Noções básicas de manejo Florestal e Educação Ambiental no assentamento; - Filmes educativos.		2007	-	08
Programa do Plantio da Andiroba: - Orientação na comercialização artesanal.	Pastoral da Terra/Aspacs/CDH/Governo Estadual	2003	25	250
Subvenção da Borracha.	Governo Estadual/	2001	70	800
Projeto da Castanha.	Afloram/Aspacs/ Aspac - JG	2003	-	1200
Programa Luz para Todos.	Governo Federal/Governo Estadual	2006	-	-

Quadro 5. Relação de projetos, programas e ações desenvolvidas na região do município de Lábrea, AM.
FONTE: Escritório local do IDAM/ maio de 2007.

b) Afloram

A Afloram está inserida no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SDS, apoia o desenvolvimento de empreendimentos florestais com responsabilidade socioambiental. Sua missão é promover a dinamização das cadeias produtivas florestais e

faunísticas no Estado do Amazonas, para garantir a geração de renda às populações extrativistas com a conservação da natureza (AFLORAM, 2008).

A pesquisa de campo, em maio de 2007, ocorreu no momento em que foram implementadas mudanças na reforma administrativa do governamental no Estado do Amazonas. No âmbito da SDS, a autarquia Afloram foi extinta com o intuito de tornar a política estadual do meio ambiente mais abrangente, no lugar da extinta Afloram criou-se a Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS) que resultou na fusão da parte da Afloram com Agroamazon, ficando responsável em executar as ações relativas ao trabalho e à política estadual de apoio ao desenvolvimento, integração e comercialização de produtos das diversas cadeias do setor primário do Estado.

O IDAM, com o intuito de reduzir a burocracia e agilizar os serviços no setor, incorporou uma parte das atividades da extinta Afloram, passando a ser o órgão responsável, também, pelos serviços de Extensão Florestal e todos os projetos de manejo para o uso de produtos florestais madeireiros e não madeireiros do Estado, absorvendo pessoal, convênios e contratos da extinta Afloram.

As atividades disseminadas das técnicas de manejo florestal para a produção não-madeireira, pela extinta Afloram ocorridas no município de Lábrea foram: 1) Capacitação de Boas Práticas de manejo da Castanha, 2) Capacitação de Boas Práticas de manejo do Óleo de Andiroba, 3) Programa da Subvenção da Borracha, 4) Capacitação de Organizações de Produtores.

NÍVEL MUNICIPAL

a) Organização Civil

O município de Lábrea possui 21 organizações formais e 10 organizações informais, com um total de 2.606 pessoas envolvidas. Vale ressaltar também que ao contrário de Beruri, essas organizações vêm sendo criadas desde 1979, porque os “patrões” pressionavam os agricultores, ou seja, não permitiam os agricultores cultivarem nas terras ou se cultivassem, teriam que dar a metade da produção, contudo, ainda existe o padrão predominando em algumas comunidades rurais do município (Quadro 6).

Nº de ordem	ORGANIZAÇÕES EXISTENTES	
A)	Organização Formal	Nº de Participantes
1	Colônia dos Pescadores	485
2	Sindicato dos Produtores Rurais	500
3	Aspacs	270
4	Aspac JG	250
5	Apemol	230
6	Terra Jubilar	90
7	APAT	53
8	Apavarp	52
9	Apagirc	45
10	Apaflex	37
11	Aparumary	29
12	Apairal	28
13	São Francisco	25
14	Bom Jardim	24
15	Alto Verde	23
16	Aparip	21
17	Coopmas	21
18	Apadrit	20
19	Apavil	17
20	Fé em Deus	15
21	Amadel	17
	TOTAL	2.252

B)	Organização informal	
1	Barranco do Bosque	27
2	Onça	23
3	Japiim	22
4	Boa Vista	21
5	Bom Futuro	18
6	Copaíba	16
7	São Francisco da Praia de Lábrea	15
8	Nova Esperança Indígena	12
9	Idecora	12
10	Paxiúba	11
	TOTAL	354

Quadro 6. Relações das organizações formais e informais existentes no município de Lábrea, AM.
 FONTE: Escritório local do IDAM/ maio de 2007.

• Associação Sardinha (Aspacs)

A Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha – Aspacs, foi fundada em 1997, o presidente atual completou 7 anos de mandato no final de 2007. A criação da associação foi através de um grupo de produtores rurais que existiam em torno da cidade e na sede do município, que resolveram fundar essa associação com a finalidade de apoiar a comercialização dos produtos não-madeireiros (castanha, óleo de andiroba e borracha) e minimizar as dificuldades do escoamento da produção tanto dos produtos não-madeireiros como os cultivos alimentares.

A associação é composta por 12 pessoas: Presidente (agricultor) e o vice-presidente (agricultor), o 1º Secretário (filha de agricultores), 2º Secretário (Agricultor e extrativista de castanha), o 1º Tesoureiro (Avicultor), 2º Tesoureiro (Avicultor), 3 membros do Conselho Deliberativo (todos são agricultores), 3 membros do Conselho Fiscal (todos são agricultores) e o Gerente de Produção (Avicultor e Agricultor).

Após o início da criação da associação, a demanda de pessoas para serem associados chegou a cerca de 600, isso somente considerando as atividades do extrativismo. Essa demanda também é originária dos municípios vizinhos de Canutama e Pauini. Porém, o

número grande de sócios estava sobrecarregando a associação e houve a necessidade de desmembrar a Aspacs para a criação de mais 01 associação agroextrativista (Aspac – JG), na comunidade José Gonçalves, pertencente ao município de Lábrea. A Aspacs atende as comunidades abaixo de Lábrea à Canutama e a Aspac – JG atende as comunidades acima de Lábrea à Pauini, com apoio da extinta-Afloram. Atualmente, a Aspacs conta com 270 sócios (160 sócios envolvidos com o extrativismo da borracha e o óleo de andiroba, 80 sócios envolvidos com o extrativismo da castanha e 52 agricultores envolvidos com a produção de feijão e milho).

As atividades desenvolvidas pela Aspacs são referentes a: 1) *Extrativismo do Óleo de Andiroba* (projeto de extração de óleo de andiroba, programa e financiamento para a produção de óleos vegetais), 2) *Extrativismo da Castanha* (projeto castanha do Brasil), 3) *Extrativismo da borracha* (compra da borracha e financiamento para produção de borracha), 4) *Agricultura* (feijão, milho e mandioca), 5) *Projeto de Avicultura* e 6) *Criação da Coopema*.

• **Associação dos Pequenos Moveleiros de Lábrea (Apemol)**

A Associação dos Pequenos Moveleiros de Lábrea – Apemol foi criada em 2000, pelo ex-presidente e donos de movelarias, com a finalidade de desenvolver o setor moveleiro do município através de pesquisas, cursos, oficinas, seminários, projetos e atividades de produção de diversos tipos de móveis, desenvolver ainda nos setores sociais e econômicos sempre com vista no desenvolvimento sustentável da região e desenvolver também forma de cooperação que ajudem no progresso do setor.

A Apemol iniciou com 14 associados, hoje são 25 associados atuando. O município de Lábrea possui 25 movelarias legalizadas e 17 serrarias que não estão legalizadas. As atividades das movelarias empregam diretamente 125 pessoas e indiretamente 80 pessoas.

A Apemol é composta por 10 integrantes: 1 o presidente, Sr. Valdir Bezerra de Lima Valdir (carpinteiro), 1 Vice-Presidente (marceneiro), 1º Secretário (marceneiro), 2º Secretário

(marceneiro), 1º Tesoureiro (marceneiro), 2º Tesoureiro (marceneiro), 3 integrantes do Conselho fiscal (marceneiros) e 1 Diretor de Eventos (marceneiro).

As atividades desenvolvidas pela Apemol são: 1) *Fabricação de móveis* (sala de jantar, guarda-roupa, quadros, camas, estantes, mesas para escritório, portas, janelas) e 2) *Programa Carteiras Escolares Sustentáveis*. Estes móveis são vendidos no próprio município. Porém, dentre as atividades de produção de móveis, a mais rentável é a fabricação de carteiras escolares para o Governo do Estado articuladas pela Afloram, Agroamazon e Seduc.

3 Caracterização Socioeconômica das Comunidades dos Municípios: Beruri, Tapauá, Canutama e Lábrea, AM

3.1 Aspectos Sociais e Demográficos

Conforme a classificação do PNUD (2000), os IDH-M⁴ (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de Beruri, Canutama e Lábrea estão entre as regiões consideradas de médio IDH (0,5 e 0,8), ao passo que Tapauá é considerado de baixo IDH ($\leq 0,5$), conforme a Tabela 1. De acordo com o PNUD (2000), Beruri, Canutama e Tapauá encontram-se numa situação ruim e Lábrea numa situação intermediária em relação às condições ideais de desenvolvimento de outros municípios do Estado do Amazonas. Evidencia-se que o bem-estar populacional dos quatro municípios, está longe do alcance das condições ideais de desenvolvimento humano.

Indicadores Demográficos	Beruri	Tapauá	Canutama	Lábrea
Área (km ²)	17.326,10	89.713,10	29.946,50	68.508,60
Densidade demográfica (hab/km ² – 2007)	0,8	0,2	0,4	0,5
IDH – M (2000)	0,575	0,407	0,467	0,598

Tabela 1. Indicadores demográficos dos municípios de Beruri, Tapauá, Canutama e Lábrea, AM.
FONTE: Programa das Nações Unidas/FJP/IPEA, 2000; IBGE/Censo, 2007.

Os dados do censo demográfico IBGE (1991, 2000 e 2007) mostrados no Gráfico 1, evidenciam que a população dos quatro municípios apresentam comportamentos diferenciados. Nos municípios de Lábrea e Beruri observa-se um incremento populacional, enquanto que Canutama e Tapauá apresentaram declínio populacional. Essa diferença pode

⁴ É um índice que mede o bem-estar da população através de levantamentos estatísticos e análises qualitativas, baseado na avaliação de condições de educação, longevidade e renda, mas usa indicadores diferentes, adaptados a realidade municipal e para o uso de dados disponibilizados pelo censo do IBGE. O IDH é um índice que varia de zero, ou nenhum desenvolvimento humano, a um, onde seriam encontradas condições ideais de desenvolvimento total. O IDH-M mede as diferenças regionais (LIMA, 2005).

estar relacionada à situação econômica mais favorável destes primeiros municípios e a proximidade com centros urbanos maiores, neste caso Porto Velho e Manaus.

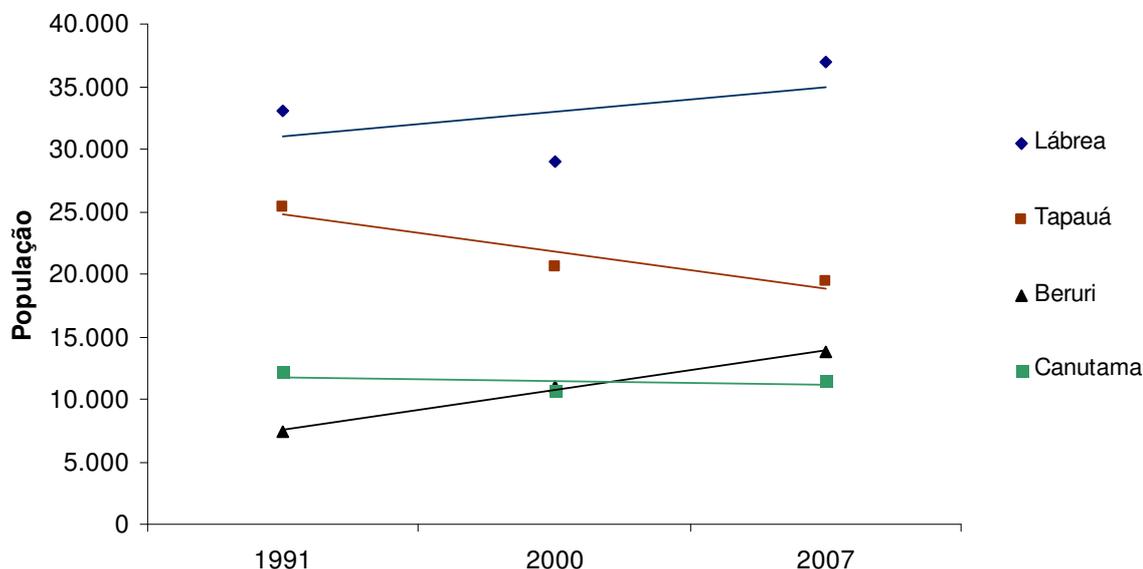


Gráfico 1. Resultados da variação do crescimento populacional e linha de tendência nos municípios da região do baixo e médio Purus, AM.

FONTE: IBGE/Censo, 1991/2000/2007.

Alguns fatores que podem estar influenciando essa dinâmica populacional, que em última instância pode estar relacionada às políticas ambientais e agrícolas implementadas na calha do Purus. Em Lábrea, por não haver ainda uma pressão das políticas ambientais sobre os recursos naturais e ao mesmo tempo estar havendo políticas governamentais de incentivos agropecuários, as comunidades tem maior facilidade para a produção agrícola, inclusive o escoamento da mesma pela estrada AM -240, sendo local de atração de agricultores de outras regiões. Neste município, já são observados conflitos fundiários oriundos de migração de populações de outras regiões.

Ao passo que contrariamente, em Beruri, estão ocorrendo maiores pressões ambientais pela implantação das duas reservas, sendo uma de proteção de uso sustentável implantada na região do próprio município, outra de proteção de uso integral implantada na região do município de Tapauá, adjacente ao município de Beruri. A implementação de

políticas de proteção ambiental, com restrição do uso dos recursos naturais, pode estar forçando a migração de populações que se encontram impossibilitados economicamente de permanecer no lugar de origem, para outros locais próximos, como parece ser o caso de Beruri. Nestes dois casos, parte das populações migrantes seriam oriundos de municípios próximos como Canutama e Tapauá, que mostram declínio das populações, como melhor demonstrado na próxima sessão.

No município de Tapauá, a pesquisa de campo observou um número crescente de flutuantes nas mediações do município pressionando por terras para residirem. Conforme o discurso do presidente da Comprut, afirma que Tapauá não era para existir por conta de ser um município rodeado por reservas e ocorrer a falta de terra para assentar os antigos moradores oriundos dessas reservas, no caso a reserva biológica do Abufari e a reserva indígena.

a) Mobilidade Espacial

O processo de mobilidade espacial na Amazônia vem influenciando diretamente no crescimento populacional da região (MELO e PINTO, 2003). Na pesquisa de campo, verificou-se que o fluxo migratório ocorre entre as microrregiões do baixo, médio e alto Purus, e os agricultores entrevistados são naturais do interior do Estado do Amazonas. A pesquisa revelou que 100% dos agricultores familiares entrevistados do médio Purus e 67,7% do baixo Purus deslocam-se entre as comunidades da calha do rio Purus.

Corroborando com Santos (1996), o mobilizado espacialmente é considerado como a pessoa que vive fora do lugar onde nasceu. As causas desses movimentos espaciais são verdadeiros movimentos populacionais forçados, ou seja, para os atores sociais não representa uma opção, mas uma imposição provocada pelo fato de que o jogo do mercado não encontra nenhum contrapeso nos direitos dos cidadãos e também pela inacessibilidade a bens e serviços essenciais. Contudo, a pesquisa aponta que os agricultores familiares ao se deslocarem do seu

lugar de origem, estão sempre procurando melhorar os meios de vida, e, ao mesmo tempo, combinando e complementando suas atividades agrícolas, com um só propósito: a sobrevivência familiar.

A pesquisa indica que a mobilidade espacial é recente, já que os agricultores entrevistados na região do Baixo Purus moram no local em média de 5,8 anos (com variação de 7 meses a 11 anos). Presume-se que as recentes migrações internas são reflexo, principalmente, da forma como a política ambiental vêm sendo implementada na microrregião. Os agricultores entrevistados no médio Purus residem no local em média há 10 anos (com variação de 20 a 30anos), incentivados à migrarem para a área provavelmente devido aos projetos, programas e associações agroextrativistas de incentivo ao extrativismo vegetal.

Por outro lado segundo Melo e Pinto (2003), a decisão de migrar, de certo modo está subjacente a uma atitude de resistência às privações a que estão sujeitos, em uma luta pelo controle de sua própria história. Essa decisão não pode ser analisada apenas sobre o aspecto da decisão particular, mas do ponto de vista da impossibilidade econômica de permanecer no lugar de origem, por causa de questões estruturais de uma sociedade gerida pela lógica do capital (MELO e PINTO, 2003).

Nas duas microrregiões do Purus, a pesquisa de campo sugere que os motivos da mobilidade espacial ocorrente ao longo da calha do rio Purus são os seguintes:

I - Criação da *Reserva Biológica* Abufari, caracterizada pela implementação centralizada e autoritária, sem levar em consideração as populações que habitam essas áreas (DIEGUES, 1996);

II - Criação da *Reserva de Desenvolvimento Sustentável* Piagaçu-Purus, que apesar de permitir a presença de moradores, limita o acesso e as formas de usos dos recursos naturais (VELASQUEZ, 2008);

III - Formação *de cooperativas mistas dos produtores*, que são organizações coletivas visando a prestar serviços diretamente aos associados e atender a mais de um objetivo econômico, político ou social, para melhorar as problemáticas de abastecimento e consequentemente a melhoria da qualidade de vida dos agricultores (CRUZIO 2005);

IV - Programa *de governo de incentivo de produção agropecuária e agrícola*, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico da região e atender as necessidades do mercado, influenciando as estratégias de produção (JUNK *et al.*, 2000);

V - *Demarcações de terras indígenas*, estas, por sua vez, *são* estabelecidas constitucionalmente como bens da União, sendo reconhecidos aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (RICARDO, 2008);

VI- Funcionamento da *associação agroextrativista*, que é uma forma de organização coletiva das comunidades tradicionais que busca compatibilizar os objetivos ambientalistas com as demandas das populações locais e a garantia de usufruto das áreas extrativistas para os seringueiros, coletores de castanha e andiroba (ESTERCI, 2008). No médio e alto Purus as associações vêm envolvendo várias comunidades isoladas, aumentando o número de pessoas associadas;

VII – A precariedade ou a ausência de políticas públicas (na área de saúde, educação e no setor produtivo), que segundo Alencar (2005), o espaço rural por meio dessas pessoas apresentam características diversas no seu modo de ocupação e produção, em consequência desse fator;

VIII - As condições ambientais, que também influenciam nos modos de ocupação e produção, ocasionando às vezes a perda da produção e os deslocamentos das casas provocadas pelo fenômeno da terra caída (ALENCAR, 2005).

b) Distribuição Etária e Composição Familiar

A distribuição etária dos membros das famílias dos agricultores entrevistados está apresentada no Gráfico 2. Verifica-se um perfil etário caracterizado pela presença de uma população jovem, com grande proporção de crianças e adolescentes, entre 0 a 20 anos, e jovens/adultos entre 21 a 40 anos. Esta parcela da população representou 27,3 % do total de agricultores, sendo que a proporção de pessoas com mais de 40 anos representou 12,2%. Quando comparadas as regiões do baixo e médio Purus, 2,7% e 9,5%, respectivamente representam pessoas com mais de 40 anos.

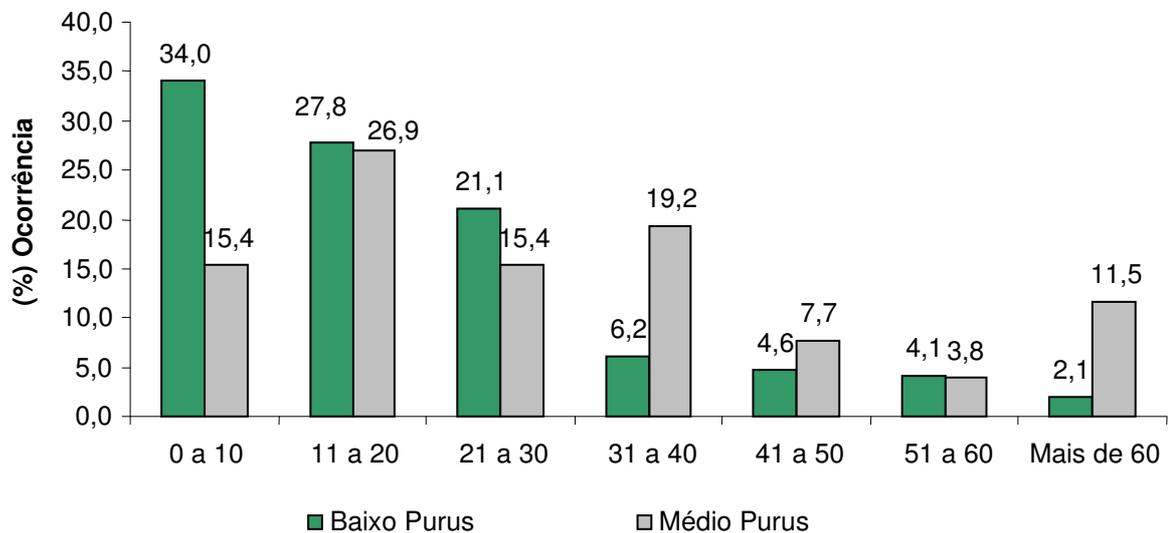


Gráfico 2. Percentual dos membros da família dos agricultores entrevistados por faixa etária nas comunidades estudadas da calha do rio Purus/baixo Purus, AM.

FONTE: Dados da viagem campo setembro de 2006.

N= 194 (baixo Purus) /N= 26 (médio Purus).

Quando comparadas as regiões do baixo e médio Purus, observa-se uma maior proporção de agricultores jovens no baixo Purus e agricultores com mais de 30 anos no médio Purus.

O número médio de pessoas por família, considerando o pai, a mãe, os filhos e agregados (genros e noras), nas duas microrregiões é de 6,5. Em média a família é composta por 4,1 filhos, onde 2,4 filhos são maiores de 8 anos e 1,7 filhos são menores de 8 anos.

Corroborando com Noda et al (2001), a *unidade de produção* está assentada na força de trabalho familiar, e inclui todos os braços envolvidos com o trabalho, com a participação dos filhos a partir de 8 anos e, geralmente, a esposa ou algum agregado. Está assentada na força de trabalho familiar, o qual este, representa um dos fatores limitantes a reprodução familiar. Durante a pesquisa, foi constatado que as relações sociais na economia da agricultura familiar são marcadas pelo parentesco, que conforme Noda et al (2001), no processo produtivo, são as relações sociais que expressam as necessidades econômicas da agricultura familiar, em termos de suprimento da força de trabalho.

A *unidade de consumo* integra todas as pessoas consideradas da família, inclusive, quando é o caso, agregados; inclui os filhos menores que ainda não trabalham diretamente, os que saíram para estudar ou trabalhar mas que, de alguma forma permanecem dependentes e os idosos.

c) Escolaridade

O Gráfico 3 aponta que as pessoas que integram o conjunto das famílias dos agricultores pesquisados, 41,9% no baixo Purus e 75% no médio Purus, são estudantes da primeira a quarta série do ensino fundamental. Essas proporções são maiores, devido à existência de escolas de 1ª a 4ª série nas comunidades rurais. Um fato, que chama atenção, é para o déficit educacional, quando foram indagados os níveis educacionais (sabe ler e/ou escrever). O fato de ter frequentado a escola não necessariamente confere ao agricultor a habilidade da escrita e da leitura. A situação é bastante precária quanto a maneira como está sendo transmitido o ensino escolar para os agricultores, esta situação é refletida pela taxa de analfabetismo.

A baixa escolaridade dos agricultores familiares se reflete no modo de vida das comunidades. Esta baixa escolaridade compromete a busca por informações técnicas agronômicas (como as alternativas de melhoria da produção agrícola), visto que, muitas vezes

as informações necessárias somente estão melhores acessíveis em cartilhas, manuais e livros, do que a própria visita de um agente técnico na comunidade.

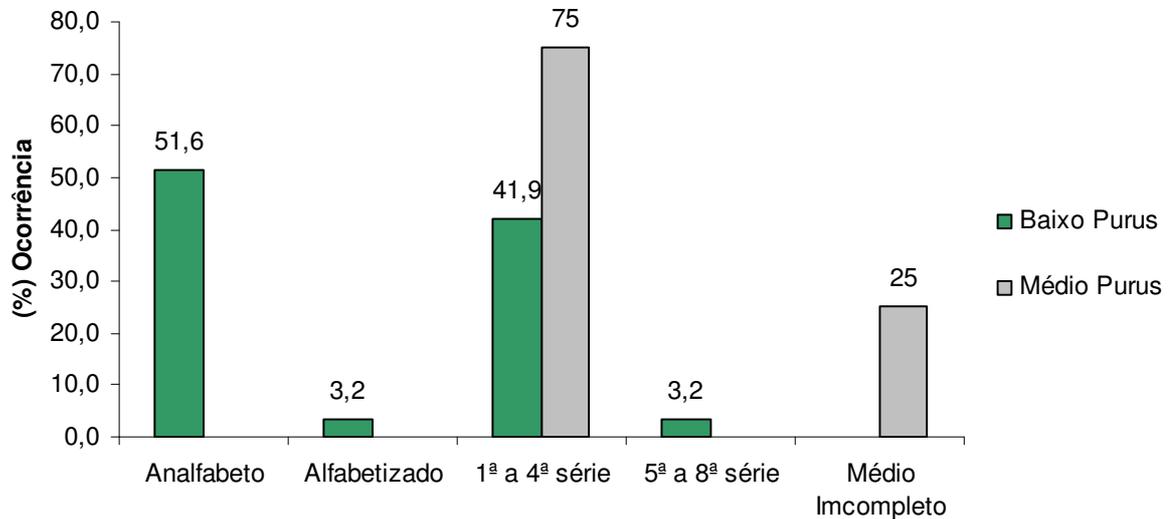


Gráfico 3. Percentagem de agricultores familiares por nível escolar no baixo e médio Purus, AM.

Fonte: Dados da viagem campo setembro de 2006.

N= 31 (baixo Purus) /N= 4(médio Purus).

A baixa escolaridade oferece possibilidades limitadas do desenvolvimento intelectual, impossibilita o acesso às informações, os saberes e os conhecimentos por meio da escola, como consequência, observa-se um baixo nível de participação em associações e movimentos sociais. Certamente o nível de instrução mais elevado pode contribuir para o entendimento das questões sociais, políticas, ambientais e favorecer a participação e a organização política dos agricultores para pressionar pela implementação de políticas públicas em sua comunidade.

É necessário repensar o sentido da educação escolar no mundo rural, têm que haver um diálogo com as secretarias (prefeituras), escolas e comunidades para propor políticas públicas que visem minimizar, por exemplo, o problema da dificuldade do não saber ler e escrever mesmo frequentando a escola. São de extrema importância o acesso à informações, organização política e social, minimizar a dependência das políticas assistencialistas e para a melhoria do capital humano dessas famílias.

3.2 Aspectos Fundiários

Em relação às diferentes formas de apropriação da terra, dos agricultores familiares que informaram, verificou-se que 63% são posseiros⁵ (sem nenhuma titulação sobre a terra), 14% são arrendatários⁶ e 3% apresentaram-se como proprietário⁷ (possuindo o documento de concessão de uso).

O reconhecimento formal da propriedade rural tem grande valor econômico, social e psicológico para os agricultores. Cabe ressaltar que os agricultores familiares na categoria de posseiros, encontram-se em situação bastante precária, tendo que lutar pela apropriação da terra. Conforme Noda (2000), esta situação gera um processo de instabilidade, onde a grande maioria dos agricultores busca no plantio de espécies perenes assegurarem suas áreas de terras.

A falta de regularização fundiária em áreas públicas nas microrregiões pesquisadas favorece a ocorrência da exploração de mão-de-obra, feita pelos “ditos” donos de terra (“donos do lago”, “donos da várzea” e “donos dos castanhais em terra firme”, conforme os agricultores os denominam) sobrepondo-se aos agricultores que já habitavam há tempo nessas áreas. Conforme os depoimentos dos entrevistados, esses donos de terras residem nos municípios próximos, e só aparecem na época da colheita dos produtos florestais e dos agrícolas, levando a metade da produção colhida, como forma de pagamento pelo arrendamento da terra.

De acordo com Benatti (2008), as áreas ocupadas pelos agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos etc., principalmente, aquelas que o governo não deu uma destinação social, seja para reforma agrária ou para a proteção ambiental, são utilizadas para sua

⁵ *Posseiro ou Ocupante*: aquele que ocupa ou detém pacificamente a posse da área rural (IN-SDS nº 002 de 11/02/2008);

⁶ *Locatário ou Contratante*: que recebeu do proprietário, por meio de contrato firmado entre as partes, por tempo e preço determinado, o uso e gozo do bem do imóvel onde se vai realizar o manejo (IN-SDS nº 002 de 11/02/2008);

⁷ *Proprietário*: aquele que possui ou detém posse legal da terra (IN-SDS nº 002 de 11/02/2008).

sobrevivência através do uso e manejo dos recursos naturais por esses grupos sociais. Entretanto o que se vê, é que esses grupos sociais não possuem a informação desses direitos que garantem o usufruto dessas áreas por eles ocupadas. Ao contrário disto, a informação que eles obtêm, é que eles são invasores de uma área que já tem dono. A falta de regularização fundiária, de informações e o fato de ocuparem terras que pela legislação pertence à União, se configura numa barreira para a implementação das políticas agrícolas, uma vez que, por exemplo, para a obtenção do crédito rural é necessário comprovar a posse da terra, conforme pode ser observado no dístico abaixo, sobre o ponto de vista do gerente de escritório do Idam.

“...A questão fundiária é complicada. O Idam tem procurado não entrar em conflito, tendo em vista, que os agricultores familiares residentes na calha do Purus, são donos de direitos, mas não de fato da terra. Os agricultores ficam submissos na hora de crescer, por conta de não serem donos da região...”(Sr. I. L. 42 anos. Gerente de escritório do IDAM do Município de Beruri, AM).

Corroborando com Abreu (2005), as questões fundiárias geram tensões sociais e afetam negativamente a relação da população com a terra e com os recursos naturais. A propriedade jurídica da terra é fundamental para o desenvolvimento das atividades agrícolas, já que sem a mesma, o agricultor não desfrutará de autonomia necessária para tomar decisões e não terá acesso à determinada política agrícola, no caso acesso ao crédito rural.

Contudo, a situação fundiária na região de pesquisa é muito confusa e indefinida pela ausência de uma política fundiária. O que se observa é um quadro que favorece a grilagem da terra, a retirada de madeira e a submissão dos agricultores aos que se dizem “donos” da várzea, do lago e da terra firme.

3.3 Atividades Econômicas

As atividades econômicas realizadas pelos agricultores familiares ao longo da calha rio Purus, são atividades importantes na reprodução das famílias para suprir as necessidades internas da unidade de produção, como materiais para construção, remédios, alimentos, fonte

energética, fonte de renda pela comercialização de produtos agrícolas no mercado regional ou para os atravessadores.

O extrativismo madeireiro, a pesca e a agricultura atualmente imperam como as atividades maior importância nas duas microrregiões. Porém, o extrativismo não madeireiro é uma atividade muito expressiva no médio Purus, devido principalmente, ao fortalecimento da Aspacs que absorve grande parte dos produtos não madeireiros, como a andiroba, a borracha e o mel (Tabela 2).

Atividades Desenvolvidas	Baixo Purus	Médio Purus
	%	
Extração madeireira	100	100
Extração não-madeireira	39	85
Agricultura	87	100
Pesca	100	100
Criação animal	48	55
Caça	35	79

Tabela 2. Distribuição das diferentes atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores das comunidades estudadas da calha do rio Purus/baixo Purus, AM.

FONTE: Dados de campo setembro de 2006.

N= 31 (baixo Purus) / N= 33 (médio Purus)

A maior parte da produção é para a própria sobrevivência, sendo que a comercialização dos produtos oriundos do extrativismo e agricultura ocorrem em menores proporções. Os produtos comercializados são basicamente para adquirirem os produtos industrializados que são fornecidos pelos agentes de intermediação (barcos recreios e o patrão). Contudo, grande parte das atividades realizadas pelos agricultores familiares é de suma importância para o consumo interno das unidades de produção, sendo atividades importantes para o abastecimento das famílias nas comunidades (Tabela 3).

Atividades Desenvolvidas	Baixo Purus		Médio Purus	
	Consumo (%)	Venda (%)	Consumo (%)	Venda (%)
Extração madeireira	100,0	19,4	100,0	21,2
Extração não-madeireira	38,7	16,1	54,5	51,5
Agricultura	87,1	35,5	100,0	69,7
Criação animal	48,4	16,1	54,5	27,3
Pesca	100,0	12,9	100,0	-
Caça	35,5	3,2	78,8	12,1

Tabela 3. Percentual das atividades econômicas desenvolvidas para consumo e venda através dos agricultores entrevistados nas microrregiões do Baixo e Médio Purus, AM.

FONTE: Dados de campo setembro de 2006.

N= 31 (Baixo Purus) /N= 33 (Médio Purus)

a) Agricultura

Das 26 espécies arbustivas e herbáceas cultivadas pelos agricultores, 08 são as principais que se destacam tanto para o consumo como para a comercialização: mandioca, feijão, melancia, jerimum, milho, macaxeira, cebolinha e banana (Tabela 4).

Espécies Cultivadas	Baixo Purus		Médio Purus	
	C (%)	V (%)	C (%)	V (%)
Mandioca <i>Manihot esculenta</i> Crantz.	88,9	22,2	84,8	27,3
Feijão <i>Vigna unguiculata</i> (L) Walp.	74,1	11,1	84,8	54,5
Melancia <i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Matsum	63	14,8	87,9	21,2
Jerimum <i>Cucurbita máxima</i> Duchesne	40,7	11,1	66,7	18,2
Milho <i>Zea mays</i>	55,6	7,4	51,5	12,1
Macaxeira <i>Manihot esculenta</i> Crantz.	48,1	3,7	54,5	15,2
Cebolinha <i>Allium fistulosum</i> L	29,6	-	33,3	-
Banana <i>Musa</i> sp.	40,7	14,8	45,5	9,1
Pimentão <i>Capsicum annuum</i> L	14,8	-	-	-
Tomate <i>Solanum esculentum</i>	14,8	-	6,1	3
Melão <i>Cucumis melo</i> L.	11,1	3,7	18,2	3
Couve <i>Brassica oleraceae</i> L.	11,1	-	12,1	-
Pepino <i>Cucumis sativus</i> L.	11,1	-	6,1	3
Batata-doce <i>Ipomea batatas</i> (L.) Lam.	7,4	-	18,2	6,1
Quiabo <i>Hibiscus esculentus</i> L.	7,4	-	3	-
Maxixe <i>Cucumis anguria</i> L.	-	-	12,1	3
Pupunha <i>Bactris gasipaes</i> Kunth	7,4	3,7	6,1	6,1
Mamão <i>Carica Papaya</i> L.	3,7	-	12,1	3

Coentro <i>Coriandrum sativum</i> L.	3,7	-	-	-
Chicória <i>Erygium foetidum</i> L.	3,7	-	3	-
Malva <i>Gossypium herbaceum</i> L.	-	3,7	-	-
Pimenta doce <i>Capsicum chinense</i> Jacq	-	-	15,2	3
Abacaxi <i>Ananas comosus</i> (L.) Merr.	-	-	3	-
Côco <i>Cocos nucifera</i> L.	-	-	3	-
Limão <i>Citrus</i> ssp.	3,7	-	-	-
Cana-de-açúcar <i>Saccharum officinarum</i> L.	3,7	-	-	-

Tabela 4. Relação das espécies arbustivas e herbáceas cultivadas nas comunidades estudadas do baixo e médio Purus, AM.

FONTE: Dados de campo setembro de 2006. N= 31 (baixo Purus) /N= 33 (médio Purus).

É possível visualizar que a comercialização dos produtos agrícolas para consumo interno é mais intensa no médio Purus, pois, existe em Lábrea, uma Feira dos Produtores e Atravessadores, próxima à calha do rio. Esta feira é ocupada pelos atravessadores de segunda-feira a sábado, e aos domingos pelos agricultores que moram tanto nas comunidades rurais da várzea, como os que moram nos assentamentos rurais localizados na terra firme. Em contrapartida, no município de Beruri há uma feira também próxima à calha do rio, porém funciona somente para a venda de roupas, lanchonetes e carnes congeladas, ou seja, o espaço ideal da feira para os agricultores exporem e comercializarem os seus produtos agrícolas encontra-se comprometidos com a venda de produtos industrializados.

De acordo com os dados do IDAM de Beruri, os principais produtos agrícolas produzidos nas comunidades são: a **Mandioca** (76 comunidades), o **Açaí** (60 comunidades), a **Banana** (50 comunidades), a **Malva** (40 comunidades), o **Cupuaçu** (20 comunidades), a **Pupunha** (5 comunidades) e a **Laranja** (3 comunidades). Por não terem uma demanda no próprio município, elas têm o seu destino certo para os municípios de Manacapuru e Manaus através dos barcos recreios que passam recolhendo a produção agrícola. Porém, existe uma demanda do município por produtos agrícolas oriundos dos municípios de Manaus e Anamã: como frutas (mamão, maracujá, abacate) e hortaliças (tomate, cebola, pimentão e pimenta).

Nas comunidades rurais do município de Lábrea, os principais produtos agrícolas são: a **Mandioca** (90% provêm das comunidades) e o **Feijão-de-Praia** (60% provêm das comunidades), conforme os dados obtidos com o IDAM de Lábrea. Ao contrário de Beruri, existe uma demanda no município para esses dois produtos, principalmente a mandioca. A farinha de mandioca chega a ter uma produção de 4.500 toneladas no município, ela é pouco exportada, mas seu principal consumidor é Porto Velho. O preço médio da saca (60 kg) custa R\$ 50,00 e o preço médio do litro (1L) custa R\$ 1,00 a R\$ 1,50. Já o feijão-de-praia chega a abastecer o município de Lábrea, porém grande parte da sua produção (90%) é exportada para as cidades de Porto Velho e Manaus, ficando uma pequena parte da sua produção (10%) em torno de 800 a 1.500 toneladas no município de Lábrea.

Com base nos resultados apresentados, a comercialização dos produtos agrícolas, no nível estadual e municipal, não tem obtido muito sucesso na medida de melhorar a qualidade de vida dos agricultores, por vários motivos: a falta de representatividade dos conselhos estaduais e municipais em discutir os gargalos da produção e o escoamento agrícola; a falta de envolvimento das prefeituras e as secretarias de produção em elaborar políticas públicas com propostas alternativas advindas dos agricultores; o programa Pronaf, o Basa e o Banco do Brasil não levam em conta, os produtos que podem melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares através do próprio consumo, avaliam essencialmente a viabilidade do projeto do ponto de vista econômico-financeiro (dessa forma, as atividades mais voltadas para o consumo próprio não são consideradas no cálculo econômico da análise financeira, fato este identificado nos programas de crédito rural); a falta de índices técnicos adaptados aos processos que diferem do pacote tecnicista comum nas instituições de pesquisa e extensão, entre outros.

As atividades agrícolas são desenvolvidas em áreas de terra firme e várzea, sendo que, as áreas mais exploradas para os cultivos anuais são em áreas de várzea. A área média dos

cultivos é de pequena extensão, sendo que as propriedades rurais (86,84% em área de várzea e 92,86% em área de terra firme) não ultrapassa 1,5 ha. Poucas são as propriedades que exploram áreas maiores, variando de 4 a 5 ha (2,63% em várzea e 7,14% em terra firme).

O trabalho agrícola nas comunidades é realizado na maioria por todos os membros da família (48,3%), sendo excluído as crianças menores de 8 anos. Dos restantes (51,7%), somente as esposas (26,7%) ou somente os filhos sozinhos (20%) realizam atividades agrícola, enquanto que o pai sozinho possui a menor participação no plantio (5%). De forma geral, é ele que organiza o trabalho junto com a família e, junto com os agregados da família exercem outras atividades, como por exemplo, pesca, extrativismo madeireiro, coleta da castanha e a caça.

A produtividade do trabalho na atividade agrícola é influenciada pelo regime das águas e pela dificuldade de acesso as áreas de plantio. Assim, o calendário das atividades agrícolas segue o regime das águas, sendo que: na época da enchente e vazante, os agricultores estão preparando a área⁸ (compreende a limpeza da vegetação); na cheia (com duração de 4 a 5 meses, dez/mar), ocorrem outras atividades, bem como, a fabricação de farinha de mandioca, a coleta de castanha e a extração de seringa; no início da seca (maio/julho), é a fase, em que os agricultores estão o cultivando as espécies olerícolas e frutíferas (compreende desde o coveamento a semeadura); no final da seca (out/nov), inicia-se a colheita dos produtos agrícolas anuais e ao mesmo tempo ocorre o preparo da área, recomeçando o ciclo de plantio (Quadro 7.).

⁸ Segundo Noda et al (2007), estudando as comunidades adjacentes do município de Pauini (localizado na confluência do rio Pauini com o rio Purus/Alto Purus), verificou que o preparo de área para o plantio pode iniciar antes da inundação (janeiro/fevereiro) ou depois da inundação através de uma limpeza da vegetação, principalmente o murim (*Paspalum fasciculatum* Willd. ex Fluggé) e canarana (*Panicum spectabile* Nees ex Trin).

Ciclo Hidrológico	Cheia					Vazante		Seca			Enchente	
Habitats	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Praia	–	–	–	–	–	1	1/2	–	3	3	1/3	1/3
Várzea	–	–	–	–	–	–	–	–	3	3	3	3
Terra Firme	3/4/5	3/4/5	3/4/5	1	1/2	2	–	–	–	–	3	3

Quadro 7. Calendário Agrícola das atividades desenvolvidas durante o ano em acordo com regime hidrológico e os habitats utilizados pelos agricultores entrevistados do baixo e médio Purus, AM.

FONTE: Dados de campo setembro de 2006.

(1) Preparo de área; (2) Cultivo; (3) Colheita; (4) Extrativismo e (5) Fabricação de farinha

A produção das espécies agrícolas anuais (mandioca, milho, feijão e melancia) ocorrem na unidade paisagística denominada de “Praia”. As praias podem ser visualizadas ao longo da calha do rio, no período da seca dos rios (setembro/2006).

É interessante a organização espacial e social dos agricultores para a realização do plantio nas áreas de praias. Existe entre eles, um acordo informal, onde cada família delimita o espaço da sua área de plantio, não havendo nenhum tipo conflito entre eles. Por vezes, ocorrem conflitos dos agricultores com os agentes do Ibama, que restringem essas áreas para a proteção ambiental, devido algumas dessas praias serem locais de desova de quelônios.

Segundo Pereira (2007), pesquisando as unidades paisagísticas de várzea, conceitua que as “Praias”, são deposições de partículas arenosas, predominantemente, são planas e emergem poucos metros acima do nível mais baixo do rio durante a fase seca, e elas caracterizam a fase atual do rio. O autor também menciona que estas praias são locais de desova de quelônios e aves aquáticas, e, por isso, em alguns locais são protegidos pelos moradores ou pelo órgão de preservação ambiental do governo federal, no caso o Ibama.

As sementes são obtidas pelo próprio agricultor, através da reprodução vegetativa (assexuada e sexuada) e/ou pelo compartilhamento das espécies vegetais entre a vizinhança comunitária (78,1%). Entretanto, foram observadas em menor proporção outras formas de aquisição de sementes, como a compra (15,6%) ou distribuição pelo IDAM (6,25%). Porém, muitas vezes ocorre o atraso da chegada dessas sementes e muitos reclamam, pois quando

estas chegam, às condições ambientais não são mais favoráveis para o plantio, desestruturando a produção agrícola.

As famílias sentem a necessidade de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas. Nas comunidades pesquisadas, conforme relatado por Noda (2000), uma assistência técnica eficiente é capaz de amenizar os problemas no meio rural, passa necessariamente pela orientação e pelo assessoramento dos produtores no tocante à sua própria organização, à orientação quanto às técnicas agronômicas adaptadas e quanto à comercialização, preços de insumos e de produtos agrícolas.

Entretanto, ao contrário do que o autor menciona, o que foi verificado nas comunidades pesquisadas é a inexistência de uma assistência técnica eficiente, e quando existe, resume-se a ações assistencialistas por parte do governo estadual, como a mera distribuição de sementes.

Os dados da tabela 5 reafirmam a ausência dos serviços prestados pelo Idam, pela secretaria municipal de produção ou pela prefeitura nas comunidades pesquisadas. No baixo Purus, a proporção de agricultores que não recebem nenhum tipo de assistência técnica para a sua produção é grande, provavelmente relacionado ao fato de que o escritório local em Beruri é relativamente novo no município, completando um ano de criação em 2006.

Assistência Técnica	Baixo Purus	Médio Purus
	%	
Recebe assistência	3,7	33,3
Não recebe assistência	96,3	66,7

Tabela 5. Percentual dos agricultores familiares que recebem assistência técnica no baixo e médio Purus, AM. FONTE: Dados de campo setembro de 2006. N= 31 (baixo Purus) /N= 33 (médio Purus).

No médio Purus, menos da metade dos agricultores entrevistados recebem assistência e constam na pesquisa que muitos deles, quando precisam de informações técnicas agronômicas, eles se deslocam para o escritório do IDAM, em Lábrea. Provavelmente, isso

ocorre devido os agricultores pesquisados no médio Purus, além de estarem mais organizados em associações dispõem do escritório local do IDAM que atua na área há 42 anos, ou seja, tempo suficiente para as políticas de desenvolvimento agrícola acontecerem.

b) Criação Animal

Nas comunidades pesquisadas, constatou-se a criação de animais de pequeno e grande porte. As espécies animais de pequeno porte têm a maior representatividade, no caso, são as aves (42%) e suínos (17%). Já a criação das espécies animais de grande porte tem menor representatividade, sendo que são os bovinos representam somente 6% da criação animal.

A criação de aves é destinada ao consumo familiar, mais do que propriamente para venda. Enquanto que a criação de bovinos e suínos são destinadas, em maior proporção, para a venda. Corroborando com Noda *et al.*, (2007), todos os animais criados pelas famílias dos agricultores na região do Purus (em Pauini), visam atender as necessidades de consumo familiar, porém, os autores argumentam ainda que a criação bovina apresentam outras finalidades como pagamento de serviços terceirizados e vender numa situação de “aperreio”.

c) Extrativismo animal

- Caça

A pesquisa constatou que 35,5% dos agricultores entrevistados (baixo Purus) e 78% (médio Purus) praticam a atividade caça de animais silvestres. Porém, estão ocorrendo restrições ambientais quanto a atividade mencionada, com maiores pressões das políticas ambientais no baixo Purus e em menor intensidade no médio Purus. E isso, possibilita explicar a discrepância dos resultados da atividade caça entre as duas microrregiões. Os agricultores do baixo Purus reclamam das medidas autoritárias por parte dos agentes do Ibama, restringindo a caça, na qual grande parte é para o consumo familiar.

Cabe ressaltar que a carne de caça é o alimento mais importante no fornecimento de proteína, depois do peixe, sendo que na maioria das vezes a caça atende somente as necessidades de consumo familiar, não sendo realizada a venda dos animais abatidos.

Na tabela 6, podem-se visualizar as 17 espécies de animais silvestres principais, capturadas pelos agricultores familiares, que são utilizadas tanto para o consumo como para a comercialização. Conclui-se que 54,2% das espécies animais destacadas com maior disponibilidade para o consumo, são: *o caítilu, a queixada, a cutia e o tatu*. Enquanto que, 45,3% das espécies animais com maior disponibilidade para a comercialização, são: *a queixada e o jacaré*.

Nome Vulgar	Nome Científico	Frequência (%)	
		Consumo	Venda
Mamíferos			
Caititu	<i>Tayassu tajacu</i>	14,0	9,0
Queixada	<i>Discotyles labiatus</i>	14,0	36,3
Cutia	<i>Dasiprocta aguti</i>	13,1	–
Tatu	<i>Dasyopus sp.</i>	13,1	–
Veado	<i>Mazma sp.</i>	7,8	–
Anta	<i>Tapirus sp.</i>	4,3	–
Macaco	Vários gêneros	1,7	9,0
Capivara	<i>Hidrochoerus capivara</i>	1,7	–
Paca	<i>Coelogenys paca</i>	1,7	–
Quati	<i>Nasua nasua</i>	0,88	–
Répteis			
Jacaré	<i>Melanosuchus Niger</i>	7,8	18,1
Jabuti	<i>Testudo tabulata</i>	7,8	9,0
Tartaruga	<i>Podocnemis expansa</i>	7,0	18,1
Aves			
Inhambu	<i>Tinamus sp.</i>	1,7	–
Jacu	<i>Penelope jacucaca</i>	0,88	–
Mutum	<i>Mitu mitu</i>	0,88	–
Galego	<i>Numenius phaeopus</i>	0,88	–
Total		100	

Tabela 6. Frequência relativa dos animais silvestres utilizados pelos agricultores familiares entrevistados no baixo e médio Purus, AM.

FONTE: Dados de campo, 2006.

N= 31 (baixo Purus) / N= 33 (médio Purus)

- Pesca

A pesca exercida pelos agricultores pesquisados é realizada, fundamentalmente, para o atendimento do consumo familiar, comercializando apenas o excedente. A pesquisa reafirma que todos os agricultores pesquisados do baixo Purus (100%) e do médio Purus (100%) praticam a pesca de subsistência.

Entretanto no baixo Purus, 12,9% dos chefes de famílias de agricultores pesquisados dedicam somente as atividades da pesca e praticam a sua comercialização. De acordo com Palheta (2004) a atividade de pesca é a que comumente consome maior tempo de trabalho do produtor, depois da agricultura.

A pesca é executada com apetrechos confeccionados artesanalmente (anzol/linha, caniço, espinhel, flecha, malhadeira e tarrafa). O meio de transporte fluvial mais utilizado é canoa a remo, por vezes, com motor de rabeta quando necessitam realizar grandes deslocamentos. Os locais da maior atividade pesqueira são o rio Purus, lagos e igapós próximos às comunidades.

De acordo com o ciclo hidrológico, destacam-se as espécies principais:

I - No período de seca as 08 espécies mais citadas são: sardinha (*Triporthesus* sp.), aruanã (*Osteoglossum bicirhosum*), bacu (*Platydora costatus*), caparari (*Pseudoplatystoma tigrinum*), jundiá (*Pimelodus*, *Pimelodella*, *Rhamdia*), pirarucu (*Arapaima gigas*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e tucunaré (*Cichla* sp.);

II - No período da cheia as 12 espécies mais citadas são: aruanã (*Osteoglossum bicirhosum*), branquinha (*Anodus laticeps*), bacu (*Platydora costatus*), acará (*Astronotus* sp.), curimatã (*Prochilodus nigricans*), jundiá (*Pimelodus*, *Pimelodella*, *Rhamdia*), mandi (*Pimelodus*, *Pimelodella*, *Rhamdia*), pacu (*Mylossoma* spp.), pirapitinga (*Piaractus brachyopomus*), pirarara (*Phracocephalus hemiliopterus*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e tucunaré (*Cichla* sp.);

III - No período da vazante as 08 espécies mais citadas são: jundiá (*Rhamdia quelen*), caparari (*Pseudoplatystoma tigrinum*), bacu (*Platydora costatus*), cuiú (*Pseudodoras niger*), jeju (*Hoploerythrinu unitaeniatus*), pescada (*Plagioscion* sp.), pirarara (*Phracocephalus hemiliopterus*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*);

IV - No período da enchente as 13 espécies mais citadas são: aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), branquinha (*Anodus laticeps*), caparari (*Pseudoplatystoma tigrinum*), acará (*Astronotus* sp.), curimatã (*Prochilodus nigricans*), mandi (*Pimelodus*, *Pimelodella*, *Rhamdia*), jaraqui (*Semaprochilodus* sp.), pacu (*Mylossoma* spp.), piranha (*Serrassalmus eigenmanni*), pirarara (*Phracocephalus hemiliopterus*), sardinha (*Triportheus* sp.), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), tambaqui (*Colossoma macropomum*).

d) Extrativismo vegetal

Todos os agricultores familiares (100%) extraem produtos florestais madeireiros e (62,5%) extraem produtos não madeireiros, primeiramente para atender à demanda das famílias na própria comunidade. Em geral, os recursos extraídos da floresta são divididos entre as famílias na própria comunidade (NODA *et al.*, 2007), mas parte dos recursos florestais madeireiros e principalmente os não madeireiros também são comercializados.

Os produtos madeireiros extraídos são utilizados para construção de casas (para moradia e casa-de-farinha), tabuleiros ou balcões suspensos (para os cultivos de hortaliças condimentares e plantas medicinais), flutuantes de madeira (para o abrigo dos animais na época da cheia, banheiro comunitário), confecções dos instrumentos de trabalho (canoas, remos e apetrechos). As principais espécies madeireiras são: Louro, Maçaranduba, Paxiúba, Assacu e Jacareúba, sendo estas duas últimas, principais espécies madeireiras exploradas para a comercialização.

Os dados da Tabela 7 mostram as principais espécies arbóreas encontradas e utilizadas nas áreas de floresta, conforme as citações dos entrevistados.

Nome Vulgar	Nome Científico	Frequência (%)
Goiaba-araça	<i>Psidium guajava</i> L.	71,8
Açaí	<i>Euterpe</i> spp.	46,8
Embaúba	<i>Cecropia</i> sp.	45,3
Seringa	<i>Hevea brasiliensis</i> Muell. Arg.	45,3
Manga	<i>Mangifera indica</i> L.	43,7
Inga	<i>Inga</i> spp.	43,7
Caju	<i>Anarcadium occidentale</i> L.	42,1
Limão	<i>Citrus</i> spp.	40,6
Castanha	<i>Bertholletia excelsa</i> Humb. & Bonpl.	39,0
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i> Aubl.	39,0
Samaúma	<i>Ceiba pentandra</i> (L.) Gaertn.	35,9
Cuia	<i>Polycias</i> sp.	35,9
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> Kunth.	34,3
Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.	34,3
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.	32,8
Bacuri	<i>Rheedia brasiliensis</i> (Mart.) Planch. & Triana	31,2
Coco	<i>Cocos nucifera</i> L.	31,2
Jambo	<i>Eugenia malaccensis</i> L.	31,2
Cedro	<i>Cedrella fissilis</i> Vell.	25,0
Caxinguba	<i>Ficus anthelminthica</i> Mart.	23,4
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd. Ex Spreng.) K. Schum.	23,4
Puruí	<i>Kotschubaea sericantha</i> Standley	21,8
Tapereba	<i>Spondias lutea</i> L.	23,4
Fruta-pão	<i>Artocarpus altilis</i> (Parkinson) Fosberg	21,8
Mamão	<i>Carica papaya</i> L.	20,3
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i> L.	20,3
Urucum	<i>Bixa orellana</i> L.	18,7
Laranja	<i>Citrus</i> spp.	18,7
Lima	<i>Citrus</i> spp.	18,7
Bacabinha	<i>Oenocarpus minor</i> Mart.	17,1
Jacareúba	<i>Calophyllum brasiliense</i> Cambess.	17,1
Umari	<i>Poraqueiba sericea</i> Tul.	15,6
Tangerina	<i>Citrus reticulata</i> Blanco	15,6
Louro Amarelo	<i>Ocotea</i> spp.	15,6
Jenipapo	<i>Genipa americana</i> L.	14,0
Cacaúí	<i>Theobroma sylvestris</i> Aubl. Ex Mart.	12,5
Assacu	<i>Hura crepitans</i> L.	12,5
Abacate	<i>Persea americana</i> Mill.	12,5

Pitomba	<i>Talisia cupularis</i> Radlk.	12,5
Azeitona	<i>Olea europaea</i> L.	10,9
Graviola	<i>Anona muricata</i> L.	10,9
Maçaranduba	<i>Manilkara huberi</i> (Huber) Standl.	10,9
Paxiuba	<i>Socratea exorrhiza</i> (Mart.) H. Wendl.	10,9
Sorva	<i>Couma utilis</i> (Mart.) Muell. Arg.	10,9
Inaja	<i>Maximiliana martiana</i> Karst.	9,3
Copaíba	<i>Copaifera multijuga</i> Hayne	9,3
Casca Fina	<i>Myrcia magna</i> Legrand	7,8
Abil	<i>Pouteria guyanensis</i> Aubl.	7,8
Muiratinga	<i>Naucleopsis caloneura</i> (Hub.) Ducke	7,8
Ubim	<i>Geonoma deversa</i> (Poit.) Kunth	7,8
Palha Branca	<i>Athalea</i> sp.	6,2
Algodão Bravo	<i>Bombacopsis nervosa</i> (Uitt.) A. Robyns	6,2
Biriba	<i>Rollinia exsucca</i> A.DC.	6,2
Acariquara	<i>Minguartia guianensis</i> Aubl.	4,6
Caraná	<i>Mauritia carana</i> Wall	3,1
Macacaúba	<i>Platymiscium duckei</i> Huber	4,6
Paracuúba	<i>Lecointea</i> spp.	4,6
Margosa	<i>Azadiractha indica</i>	3,1
Mapati	<i>Pouroma cecropiaefolia</i>	3,1
Marupa	<i>Simaruba amara</i> Aubl.	3,1
Lacre Vermelho	<i>Vismia guianensis</i> (Aubl.) Choisy.	3,1
Goiaba de Anta	<i>Bellucia imperialis</i> Saldanha & Cogn.	3,1
Envira	<i>Guatteria procera</i> R.E. Fries	3,1
Angelim	<i>Hymenobolus sericeum</i> Ducke	3,1
Caranaí	<i>Mauritia aculeata</i> H.B.K	1,5
Cupiúba	<i>Goupia glabra</i> Aubl.	1,5
Itauba	<i>Ocotea megaphylla</i> (Meisn) Mez.	1,5
Jitó	<i>Guarea tuberculata</i> Vell.	1,5
João Mole	<i>Neea</i> spp.	1,5
Jambu	<i>Spilanthes oleracea</i> Jac.	1,5
Mulateiro	<i>Calycophyllum spruceanum</i> (Benth) Hook F. ex K. Schum	1,5
Ucuúba		
Verdadeira	<i>Virola surinamensis</i> (Rol.) Warb.	1,5
Piquiá	<i>Caryocar villosum</i> (Aubl.) Pers.	1,5
Piranheira	<i>Piranhea</i> spp.	1,5
Sapoti	<i>Manilkara achras</i> Mill.	1,5
Timbó Vermelho	<i>Derris urucu</i> (Killip & Smith) Macbr.	1,5
Urucuri	<i>Scheelea martiana</i> Burret	1,5

Tabela 7. Relação das espécies arbóreas utilizadas nas áreas de florestas pelos agricultores familiares pesquisados nos municípios de Beruri, Tapauá, Canutama e Lábrea, AM.

FONTE: Dados de Campo, 2006.

N= 31 (baixo Purus) / N= 33 (médio Purus).

Os produtos não madeireiros geralmente são utilizados para cobertura das casas (o ubim - *Geonoma deversa* (Poit.) Kunth, o caranã - *Mauritia carana* Wall, a palha branca - *Athalea* sp. e o açai - *Euterpe* sp.), como remédios (mel, casca de andiroba - *Carapa guianensis* Aubl e copaíba - *Copaifera multijuga* Hayne), e fabricação de sabão para uso doméstico (óleo de andiroba). Entre os produtos não madeireiros exclusivos para a comercialização, destacaram-se a castanha - *Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl. e a borracha - *Hevea brasiliensis* Muell (Gráfico 4).

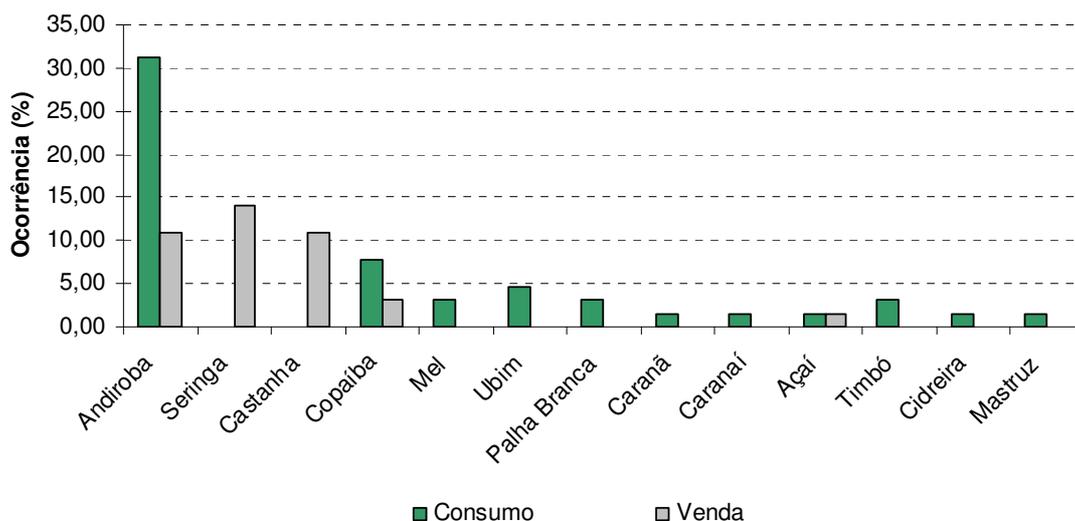


Gráfico 4. Principais produtos não madeireiros citados pelos chefes de família de agricultores utilizados para consumo e venda, no baixo e médio Purus, AM.

FONTE: Dados de Campo, 2006.

N= 31 (baixo Purus) / N= 33 (médio Purus).

Segundo as informações fornecidas pelos escritórios locais do Idam, a região do Purus trata-se de uma região que historicamente está centrada no extrativismo. Antes da decadência do ciclo da borracha no século XX e das restrições impostas pelas políticas

ambientais com a criação de áreas protegidas, as atividades do extrativismo eram bem mais evidentes.

Na Tabela 8, são apresentados os produtos do extrativismo vegetal que se destacam na microrregião do baixo Purus, com destaque para a exploração da andiroba e da castanha, e na microrregião do médio Purus, com destaque para a exploração da borracha e da castanha.

Produtos não-madeireiros	Baixo Purus		Médio Purus	
	Consumo (%)	Venda(%)	Consumo (%)	Venda(%)
Borracha	-	-	-	27,3
Castanha	-	6,1	-	15,2
Andiroba	22,6	9,1	39,4	12,1
Copaíba	6,5	-	9,1	6,1
Açaí	-	-	3,0	3,0
Mel	3,2	-	3,0	-

Tabela 8. Principais produtos não madeireiros utilizados pelos agricultores familiares para consumo e venda, no baixo e médio Purus, AM.

FONTE: Dados de Campo, 2006.

N= 31 (baixo Purus) / N= 33 (médio Purus)

Corroborando com Alencar (2005), no início do século XX a ocupação das áreas de várzea e terra firme na Amazônia, era ligada à presença de seringais. Do mesmo modo que os cortadores de seringa, os moradores de várzea, mesmo sem estar diretamente vinculados ao corte da seringa, desenvolviam a agricultura e a pesca, e também dependiam dos padrões da borracha para vender a produção. Assim, com o declínio da exploração do látex afetou os seringueiros e também os agricultores que viviam da comercialização da farinha e do tabaco.

Contudo, Alencar (2005) aponta que muitos seringueiros tiveram que buscar outras fontes de renda, passando a explorar diferentes recursos naturais, de modo a ter sempre uma alternativa de renda. Assim, ao longo do ano eles mantinham uma produção diversificada que ia da pesca de pirarucu à caça de animais, cuja pele era valorizada no comércio exterior. Nesse momento, houve acentuada migração de grupos familiares, entre os seringais, em busca de melhores oportunidades de trabalho, deslocando-se dos seringais situados na terra firme

para as margens dos rios principais. Famílias que residiam em povoados situados às margens dos igarapés, na parte central da terra firme e viviam do corte da seringa, migraram para as margens dos rios principais e dedicaram-se à pesca e ao cultivo de roças na várzea. Essa é a origem de alguns povoados de várzea, como nas comunidades da calha do rio Purus, nos município do médio Purus, onde grande parte dos agricultores são descendentes de antigos seringueiros.

3.4 Características Gerais das Comunidades Rurais da Calha do Purus nos municípios: Beruri e Lábrea, AM

No Quadro 8 são apresentados de forma sucinta as informações sobre as características das comunidades de Beruri e Lábrea, onde foram obtidas tais informações com os líderes comunitários.

Municípios	BERURI		LÁBREA	
Comunidades	Lírio do Vale	São Francisco	Terra Firme do Pacιά	Jose Gonçalves
Ano de criação	1987	1993	Mais de 100 anos	1947
Nº de famílias	12	16	09	20
Significado do nome	Nome bíblico	Honra ao santo São Francisco	Proximidade da Foz do rio Pacιά	Homenagem a um antigo agricultor da comunidade
Designado por	Pastor Sr. Felino	Os primeiros moradores	Padre Frei Francisco	Os primeiros moradores
Religião	Evangélica	Católica e Evangélica	Católica	Evangélica
Distância à sede (subindo o rio)	02h 0min	02 h	03 h	05h
Distância à sede (decendo o rio)	01h30min	01h30min	01h30min	03h
Localização	09°44'57,7"S 61°25'51,5"W	03°45'18"S 61°25'44,4"W	07°17'47,7"S 64°58'27,9"W	07°17'47,7"S 64°58'27,9"W

Quadro 8. Informações gerais das comunidades pesquisadas de Beruri e Lábrea, AM.

FONTE: Dados de campo, 2007.

3.4.1 Comunidades Lório do Vale e São Francisco (Beruri)

As duas comunidades pesquisadas de Beruri possuem, como principal meio de abastecimento de água, o rio Purus. Há muito tempo, a prefeitura municipal chegou a instalar um poço coletivo com a bomba d' água sem funcionamento no Lório do Vale e, também, foi doada apenas uma caixa d' água em São Francisco. No entanto, esses meios de abastecimento nunca funcionaram. Além disso, a bomba d' água que foi doada a comunidade Lório do Vale logo foi retirada da comunidade na época de eleição, pelos candidatos a vereadores e levada para outra comunidade com fins de alcançar maiores votos.

O abastecimento de energia elétrica na comunidade Lório do Vale funciona para todos, é feito através do gerador coletivo de luz, o qual funciona das 18h às 21h, a prefeitura fornece combustível somente a Lório do Vale de maneira irregular, mas na maioria das vezes, os comunitários se organizam para arrecadar dinheiro para a compra do combustível. Metade da comunidade possui eletrificação rural instalada, porém sem funcionamento, adquirida através do Programa "Luz para Todos".

Já a comunidade de São Francisco, por enquanto, não possui eletrificação rural instalada pelo programa. Além disso, a comunidade possuía um gerador coletivo até o final do ano de 2006, o qual funcionava das 18h às 22h. Atualmente, apenas 05 famílias possuem geradores individuais (com capacidade de 5 litros/hora) e a aquisição do combustível é adquirido por conta da própria família.

De acordo com as características acima mencionadas, percebe-se que muitas vezes o assistencialismo é usado como instrumentos de barganha de votos e não levam em consideração a necessidade real do agricultor em abastecer sua comunidade, seja com água principalmente no período da seca, no qual suas moradias ficam distantes do acesso direto ao rio, ou seja com a energia elétrica. Não levam também em consideração, de como organizar a comunidade para fazer a manutenção dos equipamentos introduzidos em suas comunidades.

Assim de acordo com Palheta (2004), a doação de objetos com o passar do tempo por dependerem de produtos como combustível para serem utilizados, perdem suas funções ficando o agricultor com o objeto, mas não podendo utilizá-lo, pois encarece o seu orçamento. Conforme o dístico abaixo, sobre a falta de recursos financeiros para o concerto do motor de luz.

“...A comunidade possuía um gerador de luz coletivo que funcionava. O motor do gerador quebrou e foi mandado para o concerto no município de Anori, porém os comunitários não concordaram em pagar o valor R\$ 720,00, devido a falta de recursos financeiros”. (Sr. C.A.S. 68 anos. Líder da comunidade de São Francisco, AM).

A comunidade Lírio do Vale possui uma escola com nível escolar da alfabetização até a primeira série, possui um professor da própria comunidade e 32 alunos matriculados. Além disso, a escola atende alunos oriundos de outras comunidades vizinhas. Por outro lado, existem alunos estudando fora da comunidade pela questão da escola não possuir o ensino fundamental completo.

A comunidade São Francisco não possui uma escola, com isso, há 10 alunos que se deslocam para estudar aos finais de semana no município de Beruri, alguns deles estudam em comunidades vizinhas. Nas duas comunidades o deslocamento dos alunos à escola durante o período da seca ocorre a pé e durante o período da cheia é feito por canoa familiar. Entretanto, o deslocamento dos alunos em São Francisco às vezes é realizado pelo barco comunitário da Seduc, porém o barco não passa com frequência para buscar os alunos, devido à prefeitura municipal não financiar sempre o combustível, o que acaba prejudicando o ensino dos alunos.

O nível de repetência em ambas as comunidades é grande, por vários motivos, entre eles, a ausência do transporte escolar constante em período escolar, não possuir professor e escola adequados. Em ambas comunidades, não possuem nenhum meios de comunicação do tipo telefone público ou radiofonia.

Os moradores de São Francisco realizam tratamento na água a ser consumida, geralmente, eles colocam a água para sentar e também o hipoclorito, sendo este adquirido com o agente de saúde em Beruri. Na comunidade Lírio do Vale, não ocorre tratamento da água para o consumo. Provavelmente, deve ser um dos motivos da diarreia ser um dos principais problemas de saúde ocorrentes na local. Os principais problemas de saúde destacados nas duas comunidades foram: diarreia, vômito, gripe (com tosse e febre) e malária.

Nas duas comunidades, quando ocorrem pessoas com doenças ou acidentes gravíssimas e precisam ser atendidas com urgência, estas pessoas são deslocadas para os municípios de Beruri, Anori, Anamá ou Manacapuru, na qual é fretada uma voadeira.

No caso, da ocorrência de pessoas com doenças ou acidentes menos atenuantes, são utilizados remédios caseiros (casca de sucuba, casca de marcela, casca de laranja, folha de cidreira e outros) e medicamentos farmacêuticos, nas duas comunidades.

Entretanto, consta nos dados de campo, que a comunidade São Francisco utiliza mais os medicamentos farmacêuticos. Provavelmente, isso ocorre devido à esposa do líder ser uma ex-agente de saúde de Anori, pois mesmo não sendo mais agente de saúde por conta de não ser alfabetizada e portanto não poder medicar, ela continua exercendo a função na própria comunidade utilizando ou indicando esses medicamentos.

Contudo, indagados os líderes comunitários quanto aos principais problemas na área de saúde, foram respondidos, que seriam a ausência de um agente de saúde comunitário e um posto de saúde comunitário, principalmente, para o atendimento aos acidentes de animais peçonhentos.

Em Lírio do Vale, há somente um comércio-flutuante, mas em São Francisco há dois comércios, onde são vendidos peixe, malva, e produtos industrializados (gás de cozinha, combustível etc). Todos os produtos, com exceção da malva, são advindos do município de Manacapuru e Manaus. Os principais produtos agrícolas produzidos na comunidade são o

milho, o feijão, o gerimun, a malva e a mandioca, sendo estes dois últimos produtos, oriundos da produção dos agricultores e fornecidos para os comércios locais através da troca por produtos que os agricultores não estão acostumados a produzir ou que não é possível produzir.

A única instituição atuante nas comunidades é a igreja, esta tem o objetivo de evangelizar, honrar o nome do santo e promover dois festejos: no Dia das crianças e no Natal.

Nas comunidades foram registrados que existe a falta de interesse e a credibilidade entre os moradores em criar associações comunitárias. Segundo o líder, a comunidade São Francisco não é unida, pois existe a perseguição dos evangélicos contra os católicos, somente 05 famílias se reúnem para realizar os festejos, a participação das pessoas em reuniões comunitárias é difícil de acontecer, pois ocorre somente quando recebem algum benefício coletivo.

3.4.2 Comunidades Terra Firme do Pacιά e Jose Gonçalves (Lábrea)

As duas comunidades pesquisadas de Lábrea, igualmente, as comunidades de Beruri, possuem como principal meio de abastecimento de água, o rio Purus, porém a Jose Gonçalves coleta água da chuva, devido principalmente, a localização da casa situar-se distante do rio, no período da seca. E Terra Firme do Pacιά possui poço coletivo em funcionamento. Em ambas as comunidades, a água para o consumo é coada e tratada com o hipoclorito, fornecido pelo agente de saúde.

Cada comunidade possui um gerador de luz coletivo com capacidade de 50 litros/mês o qual funciona aproximadamente de 03h a 02h/noite. O abastecimento de energia elétrica na comunidade Terra Firme do Pacιά, funciona para todas as famílias. As famílias participam na cota para a compra do diesel, chegando a arrecadar em torno de R\$ 165,00.

Na comunidade Jose Gonçalves apenas treze famílias são abastecidas com o gerador de luz coletivo, devido a capacidade do motor. Este gerador de Luz foi adquirido através da parceria da UFAM e prefeitura de Lábrea. Antigamente, o prefeito fornecia o combustível

quando tinha aula a noite, atualmente o Ibama fornece 01 tambor de 200 litros, fora isso, cada família também coopera com R\$ 15, 00. Vale ressaltar, que as duas comunidades não foram beneficiadas pelo Programa “Luz para Todos”.

Ambas as comunidades possuem uma escola com ensino fundamental da primeira a quarta série e professor da própria comunidade. Em Terra Firme do Pacιά, o funcionamento da escola ocorre no horário das 13 às 16h. Há 15 alunos matriculados, dentre esses 15 alunos, há alunos oriundos das localidades Santa Cruz, Miramá e Mufuá. Na comunidade Jose Gonçalves, a escola funciona no horário das 12h30min às 17h. Há 35 alunos matriculados, os quais alguns são oriundos da comunidade Santa Rosa.

Entretanto, nas duas comunidades, existem alunos estudando fora da comunidade pela questão da escola não possuir o ensino fundamental completo. O deslocamento dos alunos à escola, é feito por transporte coletivo (rabetá) ou a pé, dependendo da sazonalidade do rio.

A comunidade Jose Gonçalves comunica-se com Lábrea através da radiofonia, a qual funciona das 07h às 11h e 16h às 17h. Entretanto, Terra Firme do Pacιά possuía radiofonia, mas infelizmente na época da eleição municipal, o prefeito mandou retirar a radiofonia e enviar para outra comunidade.

Em relação aos serviços de saúde, nas duas comunidades não há posto de saúde. Porém, antigamente a comunidade Jose Gonçalves possuía um posto de saúde, porém foi desativado, porque a secretaria não tinha como enviar enfermeiros e médicos devido a distancia, e acharam melhor disponibilizar um agente de saúde comunitário.

Na comunidade de Terra Firme do Pacιά, há disponibilidade uma vez por mês, um agente de saúde morador de Lábrea. A comunidade é atendida uma vez ao ano, pelos agentes de saúde que passam nas comunidades borrifando com remédio contra a malária. Já em Jose Gonçalves, ocorre o exame de sangue esporadicamente, para detectar a malária, na própria

comunidade através do agente de saúde, e este também é munido de medicamentos para os primeiros socorros, como gripe, golpes e fraturas.

Os deslocamentos das pessoas debilitadas nas duas comunidades são realizados por transporte próprio, onde são levados para o município de Lábrea. Quando ocorrem acidentes graves são deslocados direto para Manaus.

Constam nos dados de campo que os moradores das duas comunidades utilizam remédios caseiros, tais como, cajuru, copaíba, casca de uxi (inflamação), unha de gato, melão caetano (malária), chá e óleo de andiroba (coceira, dor de garganta e sangramento), casca de barriga (dor de barriga), nódulo de banana (diarréia), gripe (xarope: malvarisco, limão, agrião, escada de jabuti, folha de manga, jambo).

O principal problema de saúde destacado pelo líder comunitário de Terra Firme do Pacιά, foi a malária, a qual ocorre principalmente no período da vazante. Enquanto em Jose Gonçalves, os principais problemas de saúde destacados foram a malária, a filária, a hepatite e a cirrose.

Não existem comércios nas comunidades pesquisadas e os agricultores ou se deslocam a Lábrea ou compram dos barcos recreios os produtos industrializados. Os principais produtos agrícolas produzidos nas comunidades são: mandioca, macaxeira, melancia, gerimum, milho, feijão, maxixe, coentro, cebolinha, batata-doce.

Os moradores de Terra Firme do Pacιά comercializam a madeira para Apemol e a castanha para Aspac, onde ambas as associações tem a localização de suas sedes em Lábrea. Os moradores de Jose Gonçalves sobrevivem do extrativismo não-madeireiro (castanha, óleo vegetal e o latex).

Todas as famílias que moram em Terra Firme do Pacιά participam em reuniões da igreja, na qual é a única instituição também presente no local. O padre vem sempre no final de

ano, para fazer o roteiro do culto, para ser realizado durante o ano todo. O objetivo da igreja é o pagamento de promessa e promover festejos.

As famílias da comunidade de José Gonçalves participam Aspac-JG, com o intuito de melhorar a infraestrutura da comunidade, elaborar projetos, gestão de saúde e obter financiamentos agrícolas para os cultivos. É uma comunidade que se destaca entre as três, por ter as ações e programas acontecendo. Conta com apoio da **Afloram:** no pagamento da subvenção da borracha, distribuição de sementes, adquirir equipamentos agrícolas; com apoio da **Prefeitura:** nas despesas Hospital de Lábrea; com o apoio do **CNS:** na distribuição de materiais para a extração da borracha e acompanhamento do pagamento da subvenção.

4 Impactos das Políticas Agrícolas e Ambientais nas Comunidades rurais de Beruri e Lábrea, AM

4.1 Política Agrícola nas comunidades de Beruri e Lábrea

Os agricultores familiares das 08 comunidades pesquisadas buscam alternativas para sobreviverem, grande parte deles tem três atividades como fonte de consumo e renda: a agricultura, o extrativismo animal (pesca e caça) e o vegetal (madeireiros e não madeiros). Nas duas comunidades pesquisadas de Beruri, a política agrícola desenvolvida é voltada para agricultura. Já nas outras duas comunidades pesquisadas de Lábrea, a política agrícola desenvolvida é voltada para o extrativismo vegetal.

A unidade local do IDAM começou atuar em 2005 no município de Beruri, e o gerente do escritório local afirma que o órgão está iniciando o seu trabalho e que levará certo tempo para as políticas públicas acontecerem. Já em Lábrea, a unidade local do IDAM atua desde 1967 e o gerente do escritório local afirma que devido à presença do IDAM há 42 anos, a política agrícola parece estar mais bem implementada, através de projetos, programas e ações.

Diante do exposto, foi investigado como está sendo realizado o cumprimento dos trabalhos do IDAM nas comunidades rurais pesquisadas, como estão sendo acolhidos e ao mesmo tempo produzindo benefícios para os agricultores locais.

Os projetos, programas e ações desenvolvidos nas comunidades pesquisadas, são descritos na tabela abaixo. Quando os agricultores foram questionados sobre quais deles têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida, 25% indicaram o Projeto de Meliponicultura, 12,5% indicaram o financiamento creditício da Afeam para aquisição de alimentos, 12,5% a distribuição de sementes, sendo que 12,5% admitiram que as ações realizadas em nada tem ajudado e 37,5% não informaram.

Projetos, programas e ações implantados nas comunidades de Beruri		
	N°	%
Projeto de Meliponicultura/ Ong Iraquara	3	20
Financiamento do cultivo de malva/IDAM/Afeam	4	26,67
Aquisição de sementes de hortaliças/IDAM	7	46,67
Não participa	1	6,67
Projetos, programas e ações implantados na comunidade T.F do Pacia		
	N°	%
Programa de Vacinação contra a Febre Aftosa/IDAM	1	33,33
Programa Bolsa Família/Prefeitura	1	33,33
Não participa	1	33,33
Projetos, programas e ações implantados na comunidade José Gonçalves		
	N°	%
Aquisição de sementes de hortaliças/IDAM	4	26,67
Assistência técnica/IDAM	1	6,67
Financiamento dos cultivos de banana e mandioca (Pronaf)/ IDAM	3	20
Apoio e Proteção do tabuleiro das tartarugas/Ibama	2	13,33
Rancho e diesel/Prefeitura	1	6,67
Bolsa Família	2	13,33
Não participa	2	13,33

Tabela 9. Percentual da participação dos agricultores em projetos, programas e ações desenvolvidos nas comunidades Lírio do Vale e São Francisco do município de Beruri, AM.

FONTE: Pesquisa de campo/maio de 2007.

Em Beruri, as resposta à pergunta de qual a opinião formada sobre o atendimento desses projetos, programas e ações, foram: falta de assistência técnica (25%), o crédito rural é bom, pois facilita muito (25%), a falta de administração do prefeito, pois falta escola e falta opção para os filhos (12,5%) e não informou (37,5%). Em Lábrea a resposta foi marcadamente diferente 75% dos agricultores responderam ser boa à assistência técnica e 25% não informaram. Esta diferença possivelmente está relacionada ao tempo de atuação do IDAM na área de Lábrea e à forte atuação da Aspacs.

A ONG – Iraquara junto com a extinta Afloram, atuou nas comunidades rurais localizadas na localidade Costa do Moreno, do município de Beruri, no início do ano de 2007 através do Projeto de Meliponicultura e finalizou seu trabalho seis meses depois. O projeto mobilizou no total de 15 famílias das comunidades anteriormente mencionadas.

No entanto, é preocupante a forma como algumas ONG's atuam em comunidades rurais, pois gerou nos agricultores familiares grandes expectativas quanto ao retorno da Iraquara. Segundo o depoimento da técnica agropecuária, o projeto de melíponas (abelhas sem ferrão) foi abandonado por falta de recursos financeiros da ONG e ao mesmo tempo eles não tiveram a preocupação de informar para os agricultores e nem para os técnicos do IDAM o porquê da saída. Verifica-se desta forma um descaso, pois embora as comunidades estejam próximas do município do ponto de vista geográfico, não tiveram acesso às informações, pois haviam se passado três meses do compromisso de retorno da ONG Iraquara, e ainda não tinham sido informadas sobre o abandono da ONG.

Por outro lado, o IDAM de Beruri já vem implantando desde o início de 2007, o primeiro projeto em criação de abelhas sem ferrão, em cinco comunidades rurais, aproveitando a ação iniciada pela ONG - Iraquara. Conforme o gerente do escritório pretende-se que essas comunidades desassistidas sejam inseridas no projeto.

É de importante relevância observar que nos municípios de Beruri e Lábrea, além da insuficiência de recursos financeiros, existem problemas como a utilização indevida dos recursos destinados à melhoria da infraestrutura rural, a falta de assistência técnica, a ausência de um Conselho de Desenvolvimento Rural ativado (CMDR) para democratizar as demandas e o planejamento do uso dos recursos para o investimento regional, dificultando a promoção do bem-estar das comunidades rurais.

4.1.1 Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER (Beruri e Lábrea)

A ATER infelizmente é um dos instrumentos de política de desenvolvimento que é pouco utilizado no Estado do Amazonas. Nas comunidades pesquisadas de Beruri foi verificado que esta assistência técnica não é desenvolvida em contraposição ao observado em Lábrea, onde as comunidades recebem esta assistência, embora com algumas dificuldades. Desta forma, observa-se que 75% dos agricultores de Beruri e 42,8% dos agricultores de Lábrea não recebem assistência técnica rural. Esta assistência é priorizada para os assentados pelos projetos de assentamentos do Incra em áreas de terra firme, ficando os agricultores de várzea, desassistidos.

Quando o técnico não se desloca à comunidade, uma alternativa é o agricultor procurar assistência se dirigindo ao escritório localizado na sede do município. Em Beruri, 37,5% vão ao escritório à procura dos técnicos, 12,5% afirmaram nunca precisaram de assistência técnica, 12,5% embora precisem desta assistência não tentaram procurar o escritório, e 12,5% não sabe que existe um escritório no município. Em Lábrea, as respostas foram: 28,6% vão ao escritório a procura dos técnicos, 28,6% não procuraram, 14,3% não precisou e 28,3% não informaram.

Quanto o apoio à comercialização, em Beruri, 87% dos agricultores responderam que não recebem apoio e 12,5% recebem apoio do dono do flutuante, que tem um pequeno comércio de produtos industrializados, realizando a troca de produtos com os agricultores. Verifica-se assim a prática do escambo, ou seja, a troca direta de mercadorias sem intermediação da moeda.

Em Lábrea, 85,7% recebem o apoio à comercialização por parte do Afloram enquanto que 14,3% recebem apoio através da Aspac JG.

De acordo com Santos Silva e Assis (2003), ressaltam que a falta de serviços de assistência técnica e extensão rural é uma lacuna comum no ambiente rural brasileiro.

Problemas no próprio programa e a falta de acompanhamento técnico fazem com que os agricultores não melhorem suas condições de vida e muitas vezes acelerem os processos de degradação ambiental.

A dispersão dos recursos em tão grande número de “programas” indica uma dificuldade de planejamento e priorização de programas mais eficientes e integrados que possibilitem um desenvolvimento da agricultura familiar local. No entanto, existem recursos (financeiros e humanos) insuficientes para assistência técnica funcionar, existindo atendimentos isolados a determinadas comunidades. No dístico abaixo se apresenta mais uma vez o empenho para o programa de vacinação contra a febre aftosa em detrimento da assistência técnica à agricultura e ao extrativismo, atividades estas mais importantes desde o ponto de vista da sobrevivência e da comercialização em relação à pecuária.

“Não dá para ir semanalmente visitar as comunidades, porque nós temos uma cota de combustível que o Estado libera para gente. Então não dá para ir uma vez na semana, porque as vezes, tem outras coisas mais importante para fazer, como por exemplo, uma parte desse combustível nós usamos durante a campanha de vacinação, onde é feito viagens diárias praticamente. Então nós vamos 2 vezes por mês, com o meio de tentar chegar nas comunidades” (I.L.S. 42 anos. Gerente do IDAM de Beruri, AM).

Observa-se que, não existem oportunidades das comunidades de Beruri exporem seus problemas com o intuito de encontrar propostas e estratégias de ação no sentido de melhorar o potencial produtivo agrícola do município e, conseqüentemente, a qualidade de vida do agricultor familiar local devido à baixa organização dos agricultores em associações e cooperativas. Em Lábrea, somente as comunidades que de alguma forma participam de associações comunitárias ou movimentos sociais, encontram oportunidades de participar de cursos e/ou treinamentos oferecidos, visando à melhoria da produção agrícola.

A seguir no Quadro 9 serão mostrados os pontos positivos e negativos sobre a atuação do IDAM nas 04 comunidades rurais apontados pelas lideranças comunitárias entrevistadas.

I Comunidade Lírio do Vale – Beruri			
	Sim	Não	Quais?
Há pontos positivos com IDAM?	x	–	A entrega de sementes (Programa do IDAM).
Há pontos negativos em relação ao IDAM?	x	–	A falta de assistência técnica fornecida pelo IDAM, eles não orientam.
II Comunidade São Francisco – Beruri			
	Sim	Não	Quais?
Há pontos positivos com IDAM?	x	–	A construção da Feira do Produtor (Ação do IDAM) na frente do escritório, para a venda de verduras e frutas com preço mais acessível para o consumidor.
Há pontos negativos em relação ao IDAM?	x	–	A falta de assistência técnica fornecida pelo IDAM, eles doam as sementes, mas agente só trabalha bem, com assistência técnica.
III Comunidade Terra Firme do Pacia - Lábrea			
	Sim	Não	Quais?
Há pontos positivos com IDAM?	x	–	Distribuição de sementes, mas o IDAM não comparece na comunidade.
Há pontos negativos em relação ao IDAM?	x	–	Falta de assistência técnica.
IV Comunidade José Gonçalves – Lábrea			
	Sim	Não	Quais?
Há pontos positivos com IDAM?	x	–	Distribuição de sementes e apoio técnico.
Há pontos negativos em relação ao IDAM?	–	x	Não.

Quadro 9. Entrevistas com lideranças comunitárias a respeito do atendimento técnico oferecido pelo IDAM, em Beruri e Lábrea, AM.

FONTE: Pesquisa de campo/maio de 2007.

4.1.2 Programa de Distribuição de Sementes (Beruri e Lábrea)

A distribuição de sementes gratuitas no município de Beruri começou a ser coordenada pelo Idam em agosto de 2007, antes de sua existência, já que era realizada pela Secretaria de Produção do Município. Entretanto, em Lábrea esta atividade já existe há mais de 20 anos. Em média 10 toneladas e 15 toneladas de sementes são distribuídas anualmente Beruri e Lábrea, respectivamente, entre as quais a malva, o feijão-de-praia, o milho, o arroz, o

maxixe, a couve e a melancia para Beruri, e feijão-de-praia, milho, maxixe, couve, pepino, melancia para Lábrea.

Um dos problemas destacados pelos agricultores é o atraso na distribuição dessas sementes, que de vez em quando ocorre, visto que elas ainda são importadas de fora do Estado, comprometendo a época do plantio. Esse problema poderia ser minimizado se houvesse uma política agrícola coerente, começando pelo fornecimento de sementes não híbridas, ou seja, aquelas em que o agricultor possa reproduzi-las.

No dístico abaixo, pelo depoimento da técnica agropecuária pode ser averiguada a estratégia de produção dos agricultores.

“A questão da dependência de sementes não é agravante, pois são poucas pessoas que são somente agricultores pelo fato da calha do rio Purus ser uma região muito fértil em frutas, em vida aquática e terrestre, então a maioria dos comunitários vivem da coleta de frutos e do extrativismo, desse modo, não afeta diretamente o agricultor.

Por outro lado, existe o problema da insistência do cultivo do arroz em áreas de várzea, o qual é incentivado pelo Idam. As pessoas não têm o hábito de plantar, acham muito difícil colher o arroz, há problemas com ervas de passarinho, são pouquíssimas pessoas que cultivam o arroz” (M.E.L.,30 anos. Técnica agropecuária do município de Beruri, AM).

4.1.3 Programa da Subvenção da Malva (Beruri)

No segmento de fibras vegetais, mais um programa de destaque garante aos agricultores a subvenção, pelo Governo do Estado, de R\$ 0,20 por quilo de juta e malva produzidas, além da distribuição gratuita de sementes (IDAM, 2008).

Entre as décadas de 50 e 70, o Amazonas chegou a produzir 90 mil toneladas de fibras de juta e malva, mas houve uma redução impactante da produção com a introdução e a substituição por materiais sintéticos no mercado nacional (Em Tempo, 2008). Porém, a produção de malva continua sendo cultivada em alguns municípios do Estado do Amazonas,

devido ao retorno econômico rápido e garantido pelo governo do Estado do Amazonas. O carro-chefe da produção agrícola de Beruri é a malva.

Das 86 comunidades que abrangem o município de Beruri, existem 40 comunidades que cultivam a malva. Essas 40 comunidades somadas produzem em torno de 500 toneladas de malva. Há duas fábricas que compram essa produção, uma é chamada de CIEC, que está localizada em Manaus e a outra é chamada de Castanhal, esta localizada em Manacapuru.

O “Programa da Subvenção de Malva⁹” vem estimulando os agricultores familiares do baixo Purus a obterem créditos para serem investidos na produção de malva. Porém, os problemas ambientais e sociais ocasionados pelo cultivo não tem sido considerados.

Segundo Lima *et al.*, (2007), é de considerar que o cultivo de malva provoca mínimo impacto ambiental uma vez que não há necessidade de adição de fertilizantes, reduzindo os custos de produção e garantindo produtividades elevadas em um nível baixo de manejo do solo. Entretanto, não é considerado o impacto ambiental que ocorre com a retirada da vegetação nativa das restingas ou matas ciliares para o cultivo da malva, que repercute negativamente nas populações de peixes que se alimentam de frutos caídos de árvores das matas alagadas da várzea.

Quanto ao impacto social relacionado ao cultivo da malva, também não é considerado, pois a pesquisa obteve a informação de 2 agricultores, na faixa etária de 45 a 60 anos, que abandonaram o cultivo de malva, devido aos problemas de saúde, como, por exemplo, o aparecimento de dores na coluna vertebral e reumatismo nos membros inferiores (pernas e pés), uma vez que a colheita e o processo do tratamento das fibras são realizados dentro da água.

⁹ É um dos instrumentos fiscais que o governo utiliza para incentivar as atividades desenvolvidas por agricultores familiares, associações e cooperativas. A subvenção é de R\$ 0,20 por quilograma de fibra de juta e malva produzida e comercializada por produtores rurais, associações e cooperativas; representa o retorno de 15% do preço pago ao Produtor. Secretaria de Estado do Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável (CEPAL, 2006).

Lima *et al.*, (2007) aponta que umas das limitações ao avanço da cadeia produtiva do cultivo de malva, é o processo de extração das fibras, devido a insalubridade das condições de trabalho durante esse processo que requer várias horas contínuas de trabalho dentro da água, sujeito aos vários perigos desse ambiente. Complementando o que foi exposto acima, observe-se as palavras da técnica agropecuária de Beruri:

“Hoje tem o cultivo de malva, que muita gente pena, sofre, porque é um ramo de lavoura muito escravizante no seu processo. A mandioca, nem tanto, ela é essencial, muita gente vive disso. A malva nunca parou, mas esse ano deu uma diminuída em relação aos plantios. Por quê? Porque ano passado a malva chegou a custar até R\$ 1,50/kg, esse ano ela foi vendida a R\$ 1,00/kg, ou seja, ano passado foi distribuída a mesma quantidade de semente, foi produzido uma quantidade X, mas o preço estava bom, aí variou de R\$ 1,50 – 1,20 – 1,10 – 1,00. Esse ano não, a malva foi R\$ 1,00, taxado para todo mundo” (M.E.L. 30 anos. Técnica agropecuária do IDAM de Beruri, AM).

Na pesquisa observou-se que as especificidades locais são pouco ou quase nada consideradas na lógica dessa profissionalização para o mercado de produtos que na sua maioria são destinados à exportação. A questão a ser refletida, é como a agricultura familiar pode ser inserida no mercado sem que seja “engolida” por este, ou seja, de forma que valorizem seus esforços de trabalho da mão-de-obra familiar e que a sua reprodução social seja assegurada.

4.1.4 Crédito Rural - Ação de Crédito Afeam e Pronaf (Beruri e Lábrea)

A partir de 2006 o IDAM começou a atuar com a ação de crédito da Afeam com os agricultores familiares nos plantios de malva e mandioca. Antes disto esta ação era realizada pela Secretaria de Produção de Beruri e em parceria com a prefeitura, assistindo prioritariamente a Associação dos Comerciantes.

Quanto ao Pronaf, o IDAM de Beruri começou a atuar em 2004 com o Pronaf (b), também nos plantios de malva e mandioca, mas vale ressaltar, que já existia desde 2002 através do antigo Procera, que hoje é chamado de Pronaf, junto ao sindicato dos trabalhadores

rurais de Beruri. Atualmente, o IDAM atua somente com o Pronaf (c), (d) e (a) nos plantios de cupuaçu e castanha, com o total de 10 famílias dos assentamentos rurais envolvidos. Já o Pronaf (b) foi abandonado pelo IDAM.

Em Lábrea, a Afeam começou atuar em 2001 como o Projeto do cupuaçu (fracassado) nos assentamentos rurais e o Projeto de Avicultura (sucesso) na comunidade do Sardinha, também localizada no município. O Pronaf começou a atuar em 2004 e atualmente beneficia 280 famílias dos assentamentos rurais na terra firma. Por enquanto o IDAM não atua com ação de crédito nas comunidades rurais de várzea.

Atualmente, 80 agricultores familiares de Beruri foram inscritos para a obtenção de financiamento de investimento e custeio para a implantação e manutenção dos cultivos de mandioca (valor do financiamento é R\$ 1.785,71) e de malva (valor do financiamento é R\$ 1.234,69). Porém somente 30 famílias de 10 comunidades foram contempladas, ou seja, 19 famílias com investimento em mandioca e 11 famílias com malva.

A justificativa da técnica agropecuária de Beruri para o baixo número de famílias contempladas, é pelo fato do município de Beruri ser pequeno, onde geralmente a liberação de recursos é menor, em torno de 90 mil reais, no qual estes são divididos para área urbana e rural, sem condições de contemplar a todas as famílias inscritas.

No ano de 2007, os agricultores não tiveram bons resultados no caso da malva, eles fizeram o financiamento da malva, com base no preço do ano 2006, entretanto houve uma acentuada queda do preço no ano de 2007. A malva em 2006 estava custando R\$ 1,50/kg e foi taxada ao valor de R\$ 1,00/kg em 2007, com isto, muitos agricultores ficaram insatisfeitos e com dificuldade de pagar o crédito, pois não tiveram lucro.

Quanto à questão da adimplência dos agricultores, não tem como saber, porque os agricultores atualmente estão recebendo a última parcela do financiamento. Teria que se

retornar daqui uns anos para averiguar a situação real desses agricultores. No dístico abaixo, nas palavras da técnica agropecuária de Beruri sobre a questão da inadimplência.

Não tinha muitos inadimplentes quando nós entramos no escritório, os maiores inadimplentes são as pessoas que tem o poder aquisitivo um pouco maior, o produtor rural, por incrível que pareça, são na maioria, certinhos, principalmente quem é aposentado e que recebe alguma coisa, são mais certos, então não tem muita inadimplência no município, pelo menos no meu nível de conhecimento. (M.E.L., 30 anos. Técnica agropecuária do IDAM de Beruri, AM).

Os dados obtidos mostram qual o significado de crédito rural para os agricultores entrevistados das comunidades pesquisadas (Tabela 10).

Comunidades	Crédito Rural
Lírio do Vale	<ul style="list-style-type: none"> - Não sei o que é, mas já ouviu falar. - É bom porque tem como pagar os trabalhadores. - Não sei. - Não sei.
São Francisco	<ul style="list-style-type: none"> - Não acho nada, pois não consegui acessar o crédito para malva porque sou aposentado. Nunca recebi financiamento, porque não solicitei antes, aí quando fui solicitar já era aposentado. - É bom. - É bom facilita muito, embora ainda não ter feito o financiamento. . - Já ouvi falar, mas não sei o que é e como funciona.
T.F do Pacia	<ul style="list-style-type: none"> - Já ouvi falar por televisão, mas não sei informar. - Não sei. - Não sei.
Jose Gonçalves	<ul style="list-style-type: none"> - Acho uma boa idéia, mas tenho medo de fazer empréstimo. - É apoio do governo, não paga juros do crédito. Nunca tive problema para pagar. Tem valido a pena, o 1º empréstimo comprei telha para cobrir a casa e o 2º empréstimo foi para o plantio. - É oferecedor de financiamento. - Acho muito bom, porque recebem R\$ 1000,00 e pagam R\$ 780,00.

Tabela 10. Correlação das respostas obtidas sobre o significado do crédito rural com os agricultores das 4 comunidades pesquisadas no baixo e médio Purus, AM.
FONTE: Pesquisa de campo/maio de 2007.

4.1.5 Programa de Vacinação contra a Febre-Aftosa (Beruri e Lábrea)

O Estado do Amazonas possui 1,5 milhões de cabeças de gado (IDAM, 2008). Vale ressaltar que os municípios de Apuí, Boca do Acre, e Parintins são considerados os maiores criadores de gado. Ao longo da calha do rio Purus, entre os municípios de Beruri à Lábrea a criação de gado bovino não é expressivo.

No município de Beruri, o rebanho bovino é composto de cerca de 2.000 cabeças de gado com 243 criadores. Ao contrário, o município de Lábrea é bastante expressivo, com cerca de 9.500 cabeças de gado com 157 criadores, porém a criação está localizada, principalmente, nas estradas do município.

Apesar de não ter registro de criação de gado e pouca ou nenhuma criação doméstica de animais de pequeno porte nas 04 comunidades rurais pesquisadas, devido o seu consumo alimentar dos comunitários ser basicamente o peixe e a carne de caça, é interessante destacar este programa de governo, que vem incentivando os agricultores a serem pecuaristas, mesmo sabendo que a vocação da Amazônia é a agricultura familiar. O governo estadual com o intuito de dar status ao Estado e crescer economicamente vem alcançando bons resultados na pecuária nos últimos anos, com todas as atenções e recursos voltados para a execução da campanha de vacinação contra a doença febre-aftosa. Atualmente, o Amazonas tem cobertura vacinal superior à média nacional, que está entre 93% e 95% (IDAM, 2008).

Nos dísticos abaixo é perceptível em depoimentos dos gestores das unidades locais, o entusiasmo e afinho deste trabalho da campanha de vacinação.

Em Beruri

“A gente atende o município todo, até a última comunidade que fica acima de Supiá. Aonde tiver gado a gente tem que ir e fazer a vacinação. Esse ano vai haver uma diminuição, porque a parte do Lago do Pupunha foi dividido, porque foi instalado um novo loco do IDAM lá no projeto de assentamento. O Fabian, o gerente de lá se responsabilizou pela vacinação de rebanho de lá, então houve uma diminuição no nº. de rebanhos aqui do município, vai ficar em torno de 1200 cabeças, porque a maior parte de rebanho era lá e ficou para essa unidade fazer” (I.L.S. 42 anos. Gerente do IDAM de Beruri, AM).

Em Lábrea

É um grande trabalho do IDAM em conjunto com a Codesav nesta campanha, todos os anos. A Codesav acompanha, mas o forte da campanha é o IDAM. Nós somos obrigados a vacinar todo o rebanho é uma missão. O problema da febre aftosa é um problema mais econômico vai pesar no bolso dele, não tem tido problemas de multa, porque nós não deixamos chegar nesse ponto (E.M. 45 anos. Gerente do IDAM de Lábrea, AM).

O gado bovino tem sido historicamente a prioridade dos financiamentos creditícios até hoje, porém a pesquisa mostra, que as pequenas criações e os cultivos alimentares que são as principais fontes de alimentos dos agricultores familiares, necessitam de maior apoio na composição desses sistemas. E isto, não fica claro nos manuais agrícolas que estão circulando e muito menos nas normas que estão direcionando os créditos e outras políticas agrícolas

4.1.6 Programa da Subvenção da Borracha (Lábrea)

Mesmo com a decadência da economia extrativista da borracha - sendo este um dos maiores causadores do abandono em que hoje, encontram-se os seringais nativos da região do Amazonas, os antigos seringueiros e filhos de seringueiros continuam resistindo e permanecendo nos locais, praticando também a agricultura.

O Governo Federal junto com o Governo Estadual vem tentando uma série de medidas para manter essas pessoas trabalhando nos seus locais de origem, melhorar a qualidade de vida e aumentar a renda com a reativação da produção da borracha através do “Programa de Subvenção da Borracha”.

É constatado, que a subvenção da borracha e o apoio direto da Aspacs vem causando impacto positivo por gerar renda para as famílias de agricultores. Em Lábrea, o Governo intervém de forma indireta nos municípios de Canutama, Lábrea (principalmente) e Pauini.

É interessante observar que a comunidade Jose Gonçalves, localizada no município de Lábrea, é uma comunidade considerada agroextrativista por trabalhar com os produtos do

extrativismo vegetal (borracha e andiroba), destinados à comercialização, e também com agricultura (principalmente o feijão-de-praia e o milho), sendo esta desenvolvida muito mais para atender o consumo familiar e criação animal, como já foi discutido no Capítulo II.

Há 20 famílias que vivem na comunidade, todas estão envolvidas com o trabalho extrativista, seja da extração do látex da seringueira, seja da coleta de castanha e andiroba. O líder da comunidade é o presidente da Aspac JG, a qual foi criada em 2001 através do apoio da Afloram e do desmembramento da Aspacs, as duas associações tem sede em Lábrea.

Aspac JG, após ser desmembrada da Aspacs, ficou responsável pelo transporte da produção da borracha acima do município de Lábrea até o município de Pauini (alto Purus). A comunidade Jose Gonçalves possui um barco próprio, adquirido através do CDH, para prestar atendimento para 300 sócios e 800 famílias (seringueiros).

Antigamente o preço da borracha variava entre R\$ 0,80 e R\$ 0,90/kg, então o Governo Federal criou medidas para incentivar a produção da borracha através do “Programa de Subvenção da Borracha”. Esta subvenção é temporária, até o momento em que o preço comercial alcançar R\$ 1,00/kg, ou seja, o preço considerado ideal. A subvenção é um bônus que o governo oferece para cada seringueiro no valor de R\$ 0,70/ kg de borracha produzido (AFLORAM, 2007).

Segundo o técnico agrícola da Afloram de Lábrea, antigamente, chegavam diariamente muitas famílias de índios e agricultores no município. Hoje não, pois as comunidades já possuem escolas na beira do rio, até a 8ª série; um pólo de professores das universidades (UEA e UFAM); há cursos de agente de saúde comunitário; incentivo técnico agrícola, assistência técnica e desenvolvimento de projetos. Tem se investido em várias áreas do extrativismo, como por exemplo, o carro chefe desta melhoria foi à subvenção da borracha.

“Problemas na implementação do Programa da subvenção da borracha”.

Segundo o depoimento do Presidente da Aspacs, até 1995 o pagamento da subvenção da borracha já existia através do Governo Federal via a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento de Grãos), porém este pagamento era passado para as usinas e estas não repassavam para os seringueiros. Em 1995, o Governo Federal ciente da situação exposta, suspendeu o pagamento. Após 2 anos, a Aspacs já estava criada e legalizada oficialmente e, em 2002 o Governo Estadual ao tentar reativar a produção da borracha, convidou a Aspacs através da Afloram a assumir o repasse do pagamento da subvenção da borracha.

Entretanto, outro problema surgiu, devido a denúncias de que alguns agricultores-seringueiros estavam recebendo a subvenção sem produzir. Com isto, o Governo Estadual impôs à Aspacs, a condição de assumir a compra da borracha dos seringueiros sem fornecer nenhum recurso financeiro (capital de giro) para a associação, caso contrário, os seringueiros não receberiam a subvenção. Tal situação, na época gerou um transtorno para associação, pois haviam as despesas com escritório, banco, transporte e o barco, como por exemplo, a distância do município para atender o último seringueiro, leva cinco dias de viagem.

Segundo o depoimento do Presidente da Aspacs, no início houve muitas dificuldades quanto à logística de transporte para o repasse da subvenção, o Governo Estadual não liberava recursos financeiros para cobrir as despesas do barco, a Aspacs não tinha parcerias nessa época.

Atualmente, o pagamento da subvenção da borracha aos seringueiros, é realizado através de um convênio assinado em 2002 entre o Governo Federal e a Afloram (Governo Estadual), juntamente com a Aspacs. Nos dias de hoje, a Aspacs em parceria com a prefeitura, a secretaria de educação e a de saúde, estão conseguindo diminuir os custos de viagem. O CNS, que é o órgão que representa a classe dos seringueiros, está sempre fazendo auditoria nas épocas do pagamento da subvenção.

Quanto ao mercado, existem 02 empresas (Belém e São Paulo) comprando a borracha que fora conseguida através da associação. E recentemente, tem uma usina de beneficiamento da borracha implantada no Estado do Amazonas, onde o Governo do Estado vem comprando a borracha e ajudando nas despesas com as viagens.

4.1.7 Capacitação de Boas práticas de Manejo de Produtos não-madeireiros

a) Extrativismo da Castanha (Beruri e Lábrea)

Em Beruri

No município de Beruri, a produção da castanha é grande, toda área de terra firme possui castanhal, onde existem 54 comunidades envolvidas. A produção é de aproximadamente 10.000 hecto (sacas de 60 kg) de castanha e a fábrica precisa somente de 5.000 hecto, havendo então o excedente de produção. O preço da castanha está em torno de R\$ 60,00 a R\$ 80,00/Lata (lata de 18 kg).

Em Lábrea

Há 20 comunidades rurais da calha do rio, no médio Purus, envolvidas com a coleta da castanha, nas quais envolvem 80 famílias diretamente e 300 famílias indiretamente. O extrativismo da castanha é trabalhado em época de safra (maio e dezembro), nesta época, o produtor trabalha diretamente na colheita e transporte. E 03 a 04 famílias trabalham indiretamente com o transporte da produção. Não existe problema com a falta de mercado, pois a produção é escoada para Manaus, Boca do Acre, São Paulo (principalmente) e Belém.

No município de Lábrea, a Aspacs trabalha com o extrativismo da castanha desde 2001. A castanha é trabalhada de duas formas “in natura”: em **Dryer** (desidratação com casca) e **Descascada**. Existe um treinamento de boas práticas de manejo da castanha realizado pela Afloram (de coleta, tratamento da castanha e da água), para que a castanheira continue produzindo. Com esta técnica de trabalho, muitos castanhais improdutivos voltaram a produzir devido a esses cuidados de coleta.

“ Problemas relacionados ao funcionamento da Usina da Castanha (Beruri e Lábrea)”.

Nos dois municípios, a usina da castanha está com 80% da obra de infraestrutura pronta. Atualmente, o problema é colocar a usina da castanha em funcionamento, devido à falta da regularização fundiária, à falta de energia e a falta de liberação de recursos financeiros por parte do Governo Estadual.

Em Lábrea, segundo o gerente de produção da Aspacs, o Governo Estadual mudou o órgão que estava trabalhando com a liberação do recurso, onde existiu toda uma burocracia para mudar, pois o dinheiro vinha do Ministério da Integração para a Afloram. Com a extinção da Afloram, o recurso não foi liberado e teve que se fazer novamente o processo para ser liberado, provocando maiores atrasos.

A precária administração e distribuição dos recursos financeiros advindos para o funcionamento da usina da castanha são evidentes nos dois municípios. No dístico abaixo é verificado as estratégias da Aspacs em Lábrea, para não perder o contrato firmado com o mercado.

“Nós vamos continuar trabalhando com a castanha como estávamos trabalhando. Na realidade, essa usina é para descascar. Na forma de driver, nós já estávamos trabalhando, nós estávamos trabalhando com ela descascada mas terceirizand. Inclusive este ano paguei caríssimo para terceirizar, 12 toneladas de castanhas, paguei mais de 70 mil reais, enquanto eu acho que o custo de produção não chega a 30 mil reais, o cara meteu a mão no bolso, mas tinha que fazer, porque eu não queria perder o contrato que nós fizemos com o Governo do Estado, e, é um preço melhor do Brasil, e eu não queria perder, agora com muita luta nós vamos criar outra associação e vai abaixar a nossa cota. Por outro lado, estamos fundando uma Cooperativa Mista Agroextrativista Sardinha em paralelo com a Aspacs, porque a nossa associação já esta ficando novamente sobrecarregada em relação ao trabalho...”(A.P. 48 anos.Gerente de produção da Aspacs em Lábrea).

Em Beruri, o Banco do Brasil e o BASA finalizaram o processo de empréstimo de recursos para compra de matéria prima, para a usina começar a funcionar. Porém, um dos principais problemas é a falta de condições sanitárias para a produção (água, perfuração do poço d’água, caixa d’água, instalação sanitária) e do maquinário. A usina já está toda pronta e

paralelo a isto, os agricultores estão em processo de formação de uma cooperativa que irá gerir desde a coleta ao beneficiamento final do produto. Conforme no dístico a seguir é apresentado como está caminhando o processo de organização para a formar a cooperativa através do apoio do IDAM local de Beruri.

“Nós trabalhamos com aquelas pessoas que estão envolvidas desde o início, que participaram de reuniões e foram prometidos empregos para elas. Só que a coisa não poderia funcionar assim, como uma empresa que empregasse a moçada. Então teve-se a idéia de formar essa cooperativa com essas pessoas, e estas seriam donas do próprio negócio. Hoje, esta cooperativa funciona com 60 sócios fundadores, essas pessoas é a mão-de-obra da própria cooperativa, nós vamos envolver todas as comunidades. O presidente dessa cooperativa é um grupo de jovens daqui de Beruri, esta cooperativa foi formada em outubro de 2007”. (I.L.S. 42 anos. Gerente do IDAM de Beruri, AM).

É importante ressaltar que a região do médio Purus é uma das regiões que mais explora o extrativismo da castanha, devido ao apoio forte da Aspacs, em comparação com a região do baixo Purus que está em processo de organização social de associações e cooperativas, haja visto que, as duas microrregiões são ricas em áreas de castanhais.

b) Extrativismo do Óleo de Andiroba (Lábrea)

Há 25 comunidades rurais da calha do rio, no médio Purus envolvidas com a coleta das amêndoas de andiroba, com 100 famílias envolvidas diretamente e 150 famílias indiretamente. A maior produção de amêndoas fica entre os municípios de Canutama e Lábrea.

A Aspacs também atua com o Programa de Óleos Vegetais desde 2002. Além disso, existe uma mini-usina adquirida através da elaboração do “Projeto de Extração de Óleo” realizado através de parceria da Aspacs, UFAM junto com o Governo Estadual e prefeitura.

O problema de transporte (80%) já foi resolvido, pois a Aspacs possui um barco e um caminhão para atender os três setores do extrativismo: a borracha, a castanha e a andiroba.

“Problemas relacionados a comercialização do óleo de andiroba”

Ao contrário do extrativismo da castanha e da borracha, o setor de óleos passa pelos problemas de definição de mercado, sendo um causador dos problemas da comercialização.

No ano de 2005, a Aspacs vendeu toda a produção do óleo de andiroba para a empresa Beraca (Natura), mas em 2006 não conseguiram vender toda a produção. Em 2007, venderam uma pequena parte da produção, uma vez que, a empresa Natura firmou contrato com comunidades da calha do Juruá, a qual é comercializado o óleo a um preço maior do que na calha do Purus.

Atualmente, a situação é agravante, a Aspacs está com 13 toneladas de óleos estocados, as quais 03 toneladas estão comprometidas com a qualidade do óleo. Quando a Aspacs começou a produzir a extração de óleo, tinham a garantia através de compra das empresas Natura e Beraca, esta tinha um limite de compra e também já tinha um contrato com a associação do Juruá. Porém, a Aspacs a partir de 2006 começou a produzir óleo a mais que a necessidade da empresa. Em contrapartida, a empresa Beraca continuou comprando óleo somente da associação do Juruá. O dístico abaixo apresenta a situação enfrentada pela Aspacs na luta por um mercado justo na compra dos produtos.

“A empresa Beraca mostrou interesse em comprar nosso óleo, mas com o preço abaixo do custo de produção. Na associação do Juruá o preço estipulado é R\$ 16,00/ kg do óleo de andiroba e um galão de 50 kg custa R\$ 800,00 o nosso custo de produção está saindo a R\$ 9,80 e a empresa está querendo pagar somente R\$ 9,00/ kg, ou seja, um galão de 50 kg de amêndoas, a empresa quer pagar somente R\$ 450,00. O nosso gerente comercial de produção está em negociação com a empresa Beraca, também estamos tentando colocar no mercado em Manaus. O Banco do Brasil estava querendo comprar as 10 toneladas que não estão comprometidos, mas agora o banco reduziu para 04 toneladas. Então nós estamos com 10300 kg de óleo de boa qualidade aprovados pela empresa Beraca e estocados, perdemos a safra desse ano com quase 2mil latas de amêndoas, pois nós compramos dos coletores, porém a nossa máquina não deu conta” (A.C. 46 anos. Presidente da Aspacs de Lábrea).

4.2 Política Ambiental nas comunidades de Beruri e Lábrea

A pesquisa destaca alguns aspectos relacionados aos impactos provocados pela implantação das UCs criadas e proposta de criação nas microrregiões do baixo Purus (Beruri) e médio Purus (Lábrea), respectivamente.

4.2.1 Implantação da RDS Piagaçu-Purus no Baixo Purus e Propostas da Criação de um Mosaico de UCs no Médio Purus.

“Problemas relacionados após a criação de áreas protegidas”

Alguns indicadores ambientais são elencados para avaliar os impactos que estão sendo provocados nos agricultores familiares da calha do rio, com relação a criação da RDS-Piagaçu-Purus no Baixo Purus e as propostas para a criação de áreas protegidas no médio Purus, especificamente nos municípios de Beruri e Lábrea. Os resultados abaixo apresentados revelam que as políticas ambientais implementadas através do controle dos recursos naturais nas UCs a partir de uso sustentável não têm conseguido respostas efetivas de conservação, e não tem contribuído para a solução do problema da pesca predatória por barcos de pesca oriundos de fora das comunidades, bem como também não resolvem o problema da exploração insustentável de madeira.

Em Beruri

As respostas dos agricultores residentes nas comunidades Lírio do Vale e São Francisco ao entorno da RDS quanto aos seus impactos provocados, foram: em relação à *mudança na quantidade de peixe*, 75% responderam o surgimento da escassez do peixe, 12,5% que não houve modificação e 12,5% não informou. Isso demonstra que a criação da RDS está sendo ineficaz, pois os recursos pesqueiros estão diminuindo e os conflitos socioambientais aumentando.

O Paraná do Jarí, localizado na divisa dos municípios de Beruri e Tapauá, é o berço da fartura do peixe, há um lago em que uma das comunitárias não deixa barco de pesca entrar, e somente é permitido a entrada para a pesca de sobrevivência. Porém, os moradores do Paraná do Jarí temem com a presença do pessoal da reserva, pois quando saem para pescar, colocando uma malhadeira, uma tarrafa ou uma flexa são muitas vezes repreendidos, por causa dos grandes pescadores e do movimento dos grandes barcos de pesca. É interessante chamar atenção, que o Paraná do Jarí futuramente vai ser transformado em parque nacional com ou sem aprovação dos atores sociais locais.

Segundo alguns relatos, as comunidades rurais de Beruri além dos impactos provocados pela RDS, sofrem outros impactos decorrentes da pesca predatória realizada por grandes barcos de fora. Muitos comunitários (pescadores, agricultores etc) que sobrevivem da pesca reclamam para os agentes do IDAM, sobre a entrada dessas embarcações que vem provocando a diminuição dos estoques pesqueiros, porém não têm conseguido respostas efetivas.

Constam na pesquisa que a região do Purus, basicamente os município de Beruri e Tapauá, responde por 70% do pescado que abastecem o mercado de Manaus. Por outro lado, as comunidades estão sofrendo, principalmente com a pressão sobre os recursos pesqueiros e, por outro lado, a pressão das ações de fiscalização por agentes ambientais.

Essa situação desequilibrada, demonstra que a proteção dessas áreas coordenada pelo Ipaam é ainda insuficiente para a efetiva conservação dos recursos naturais no Amazonas. Dados evidenciam que a infraestrutura de fiscalização é precária e insuficiente, para viabilizar a fiscalização necessária para a proteção da área. A falta de recursos humanos numa área de grande dimensão geográfica agrava ainda mais a situação.

Quanto à *mudança na quantidade de animais de caça*, 25% os agricultores afirmaram que houve o aumento de jacaré, 25% afirmaram não saber (por que não praticam a caça),

12,5% informaram que o aumento da caça ocorreu somente na área da reserva e 37,5% não informaram.

Em relação à *exploração madeireira*, 37,5% dos agricultores informaram que continuam retirando muita madeira, 25% não informaram, 12,5% não exploram madeira, 12,5% declararam haver surgimento da escassez de madeira e 12,5% apontaram que antes era melhor a retirada da madeira. No dístico abaixo apresentamos a manifestação de indignação da técnica agropecuária de Beruri.

“O pessoal da área ambiental tem dado orientações com relação ao extrativismo da castanha, estão tentando regularizar a parte madeireira. A questão madeireira ainda tem tido uma exploração, tem época aqui que você vê barcos descendo com enormes jangadas, aquilo que a gente só vê na televisão, eu vi pessoalmente, eu fiquei espantada, é uma dor que dá de certa forma, porque a gente sabe que uma floresta em pé vale mais. São coisas assim, que não dá para entender, que as vezes, até desestimula a querer trabalhar para esses órgãos. Por que o Ipaam ou o Ibama não toma atitude para isso? Tudo isso existe, mas ninguém faz nada. Agora um agricultor ou pescador que as vezes pega um bicho de casco, não é nem para vender as vezes é para comer, e mesmo que venda, mas ele não vai enriquecer com isso. Eu nunca vi um mateiro rico, um coletor de castanha rico, um seringueiro rico, no entanto a fiscalização passam em cima desse pessoal aí. Eles deveriam pegar esses grandes madeireiros que são ricos, são as grandes empresas que incentivam essas pessoas a fazerem isso aí”(M.E.L., 30 anos. técnica agropecuária do Idam de Beruri, AM).

Em Lábrea

Questionados quanto à *mudança na quantidade de peixe* com a restrição do Ibama, 71,4% responderam que houveram mudanças e 28,6% não informaram. Dentre as mudanças 42,8% citaram a escassez do peixe, 28,6% citaram o aumento de peixe e 28,6% não informaram. Perguntados sobre quais as modificações que aconteceriam após a criação da reserva, as expectativas são: 14,3% afirmaram que aumentaria a quantidade de animais de caça, 14,3% aumentaria a quantidade de peixes, 14,3% nada mudaria e 57,1% não informaram.

Quanto à *mudança na quantidade de caça*, 42,9% afirmaram que houve mudança, 28,6% que não houve e 28,6% não informaram. Sobre as modificações ocorridas, 42,9% citaram a diminuição de caça e 57, não informou.

Em relação à *exploração madeireira*, 70,6% responderam que houve modificação, 14,3% não houve e 14,3% não informaram. Quanto às modificações ocorridas 42% afirmaram que continuam retirando muita madeira 28,6% apontaram para a diminuição da retirada da madeira, 14,3% não perceberam nenhuma mudança e 14,3% não informaram.

Vale ressaltar que a microrregião do médio Purus é uma das que mais sofrem com extração madeireira, concentrando nos municípios de Canutama e o Sul de Lábrea, neste ocorrendo a grande perda das áreas de castanhais ocorrentes em áreas de terra firme.

“Problemas relacionados ao conhecimento e participação da criação da RDS Piagaçu-Purus (Beruri) e as propostas de criação do mosaico de UCs (Lábrea)”

Em Beruri

Ao entrevistar alguns líderes de comunidades, de sindicato, de associação, agricultores e até mesmo agentes governamentais das unidades locais, questionando-os sobre o que é uma reserva, observa-se que a maioria destes não tem clareza sobre o conceito e as necessidades de criação de uma reserva.

Nas comunidades do Lírio do Vale e São Francisco do município de Beruri sobre o conhecimento do que é uma reserva, 37,5% dos agricultores afirmaram que tem conhecimento, entretanto 62,5% desconhecem o que é uma reserva. Para os agricultores que afirmaram ter o conhecimento do que é uma reserva, os significados que se destacaram são locais onde há aumento da produção de peixe (25%) e áreas protegidas pelo Ibama onde é proibida a pesca.

Indagados sobre a participação na criação de reservas ou em audiências públicas com esse propósito, 87,5% afirmaram que não participaram. Entre os motivos para não participação no processo de criação da reserva destacaram: não foram informados (12,5%), não foram convocados (25%) e não informaram (50%). Entretanto, 85,7% dos entrevistados gostariam de ter participado na criação de reservas. Provavelmente uma maior participação

seria esperada se houvessem maiores níveis de informações sobre o assunto, também uma maior politização e organização das comunidades locais.

É interessante observar alguns aspectos destacado por Milaré (2007) acerca da audiência pública e participação popular. Ressaltando a importância da participação da sociedade nas questões ambientais, ele acentuou o Princípio 10 da Declaração do Rio: “A melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposições de todos (...)”.

A lei nº9.985/2000 do artigo 5º (inciso III): “assegura a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”. É evidente que a criação da RDS Piagaçu-Purus não cumpriu o disposto na lei, na verdade, o que ocorreu, foi à criação da RDS em 2003 e em 2006 ocorreu uma audiência pública no município, somente para avisar as populações locais do fato ocorrido. Verifica-se esta situação a partir do depoimento do presidente do sindicato sobre a sua participação na audiência:

“Eles passaram direto, ano passado teve uma audiência pública, foi a ALAP, eu participei, nessa audiência foi discutido a questão da reserva, mas no início do projeto não foi discutido, eles já tinham criado e vieram só falar. Quando o pessoal descobriu não tinha mais jeito, aí foram reclamar, mas não tinha mais jeito. Quanto à questão da reserva, o Virgílio Vianna e o pessoal técnico do Ipaam esteve aqui, eles não avisaram nós aqui, não convidaram ninguém, foram para lá, pegaram o pessoal de surpresa, passaram mais de 3 dias na comunidade do Arumã e ajeitando o pessoal. Mas quando eles perguntaram se o pessoal aprovavam, aí muitos não entenderam a colocação, aí todo mundo levantou a mão, aí eles perguntaram que quem tivesse de acordo que ficasse do jeito que estava, aí todo mundo. E quem não aprova? Aí tiveram uns 4 que não aprovaram. Aí vieram com a gente, mas agora não tem mais jeito. O cara do interior tem vergonha de dizer quem é, quanto mais dizer eu aprovo.

Tem que educar o morador local, o Ipaam não está atuando nessa área de formação e nós falamos isso para ele, já que esse povo vai ter que mudar de situação, então vocês tem que trazer alguma coisa para eles, existe criação de abelhas, produção de hortaliças, artesanato, não querem que o peixe multiplique, então tem que da alternativa para eles” (O.P.S. 45 anos. Presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais de Beruri, AM).

Os resultados a seguir, demonstram a falta de envolvimento e conhecimento da importância da criação da RDS por parte dos agricultores familiares. Questionados sobre a influência em nada, 14,3% foi um bom trabalho, 14,3% dificuldade a extração de madeira e a pesca para a comunidade e 14,3% não informaram.

Em Lábrea

Mesmo com as propostas de criação das áreas protegidas na região de Lábrea, é necessário investigar como essas propostas estão sendo discutidas com as populações locais, se ocorreu o envolvimento dos agricultores pesquisados nas comunidades de Terra Firme do Pacia e José Gonçalves. A lei nº9.985/2000 do artigo 5º (inciso III): “assegura a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”.

Questionados os agricultores de T.F. do Pacia e José Gonçalves do município de Lábrea sobre o conhecimento do que é uma reserva, 85,7% afirmaram que conhecem e 14,3% que desconhece. Para os agricultores que afirmaram ter conhecimento sobre o que é uma reserva, os significados que se destacaram são: Preservação do Meio Ambiente 28,6%, Área Proibida 14,3%, Área Federal 14,3%, Área Protegida e organizada 14,3%, cuidado com a exploração de Madeira 14,3% e não informaram 14,3%.

Em Lábrea os dados demonstraram que ao contrário do município de Beruri, os agricultores estão muito mais informados, devido à participação em movimentos sociais, associações comunitárias, as quais reivindicam soluções dos problemas relacionados à área onde vivem. Nos dísticos a seguir, são apresentados os pontos de vista dos agentes das instituições locais quanto às informações e conceitos sobre reserva.

Analista ambiental do Ibama

“Os ribeirinhos sabem o que é uma reserva, mas o que acontece é o seguinte, então na região do rio Ituxi (afluente do rio Purus), tem um vereador que está instigando uma das comunidades, então tem uma comunidade lá que criou uma outra associação, e que está pressionando as comunidades vizinhas, a saírem dessa que eles estão e passarem para a associações deles, e eles são totalmente contra a criação dessas reservas, e patrocinadas pelo pessoal da cidade, em que o prefeito está por trás, concerteza. Aí os ribeirinhos vem aqui, dizer que eles invadem os barcos dos caras, solta cachorro, vai caçar com cachorro, porque cachorro espanta tudo quanto é tipo de caça. E tem lago que está preservado, aí eles (a comunidade patrocinada) vão lá e pescam tudo, eles fazem tudo de propósito, fazem um reboliço, aí os ribeirinhos vêm reclamar com a gente, a responsabilidade é do Ibama. Aí, nós falamos que eles têm que defender, tem que se unir, se ficar quietinho, não adianta, e se acontecer alguma coisa mais grave vem aqui faz um boletim de ocorrência e a polícia vai lá” (P.E.39 anos. Analista Ambiental do Ibama de Lábrea, AM).

Presidente da Aspacs

“Não se chegou a uma conclusão com todos os moradores dessas áreas de que a reserva é viável para eles, aí a razão de lhe dizer que não foi educado esse pessoal de que forma é uma reserva, para que tem uma reserva, de que forma essa reserva pode beneficiar quem está lá. Isso não chegou lá, essa informação não chegou lá, simplesmente chegou o pedido de reserva e vem a equipe fazendo a vistoria na área, de que forma as pessoas vivem lá, o nº. de pessoas e de famílias, mas dificilmente ouve as pessoas que estão lá, para saber qual a opinião, para levar para ele uma informação o que é uma reserva, o que ele pode ser beneficiado com a criação da reserva. A Reserva do Médio Purus vai ser dividida em áreas, em parques” (A.C. 45 anos. Presidente da ASPACS em Lábrea, AM).

Gerente do escritório local do IDAM

“A população rural já tem conhecimento das reservas, já houve uma mobilização, houve audiência pública em setembro 2006, já manifestou pedindo a criação da reserva. Agora a comunidade da sede, não tem se manifestado nem contra e nem a favor, porque desconhece a matéria, não tem se envolvido. A nossas autoridades locais no dia da audiência agente percebia o quanto eles rejeitavam a criação, então se as autoridades estão ainda em dúvidas imagina a população, eu vejo que falta mais esclarecimento por parte do governo para esclarecer melhor o papel das reservas, inclusive a notícia que temos do Acre, dizem que as reservas não funcionam tão bem, o prefeito convidou uma vez para ir ao Acre para ver como funciona e como estão sendo trabalhadas as reservas, se realmente é promissor para as comunidades, quis ir porque eu não conheço, e aí ficamos nessa tal dúvida, sem conhecimento de base, as informações são muito vagas” (E.M. 45 anos. Gerente do Idam de Lábrea, AM).

Presidente da Movelaria Apemol

“Só ouço falar, o pessoal não está informado, pois, não estão mais falando, alguma vez em reunião falam, mas o Ibama, eu acho que não conhece esse funcionamento das reservas. Eu acho que o Ibama ou o Ipaam informar, esclarecer melhor isso aí para o povo, como é que vai funcionar, o povo fica com medo se é bom ou se é ruim. Eu acredito que o pessoal que mora lá no Ituxi, eu acho que não tem problema nenhum, eu acho que eles vão defender a reserva, e se poder tirar alguma coisa de lá vai sair uma madeira legal” (V.B.L. 36 anos Presidente da APEMOL em Lábrea, AM).

Entretanto, quando indagados sobre a participação nas propostas de criação de reservas ou reuniões de audiência pública, 71,4% afirmaram que não participaram e 28,6% que participaram. Perguntados também, de que forma ocorreu a participação, 1 pessoa participou na soltura dos bichos e a outra pessoa participou na proposta da criação da reserva extrativista do rio Ituxi. Entre os motivos para não participação da criação da reserva, destacaram-se: não foram convocados (57,1%), convocaram somente o presidente e o vice-presidente (14,3%) e não responderam (14,3%). Os dados demonstram que ocorreu pouca participação nas propostas, provavelmente porque existe grande oposição do poder local que tem interesse na exploração das áreas que irão se tornar áreas de reserva. Como exemplo disso, a cachoeira que está hoje localizada dentro da Reserva do Ituxi, iria ser utilizada para a instalação de uma hidrelétrica.

Entretanto, existem interesse dos agricultores de participarem das propostas de criação das reservas, uma vez que metade dos entrevistados (57,1%) informaram que gostariam de participar na criação de reservas, e somente 14,3% não teriam interesse, sendo que 28,6% não informaram.

Apesar de ainda não haver a implantação das UCs, existe a presença do Ibama atuando na forma de restringir o uso dos recursos em algumas áreas da região. Com isso, é necessário verificar que impactos estão sendo provocados aos agricultores da calha do rio com a atuação do Ibama na região. Antes de tudo, 85,7% dos agricultores pesquisados, afirmaram não existir problemas com o Ibama.

Questionados sobre a importância de se criarem áreas protegidas 14,3% afirmaram que são importantes, 14,3% afirmaram que não muda nada, 14,3% que é um bom trabalho, 14,3% que a criação de reservas dificulta a extração de madeira e pesca para a comunidade e 14,3% não informaram.

Sobre o processo de criação das reservas, a analista ambiental local têm o seguinte depoimento:

“O problema é uma questão política, está mais ou menos que nem o Ipaam, era para sair em julho, depois para outubro, depois novembro. Então os ribeirinhos já estão com bronca do Ibama, eles vê a gente e nem quer mais falar de resex, porque eles já estão por aqui, então a gente não fala mais, porque nós não podemos fazer nada. Essas explorações são feitas na verdade são os políticos da região, então por exemplo ali, o que acontece, tem os caras que se dizem donos das terras onde moram os ribeirinhos. Os ribeirinhos vivem hoje de pesca, seringa, copaíba, andiroba, cupuaçu e madeira, aí os caras cobram a renda, que já é ilegal. Essas pessoas que cobram renda são políticos que moram na cidade de Canutama, de Lábrea, eu não posso dizer nomes, mas são os vereadores, ex-prefeito, filho de prefeito” (P.E.39 anos. Analista Ambiental do Ibama de Lábrea, AM).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Purus é uma região que historicamente está centrada no extrativismo. Sendo que, antes da decadência do ciclo da borracha no século XX e das restrições das políticas ambientais com a criação de áreas protegidas, as atividades do extrativismo eram bem mais evidentes. A agricultura ainda não era realizada em grande escala, predominando, àquela época, o extrativismo.

Os produtos madeireiros e não madeireiros geralmente são utilizados para o consumo. A castanha e a borracha são os produtos que contribuem na geração de renda nas comunidades pesquisadas no Médio Purus, e na microrregião do Baixo Purus, com destaque para o extrativismo da castanha.

Os dados analisados sobre a agricultura familiar e as políticas agrícolas e ambientais na região estudada mostraram que esta atividade não é apoiada pelas políticas públicas nem vista como uma forma sustentável de geração de renda e sobrevivência, e sem condições de concorrer no mercado.

As políticas públicas de fomento à produção agropecuária têm incentivado a produção de malva, arroz e pecuária, que representam modalidades de manejo de recursos naturais de várzea desvinculados dos ecossistemas associados e de sua dinâmica, sem considerar critérios de sustentabilidade ecológica, econômica e social.

Nas duas comunidades pesquisadas de Beruri, a política agrícola desenvolvida é voltada para agricultura. Já nas outras duas comunidades pesquisadas de Lábrea, a política agrícola desenvolvida é voltada para o extrativismo vegetal.

A pesquisa revelou que os agricultores pesquisados são naturais do estado do Amazonas. A mobilidade de migração dos agricultores ocorre entre as microrregiões do baixo, médio e alto Purus, no estado do Amazonas.

Os agricultores familiares pesquisados deslocam-se entre as comunidades da calha do rio Purus, com o intuito de procurar melhorar os meios de vida. A pesquisa presume que mobilidade de migrações internas ocorrente são reflexos, principalmente, das formas como as políticas ambiental e agrícola vêm sendo implementadas e implantadas nas microrregiões estudadas. A mobilidade espacial ocorrente ao longo da calha do rio Purus é devido aos seguintes fatores: a *criação de áreas protegidas* que normatizam os usos dos recursos naturais, a *formação de cooperativa dos produtores*; o *programa de governo de incentivo de produção agropecuária e agrícola*; as *demarcações de terras indígenas*, o *funcionamento da associação agroextrativista*; a *precariedade ou a ausência de políticas públicas* (na área de saúde, educação e no setor produtivo) e as *condições ambientais*.

A hipótese levantada sobre o fato de que existem conflitos entre as políticas agrícolas e as políticas ambientais na área de estudo foi confirmada, por apresentar:

I - A situação fundiária nas microrregiões pesquisadas vem favorecendo a grilagem da terra, a retirada de madeira e a submissão dos agricultores aos que se dizem donos da várzea, do lago e da terra firme, devido a ausência de uma política fundiária entre os pequenos e grandes proprietários;

II - A existência de políticas agrícolas ineficientes, onde há a falta de serviços de assistência técnica e extensão rural, problemas nos programas de financiamento e crédito e a falta de acompanhamento técnico fazem com que os agricultores não melhorem suas condições de vida e muitas vezes os acelerem processos de degradação ambiental.

O estudo permitiu também confirmar a hipótese de que as políticas agrícolas e ambientais estão influenciando os modos de vida dos agricultores:

I – Ocorrem conflitos entre agricultores que cultivam nas praias e o Ibama, que restringe essas áreas para a proteção ambiental, devido essas áreas serem os locais de desova dos quelônios;

II – Os agricultores do Baixo Purus se apresentaram insatisfeitos com as medidas autoritárias por parte dos agentes fiscais do Ibama, pelas pressões das políticas ambientais. Os agricultores familiares sofrem, principalmente, com a pressão sobre os recursos pesqueiros e a pressão das ações de fiscalização por agentes ambientais;

II - Cabe ressaltar que os agricultores familiares na categoria de posseiros, encontram-se em situação bastante precária, tendo que lutar pela apropriação da terra. A falta de regularização fundiária em áreas públicas nas microrregiões pesquisadas, permitiu verificar a ocorrência da exploração de mão-de-obra familiar, a falta de autonomia necessária para tomar decisões por parte dos agricultores familiares, a falta de acesso à determinada política agrícola, no caso acesso ao crédito rural;

IV - A criação de áreas protegidas estão sendo ineficazes, pois os recursos pesqueiros estão diminuindo e os conflitos socioambientais aumentando. As comunidades rurais pesquisadas de Beruri sofrem impactos em relação à pesca predatória realizadas por grande barcos de pesca;

V - O gado bovino tem sido historicamente a prioridade dos financiamentos, porém a pesquisa mostrou que as pequenas criações e os cultivos alimentares são as principais fontes de alimentos dos agricultores familiares, necessitando de maior apoio na composição desses sistemas.

As especificidades locais são pouco ou quase nada consideradas na lógica do Pronaf, que privilegia produtos que na sua maioria são destinados à exportação.

O sistema de produção na calha do rio Purus encontra-se com restrições ambientais sem a efetiva participação de quem faz parte desse sistema. Por outro lado, os programas e ações de desenvolvimento agrícola não estão valorizando os produtos agrícolas cultivados pelos agricultores.

O assistencialismo que ocorrem nas comunidades pesquisadas é como instrumentos de barganha de votos e não leva em consideração a necessidade real do produtor.

O **Incra** não vêm cumprindo com as etapas necessárias à implantação dos projetos de assentamentos (que só deveriam ser feitas após a concessão dos créditos e a finalização da infra-estrutura), limitando-se á aquisição e titulação das áreas ocupadas. Quanto ao **Idam**, atualmente a prioridade é formalizar as associações comunitárias com maior rapidez para o recebimento dos benefícios, sem levar em conta o processo de fortalecimento das formas de organizações existentes ou que está se formando.

A unidade local do **Idam** em Beruri é recente, e tem um longo caminho a percorrer para que políticas públicas coerentes aconteçam. Já em Lábrea, a unidade local do IDAM atua há 42 anos com os projetos, programas e ações, mas, no entanto, ocorre a falta de uma política agrícola eficiente (crédito, assistência técnica, pesquisa ect).

Ainda persiste o problema do atraso do abastecimento de sementes, visto que elas ainda são importadas de fora do Estado. Esse problema poderia ser minimizado se houvesse uma política agrícola coerente, começando pelo fornecimento de sementes que o agricultor pudesse reproduzi-las.

Infelizmente, pouca ou quase nenhuma assistência técnica é dada aos agricultores familiares da calha do rio localizados em áreas de várzea, quanto a sua organização associativa (sindicatos, organização de agricultores etc.). No entanto, as prioridades para assistência técnica rural são direcionadas em as áreas de terra firme.

O **Ipaam**, órgão responsável pela fiscalização da RDS Piagaçu-Purus e implementação de planos de manejo, não esta presente na região do Purus por falta de recursos humanos. Quanto ao **Ibama**, tem maior presença na microrregião do Médio Purus e tem apresentado impacto positivo aos agricultores pesquisados, no que diz respeito ao processo de discussão da criação das UC's.

Destarte, a proteção dessas áreas é ainda insuficiente para a efetiva conservação dos recursos naturais no Amazonas, a infra-estrutura precária, por exemplo, na maior parte das vezes não é suficiente para viabilizar a fiscalização necessária para a proteção da área. A falta de recursos humanos numa área de grande dimensão geográfica agrava ainda mais a situação.

Um grande desafio relacionado a essas áreas é a implementação e gestão efetiva das UCs já criadas, pois se acredita que apenas com investimento nesses dois aspectos conseguirá dizer que esses territórios forjados por agentes externos farão o papel de conservação propriamente dito. É importante destacar a inexistência de diversas lideranças comunitárias e municipais que não tem clareza sobre o conceito e as necessidades de criação de uma reserva.

Provavelmente esses projetos, programas ou ações não estão atuando de forma transparente, com clareza e informação sobre os seus objetivos. Nos municípios verificou-se que os mesmos não possuem um Conselho de Desenvolvimento Rural para ocorrerem a democratização das demandas e o planejamento do uso dos recursos para o investimento regional.

A maneira como estão sendo criadas e implementadas às políticas de conservação e preservação dos recursos naturais vêm contribuindo para a mudança nas formas milenar de uso dos recursos praticados pelas famílias rurais da calha do rio Purus, que antes faziam à gestão e trabalhavam com recursos disponíveis, e para piorar, não oferecem alternativas técnicas a essas famílias.

As ações governamentais (federal, estadual e municipal) e as organizações não-governamentais presente na região não têm capacidade de adotar e implementar as políticas públicas necessárias para a construção de um sistema produtivo e de defesa dos recursos naturais compatíveis com a visão acima idealizada. Nem existe a vontade política, nem uma cultura com suficiente nível de valores ambientais (WEISS, 2003).

As políticas regionais ambientais e de desenvolvimento são contraditórias. Os projetos de desenvolvimento e UC num mesmo espaço são antagônicos do ponto-de-vista do uso dos recursos. Segundo Weiss (2003), é preciso aprimorar a cultura das lideranças e habitantes em geral quanto ao ambiente; capacitar os órgãos de políticas públicas, pois os órgãos públicos (federais, estaduais e municipais) têm funções descoordenadas e até divergentes; e alcançar uma vontade política de implementar as políticas apropriadas (WEISS, 2003).

Seria possível, assim, alcançar algum nível de sustentabilidade, com: uma efetiva diminuição do desmatamento e queimadas; um equilíbrio econômico-tecnológico entre o complexo madeireiro-agropecuário e atividades alternativas (produção extrativa terrestre e aquática, culturas perenes em SAF's, de biotecnologia, do ecoturismo, do manejo florestal sustentável através do plano de manejo, da educação ambiental e da prestação de serviços ambientais) (WEISS, 2003).

A construção de planos de manejo e planos de utilização requer um trabalho mais sistemático com as populações residentes, analisando a imbricação dos anseios e expectativas dessas populações com os anseios e expectativas dos agentes públicos e avaliando até que ponto os agricultores familiares vão se tornando protagonistas de suas próprias estratégias de produção de territórios. Caso contrário, os objetivos dessas políticas não serão efetivamente alcançados.

Finalmente, a compreensão da implementação e do impacto das políticas agrícolas e ambientais nas comunidades pesquisadas busca contribuir para um melhor entendimento do sistema de produção familiar dos ambientes de várzeas, e ainda contribuir para o aprimoramento do processo de implementação dessas políticas públicas que favoreçam um segmento do setor produtivo responsável por grande parte da produção de alimentos e fornecimento de postos de trabalho, conforme este estudo mostrou.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Mariane Carvalho; GURGEL, Helen da Costa; ANTONIO, Baldemar Méndez; ANGELIS, Carlos Frederico. **Precipitação Pluviométrica e a Dinâmica da Malária na Bacia do rio Purus**. Cachoeira Paulista – SP: Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE, 2008.

ABREU, Lucimar Santiago. **A Construção da Relação Social com o Meio Ambiente entre Agricultores Familiares da Mata Atlântica Brasileira**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente. 2005. p. 176.

ALENCAR, Edna Ferreira. Políticas Públicas e (In) Sustentabilidade social: o caso de comunidades de várzea no Alto Solimões, AM. In: LIMA, Deborah (Org). **Diversidade Socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: Perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: IBAMA/Provárzea, 2005. p. 59-99.

AGENCIA DE FLORESTAS E NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS – AFLORAM. **Histórico do AFLORAM**. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/>>. Acessado em abril de 2007.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2004. p.110.

BECKER, Berta Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BENATTI, José Heder. Ordenamento Territorial: Categorias Fundiárias na Amazônia. In: Instituto Socioambiental (ISA). **Almanaque Brasil Sócio Ambiental: Uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária**. 2ª ed. São Paulo(2008) p. 323-326.

CEPAL. **Pré-Impressão – Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas**. Manaus, 2006.

CRUZIO, Helenon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 45- 50.

DE DEUS, Claudia Pereira; DA SILVEIRA, Ronis; RAPP PY-DANIEL, Lúcia H. **Piagaçu-Purus: Bases Científicas para a Criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável.** Manaus: IDSM. 2003. p. 83.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

ESTERCI, Neide. **Populações Tradicionais.** Insituto Socioambiental (ISA). Almanaque Brasil Sócio Ambiental: Uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil ea nossa contribuição para a crise planetária. 2ª ed. São Paulo (2008) p. 223-225.

HAUGAASEN, Torbjorn; PERES, Carlos Augusto. **Floristic, edaphic and structural characteristics of flooded and unflooded forests in the lower Rio Purús region of central Amazonia, Brazil.** Acta Amaz. vol.36. nº 1 Manaus Jan./Mar. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE **Censo Demográfico 2000 e 2007.** IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 1991 – 2000: Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo.** Rio de Janeiro, 2001.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO AMAZONAS - IDAM. **Notícias.** Disponível em < <http://www.idam.am.gov.br>>. Acessado em 13 de fevereiro de 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil Redescoberto.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília. 2000. 74 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Histórico do INCRA.** Disponível em <<http://www.incra.gov.br/>>. Acessado em abril de 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE, 2008. Disponível em <<http://www.sigma.cpetec.inpe.br/purus/purus>>. Acessado em setembro de 2007.

AMAZONAS. **IN-SDS Nº 002 de 11 de fevereiro de 2008.** Dispõe sobre: procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo

Florestal Sustentável de Pequena Escala – PMFSPE nas florestas nativas e formações sucessoras, com área inferior a 500 ha, dá outras providências. Lex: INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS. Disponível em: <http://www.Ipaam.br>. Acesso em julho de 2008.

JORNAL A CRÍTICA. **Corredor Ecológico: Blindagem Verde na BR-319**. Manaus – AM. p. C3. Março de 2008.

JORNAL AMAZONAS EM TEMPO. **Amazonas quer o Brasil auto-suficiente em fibras**. Manaus – AM. p. B1. Julho de 2008.

JUNK, Wolfgang J.; OHLY, Jörg. J; PIEDADE, Maria.Tereza Fernandez e SOARES, Maria.Gercilia.Mota. Actual use and options for the sustainable management of the Central Amazon Floodplain: Discussion and Conclusions. In: JUNK, W.J; OHLY, J.J; PIEDADE, M.T.F; SOARES, M.G.M. (eds): **The Central Amazon Foodplain: Actual Use and Options for a Sustainable Management**, Leiden. 2000

LAMARCHE, Hugo. **Agricultura Familiar: Comparação Internacional**. Campinas, SP: 2ª ed. UNICAMPI, 1997. 336p.

LAURANCE, William. F., COCHRANE, Mark. A., BERGEN, S., FEARNSIDE, Philip. Martin., DELAMONICA, C., BARBER, P., D'ANGELO, S. FERNANDES, T. The **future of the Brazilian Amazon**, *Science* 291 (2001) 438–439.

LEI n°10.836 de 09 de JANEIRO de 2004 e o DECRETO N° 5.749, DE 11 DE ABRIL DE 2006. Dispões sobre: **O Programa Bolsa Família. Governo Federal**.

LEI n° 9.985 de 2000. Dispõe sobre: **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Lex: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**. Disponível em: <http://www2.ibama.gov.br/Unidades/geral/tabl.html>. Acesso em: 12 de março de 2008. Legislação Federal.

LIMA, Hedinaldo Narciso; TEIXEIRA, Wenceslau Geraldes; DE SOUZA, Kleberon Worslley. **Os Solos da Paisagem Várzea com ênfase no Trecho entre Coari e Manaus**. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antonio Carlos. **Comunidades Ribeirinhas Amazonicas: Modos de vida e uso dos Recursos Naturais**. Manaus: EDUA, 2007. p. 35-50.

LIMA, Deborah (Org). Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: Perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. In: LIMA, Deborah (Org). **Diversidade Socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: Perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: IBAMA/Provárzea, 2005. p. 337-386.

MELO, Lucilene Ferreira; PINTO, Renan Freitas. **O migrante rural e a reconstrução da identidade do imagiário na cidade**. In: José Aldemir de Oliveira; José Duarte Alecrim; Thierry Ray Jehlen Gasnier. (Org.). Cidade de Manaus: visões interdisciplinares. 1 ed. Manaus: EDUA, 2003, v., p. 15-48.

MILARÉ, Edis. **Direito Ambiental: Doutrina, Jurisprudência, Glossário**. Prefácio à 5. ed. Ada Pellegrini Grinover. 5.ed. ref., atual e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 1217.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

NODA, Hiroshi (Coord.); NODA, Sandra do Nascimento; PEIXOTO, Gilberto Alves Nogueira; RIBEIRO, Gilberto de Assis; SARAGOUSSI, Muriel; SILVA, Neliton Marques; VIEIRA, Gil; CAMPOS, Moacir Alberto A.; FERRAZ, João Batista; MAMED, Francimar Araújo; MARTINS, Gilvan; MELO, Wesley. **Pequena Produção de Terra-Firme no Estado do Amazonas**. Manaus: INPA, 2000. p.80

NODA, Sandra do Nascimento; NODA, Hiroshi; AZEVEDO, Alcione Ribeiro; MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi; PAIVA, Maria Silvesnázia. **Agricultura familiar: a organização espacial na produção e no turismo**. In: Parcerias Estratégicas, nº 12. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia/Centros de Estudos Estratégicos, 2001. p. 84-111.

NODA, Sandra do Nascimento; RIBEIRO, Gilberto de Assis; NODA, Hiroshi; SOARES, Jorge Emídio de Carvalho; BRANCO, Fidel Matos Castelo; NETO, Manoel de Freitas Mendonça. **Principais características dos Sistemas de Produção Agrícola das Comunidades Ribeirinhas e do Abastecimento do Município de Pauini**. In: NODA, Sandra do Nascimento. Agricultura Familiar na Amazônia das Águas, 2007.

NASCIMENTO, Izaura Rodrigues. Estadualização das políticas Ambientais no Amazonas. 2000. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na

Amazônia) – Curso de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

PEREIRA, Henrique. **A Dinâmica da Paisagem Socioambiental das Várzeas do rio Solimões-Amazonas**. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antonio Carlos. Comunidades Ribeirinhas Amazonicas: Modos de vida e uso dos Recursos Naturais. Manaus: EDUA, 2007. p. 11-32.

PALHETA, Rosana Antunes. **Agricultura Familiar Ribeirinha: Estratégia de Produção e Conservação em Sistema Agroflorestal no Município de Parintins/AM**. 2004. 79. f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Curso de Pós-graduação em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Amazonas. Manaus.

PNUD – **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**; IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FJP – Fundação João Pinheiro; Atlas do Desenvolvimento Humano. Rio de Janeiro. 2000. Disponível em:<http://www.pnud.org.br/idh/> . Acessado em setembro de 2008.

RADAMBRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Projeto RADAMBRASIL, folha AS.20 Manaus** – Levantamento de recursos naturais, 18. DNPM Rio de Janeiro - RJ, 1978, 628p.

RAMOS, Adriana. **Política Ambiental**. Instituto Socioambiental (ISA). Almanaque Brasil Sócio Ambiental: Uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária. 2ª ed. São Paulo(2008) p. 448.

RICARDO, Instituto Socioambiental (ISA). Almanaque Brasil Sócio Ambiental: Uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária. 2ª ed. São Paulo(2008) p. 448.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1996.

SILVA, Suzy Cristina Pedrosa. **Os Sistemas Agroflorestais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus: Uma Alternativa Para A Agricultura Familiar**. 2006.150 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia) - Curso de Pós-graduação em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

SANTOS SILVA, William Santos e ASSIS, Luis Mauro (2003). **O PRONAF e a Agricultura familiar na Amazônia: uma questão de rever prioridades.** In: Simões Aquilis (org.). Coleta Amazônica – Iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Belém: Alves Ed., 2003. 326p.

TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3^a ed. Passo Fundo: UPF. 2001. 405p.

SPTZCOVKY, Celso. **Direito Administrativo – Concursos Públicos.** 10^a ed. São Paulo. 2008. 592p.

THÉRY. H. **Situações da Amazônia no Brasil e no continente. Estudos Avançados.** 2005. 19 (53): 37-49p.

VELASQUEZ, Cristina. **Áreas Protegidas.** In: Insituto Socioambiental (ISA). Almanaque Brasil Sócio Ambiental: Uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária. 2^a ed. São Paulo(2008) p. 448.

WEISS, Joseph. **Como reorientar as políticas públicas agrárias e florestais: contribuindo para o desenvolvimento sustentável.** In: Nascimento, Elimar Pinheiro e Drummond, José Augusto (orgs.). Amazônia - Dinamismo econômico e conservação ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 336.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005. 205p.

APÊNDICE

APÊNDICE 01

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-Casa

AGRICULTURA FAMILIAR NO ECOSISTEMA DE VÁRZEA DA CALHA DO RIO PURUS-AM: POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS Mestranda: Eliana Noda

Data: ___ / ___ / _____ Município: _____ Comunidade: _____
Coordenadas: _____

1 – Identificação Pessoal (Agricultor)

1.1 Entrevistado: _____ 1.2 Idade/DN: _____

1.3 Profissão: _____ 1.3.1 Escolaridade: _____ 1.3.2 Sabe Ler? _____

1.4 Possui: 1.() RG 2.() Carteira de Trabalho 3.() Título de Eleitor 4.() CPF 5. () Carteira do produtor rural 6.()

1.5 Local de Nascimento:

Município: _____ Comunidade: _____ Localidade: _____

1.6 – Local/ História

1.6.1 Área da moradia atual: 1.() várzea 2.() terra firme 3.() urbana 4.() indígena 5. () varzea/terra firme 6.() reserva de protecao integral 7.() reserva de desenvolvimento sustentavel

1.6.2 Há quanto tempo mora aqui?

1.() recém chegado/ate 01 ano 2.() de 2 a 5 anos 3.() de 6 a 10 anos 4.() de 11 a 15 anos 5. () acima de 15 anos: _____

1.6.3 Por que veio morar aqui ? _____

1.6.4 Como era aqui quando o senhor chegou (descrição qualitativa do lugar)? _____

1.6.5. A comunidade sempre foi neste mesmo local? Se não porque?

1.6.6 Na moradia atual, o que o senhor faz?

Planta: _____

Cria: _____

Extraí: _____

Pesca: _____

1.7 Local da última moradia:

Localidade: _____ Mmunicípio: _____ Comunidade: _____

1.7.1 Quanto tempo morou lá? _____

1.7.2 Por que morava lá? _____

1.7.3. O que fazia lá?

Planta: _____

Cria: _____

Extrai: _____

Pesca: _____

1.7.4 Por que saiu de lá?

1.7.5 Você tem vontade de sair daqui? Por quê?

1.7.6 Para onde? _____

2 – Dados sócio-econômicos

2.1

	Na casa		Fora		Agregado	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Nº de pessoas na família						
Nº de filhos >8						
Nº de filhos < 8 anos						

2.2 Perfil da família (preenchimento com os códigos abaixo)

Nº	Nome	Parentesco	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Ocupação

Código: 0 Chefe da família; 1 conjugue; 2 filho(a); 3 mae; 4 irmao(a); 5 neto(a); 6 agregado(qualquer parente);

7 outros (terceiros)

Códigos escolaridade

1 Nenhuma	4 5 – 8 série	7 Superior
2 Alfabetizado	5 Médio incompleto	
3 1- 4 série	6 Ens. Médio completo	

2.3 Quais atividades produtivas? 1. () agricultura 2. () pesca 3. () Outros: _____

2.4 Quem participa no trabalho familiar em sua propriedade rural? _____

2.5 Capital disponível para a produção: 1.() próprio 2.() empréstimo de banco 3.() intermediários

4. () comerciantes 5.() cooperativas associações de produtores 6.() outros _____

2.6 Utiliza agrotóxico no plantio: 1.() Sim 2.() Não **2.6.1.** Quais? _____

2.6.2 Local de compra: 1.() comunidade 2.() município 3.() atravessador 4.() Fornecedor 5.() técnico 6.() comerciante 7.() outro produtor 8.() outros _____

2.7 Possui outro tipo de renda? 1.() Sim 2.() Não

2.7.1 Qual? 1.() Bolsa Família 2.() Bolsa Escola 3.() Aposentadoria 4.() Seguro defeso

5.() Outros: _____

2.9 Qual sua renda familiar mensal total? _____

2.10 Administra seu próprio empreendimento e/ou propriedade? 1.() Sim 2.() Não

2.11 Paga para alguém? 1.() Sim 2.() Não

2.12 Qual e a forma de pagamento?

1.() troca de produtos 2.() capital 3.() outros: _____

2.13 O sr. compra algum tipo de alimento, além do que o senhor produz? 1.() Sim 2.() Não

2.13.1. Qual? _____

2.14.2 O alimento produzido na sua propriedade é vendido? 1.() Sim 2.() Não

2.14.3 Para onde é vendido? _____

2.14.4 Para quem é vendido? _____

2.15 Quais são os produtos agrícolas que são vendidos de sua propriedade? _____

2.16 Os produtos são vendidos com facilidade? 1. () Sim 2. () Não

2.17 Qual o meio de transporte para locomoção da produção? 1. () rabetá 2. () canoa 3. () barco
4. () voadeira 5. () outros: _____

3 – Dados da Propriedade

3.1 Área total aproximado do terreno (m²/ha/qd): _____

3.2 Área plantada: 1. Terra Firme: _____ 2. Várzea: _____ 3. Praia: _____

3. não sabe responder: []

3.3 Formas de Apropriação da terra

Situação	Tem documento? () Sim () Não	Forma de acesso a terra	Desde de quando?	De quem arrenda?	Qual o órgão	Área arrendada
Proprietário						
Posseiro						
Parceiro						
Arrendatário						
Assentado						

3.4 Aspectos do imóvel (observação sem pergunta)

Construção (múltiplas escolhas)	Piso (múltiplas escolhas)	Cobertura(múltiplas escolhas)
1 () alvenaria	1 () madeira	1 () zinco
2 () madeira	2 () cerâmica	2 () palha
3 () barro	3 () cimento	3 () Outros
4 () palha	4 () terra batida	
5 () Outros. Quais?	5 () Outros. Quais?	

4.0 Problemas com a água: 1. () Sim 2. () Não

4.1 Quais (na cheia)? _____ Quais (na seca)? _____

5. VINCULO ASSOCIATIVO

5.1 Participa de alguma Associação? 1. () Sim 2. () Não

5.2 Por que? _____

5.3 Qual o nome da associação que participa? _____

5.4 Gostaria de participar? 1. () Sim 2. () Não

5.4.0 Por que?

5.4.1 Desde que ano é associado? _____

5.4.2 Participa de reunião (do conselho/colônia/associação no seu município)? 1. () Sim 2. () Não

5.4.3 Qual? _____

5.4.4 Qual o assunto que geralmente é tratado? _____

6. POLÍTICAS AGRÍCOLAS

6.1 Participa de algum Programa, Ação, Projeto? 1. () Sim 2.()Não

6.2 Qual (s) programas, ações ou projetos que participa? _____

6.3 Porque não participa? _____

6.4 E é a 1ª vez que participa? 1.()Sim 2.() Não

6.5 Gostaria de participar? 1.()Sim 2.() Não

6.6 Alguem da sua família participa de algum programa, ação ou projeto? 1.()Sim 2.() Não

6.6.1 Qual? _____

6.7 Em que esse programa, ação ou projeto apoia voce e sua familia? _____

6.8. Voce tem acesso a assistência técnica quanto as forma de produção: 1.()Sim 2.() Não

6.8.1 Quais: a.() Idam b.() Embrapa c.() Inpa d.() Ufam e.() Senar f.() agricultor
g.() vendedor h.() cooperativas i.() outros: _____

6.8.2 Você recebe sementes/de onde: 1.() reproduz 2.() compra 3.() recebe do governo 4.() outros;

6.9 Conhece o que é o PRONAF? 1.()Sim 2.() Não

6.10 Qual o significado do PRONAF para você? _____

6.11. O senhor (a) conhece o que é o Crédito Rural? 1.()Sim 2.() Não

6.11.1 Qual o significado do Credito Rural ara você? _____

6.12 Recebe algum financiamento de crédito noa seu empreendimento ou na sua propriedade?
1.()Sim 2.() Não

6.12.1. Qual? 1.() custo: _____
2.() investimento: _____

6.13 Esse programa, ação ou projeto contribuiu para a instalação e melhoria da infra-estrutura da comunidade? 1.()Sim 2.() Não

6.14

Quais? _____

6.15. Recebe apoio de algum programa na comercialização dos produtos? 1.()Sim 2.() Não

6.15.1 De que forma e esse apoio? _____

6.16. Está satisfeito com o programa: 1.()Sim 2.() Não

6.16.1 Se não, Por que? _____

6.17. Recebe visita de algum técnico agrícolana sua propriedade? 1.()Sim 2.() Não

6.17.1 Com que frequência? _____

6.18. Tem acesso fácil para falar com os técnicos? 1.()Sim 2.() Não

6.18.1 Como você faz quando precisa falar com eles? _____

6.19. Qual sua opiniao sobre o atendimento dos programas?

7. POLÍTICAS AMBIENTAIS

7.1 Conhece o que é uma reserva? 1.()Sim 2.() Não

7.2 Qual o significado de reserva para você? _____

7.3 Teve participação na criação das reservas? ? 1.()Sim 2.() Não

7.3.1. Por que? _____

7.3.2. Gostaria de ter participado? ? 1.()Sim 2.() Não

7.3.3. Como foi a sua participação? _____

7.4 O sr. e sua família foram deslocado do lugar que moravam apos a criacao da reserva?

1.()Sim 2.() Não 7.3.1. Para que lugar? _____

7.5 Com a criação da reserva você acha que melhorou o ambiente e sua vida?

1.()Sim 2.() Não

7.5.1. Por que? _____

7.5.2. No que melhorou? _____

7.5.3 Como era o ambiente e sua vida antes da criação da reserva? _____

7.6 Mudou em relação a quantidade de peixe? 1.()Sim 2.() Não

7.6.1 O que mudou? _____

7.7 Mudou na quantidade de caça? 1.()Sim 2.() Não

7.7.1 O que mudou? _____

7.8 Mudou a retirada de madeira? 1.()Sim 2.() Não

7.8.1 O que mudou? _____

7.9 A sua comunidade tem problema com IBAMA? 1.()Sim 2.() Não

7.9.1. Qual? _____

7.10 Qual sua opiniao sobre a implementacao da politica ambiental? _____

10.2 – Pesca (Enchente e na Cheia dos rios)

Local e época do ano que pratica a pesca na Enchente e na Cheia

NA ENCHENTE

Espécie	Rio	Lago	Paraná	Furo	Igarapé	Igapó

NA SECA

Espécie	Rio	Lago	Paraná	Furo	Igarapé	Igapó

11. Qual a embarcação utilizada nas pescarias:

1.()barco/motor 2.()rabeta 3.()canoa a remo 4.() voadeira 5.()outros

12. Instrumentos utilizados nas pescarias:1.()arrastadeira 2.()malhadeira 3.() arrastão/redinha 4.()tarrafa 5.()linha de mão 6.()arpão
7.()zagaia 8.()caniço 9.()arco e flexa 10.()estiradeira 11.()espinhel 12.()tramalha**14. N° de pessoas que participam da pesca?**

APÊNDICE 02

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Programa de Pós-Graduação em
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/Casa

AGRICULTURA FAMILIAR NO ECOSISTEMA DE VÁRZEA DA CALHA DO RIO
PURUS-AM: POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS
 Mestranda: Eliana Noda

ROTEIRO DE ENTREVISTA INSTITUCIONAL

Data: ___/___/2007 Município: _____
 Coordenadas: _____
 Nome do Entrevistado Institucional: _____
 Coordenadas: _____

1. Identificação da Instituição

- 1.1. Nome da Instituição _____
 1.2. Nome do Representante Institucional? _____
 1.3. Como e a atuação da Instituição: _____
 1.4. O município abrange quantas comunidades? _____
 1.4.1 Qual a população do município em área de várzea? _____
 1.4.2 Qual a população do município em terra firme? _____

1.5. Programas desenvolvidos na comunidade:

Programa	Órgão financiador	Ano de implantação	Nº. Comunidades atendidas

1.6 Existe algum Conselho no município? 1.() Sim 2.() Nao

- 1.6.1 Qual o nome? _____
 1.6.2 Como funciona? _____
 1.6.3 Quem participa? _____
 1.6.4 Qual a Estrutura Organizacional do Conselho? _____

2. Quais as ONG`s presentes no município?

2.1 Quais as OG`s presentes no município?

3. Qual a produção que se destaca nas comunidades?

3.1 Quais os principais produtos agrícolas que abastece os municípios?

3.1.1 Qual e o apoio no processo produtivo (produto final/comercialização)?

3.1.2 Como esta funcionando a assistência das comunidades(visitas/orientações)?

3.1.2 Processo de comercialização

Produto Agrícola	Origem (N/Comunidade)	Origem de fora da comunidade (Localidade)	Quant/Abastecimento	Movimentacao em R\$ anual

4. Existe problemas na questão fundiária? 1.() Sim 2.() Não

4.1.Quais? _____

4.2 Existe problemas na questão ambiental? 1.() Sim 2.() Não

4.2.1.Quais? _____

4.3 Existiu problemas no inicio da implementação das reservas? 1.() Sim 2.() Não

4.3.1.Quais? _____

4.3.2. Existem problemas após a implementação das reservas? 1.() Sim 2.() Não

4.3.2.1.Quais? _____

Questão Ambiental

Tem alguma reserva que abrange a área?

Qual? _____

Quais as influencias e impactos causados nas comunidades/município? _____

RDS – Piagacu Purus

5. Quantas comunidades estão dentro da RDS? _____

5.1. Qual o número de famílias/pessoas que moram dentro da reserva? _____

5.1.1 Houve remanejamento dos moradores de dentro da RDS para fora da área? 1.()Sim 2.()Não

5.1.1.1 Quantas comunidades foram deslocadas? _____

5.1.2 Eles foram informados que haveria criação da reserva? 1.()Sim 2.()Não

5.1.3 Houve participação da comunidade no processo de criação? 1.()Sim 2.()Não

5.1.4 Como ocorreu esse processo (aceitação/conflitos)? _____

5.1.5 Existe fiscalização na reserva? 1.()Sim 2.()Não

5.1.5.1 Quem fiscaliza? _____

5.1.6 Existe monitoramento na reserva? 1.()Sim 2.()Não

5.1.6.1 Quem monitora? _____

5.1.7 Qual o problema com a política ambiental em relação a política agrícola? _____

REBIO-ABUFARI

6. Qual o número de famílias/pessoas que moravam na área de reserva?

6.1 Houve remanejamento dos moradores de dentro da área ara fora? 1.()Sim 2.()Não

6.1.1 Quantas comunidades foram deslocadas? _____

6.1.2 Eles foram informados que haveria criação da reserva? 1.()Sim 2.()Não

6.1.3 Houve participação da comunidade no processo de criação? 1.()Sim 2.()Não

6.1.4 Como ocorreu esse processo (aceitação/conflitos)? _____

6.1.5 Existe fiscalização na reserva? 1.()Sim 2.()Não

6.1.5.1 Quem fiscaliza? _____

6.1.6 Existe monitoramento na reserva? 1.()Sim 2.()Não

6.1.6.1 Quem monitora? _____

APÊNDICE 03

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Programa de Pós-Graduação em
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/Casa

AGRICULTURA FAMILIAR NO ECOSISTEMA DE VÁRZEA DA CALHA DO RIO PURUS-AM: POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS

Mestranda: Eliana Noda

INFRA-ESTRUTURA DA COMUNIDADE

Data: ___/___/2007 Município: _____ Comunidade: _____
 Coordenadas: _____
 Nome do Líder da Comunidade: _____
 Coordenadas: _____

1. Identificação da Comunidade

- 1.1. Nome da comunidade: _____
 1.2. Em que ano foi formada esta comunidade? _____
 1.3. Quem deu o nome para esta comunidade? _____
 1. () Os moradores
 2. () O líder comunitário
 3. () O padre
 4. () O prefeito
 5. () Outros: _____
- 1.4. Qual o significado do nome? _____
- 1.5. Distância (km) / h da Sede (Município): _____

2. Dados Gerais da Comunidade

- 2.1. N° de Famílias: _____ 2.2. N° de Casas: _____

3. Infra-estrutura Comunitária

- 3.1. Que meio de transporte permite o acesso à comunidade:
no verão/seca: 1. () canoa 2. () voadeira 3. () outros: _____
no inverno/cheia: 1. () canoa 2. () voadeira 3. () outros: _____
 3.1.1 A comunidade possui transporte coletivo? Qual: _____
 3.2. Abastecimento de Água: 1. () Sim 2. () Não
 Tipo: 1. () encanada 2. () rio 3. () poço individual 4. () poço coletivo 5. ()
 Observação: _____
 3.3. A água é tratada? 1. () Sim 2. () Não
 3.4. Como: _____
- 3.5. Energia/Tipo: 1. () Gerador Coletivo 2. () Eletrificação rural 3. () outros: _____
 3.6. Como funciona (gasolina/diesel)? _____ Qual a capacidade? _____
 3.6.1. Atende quantas casas? _____ Se não, por que? _____

 3.6.2 Quantos geradores há na comunidade? _____
 3.7. Como é feito para aquisição do combustível? _____

4. Acesso a Serviços Sociais

• EDUCAÇÃO

4.1 Sua comunidade possui escola? 1.() Sim 2.() Não Quantas: _____

4.1.1 Nome da escola? _____

4.2. Quantos alunos estão matriculados? _____ **4.2.1** Multiseriado 1.() Sim 2.() Não

4.3. Horário de funcionamento: _____

4.4. Atende mais de uma comunidades? 1.() Sim 2.() Não Quantas: _____

4.5. Como é feito o deslocamento dos alunos durante a época da **SECA**?

1.() De Barco

4.() De barco recreio

2.() De/voadeira da comunidade

5.() De canoa familiar

3.() A pé

6.() Outros: _____

4.5.1 Como é feito o deslocamento dos alunos durante a época da **CHEIA**?

1.() De Barco

4.() De barco recreio

2.() De/voadeira da comunidade

5.() De canoa familiar

3.() A pé

6.() Outros: _____

4.6 Quem financia a gasolina/barco? _____

4.7 Como é feito o pagamento? _____

4.8. Quantos professores? _____ Todos moram na comunidade? 1.() Sim 2.() Não

4.9. Há jovens estudando fora da comunidade? 1.() Sim 2.() Não

4.10 Por que? _____

• SAÚDE

4.11 Tem posto de saúde? 1.() Sim 2.() Não **Quantos:** _____

4.12 Quantos agentes de saúde? 1.() Sim 2.() Não **Quantos:** _____

4.12.1 Tem transporte para deslocamento de doentes: 1.() Sim 2.() Não

4.12.2 Em caso de urgência qual o município que leva os doentes? _____

4.12.3 Utiliza métodos tradicionais de saúde? _____

4.12.4 Quais? _____

4.12.5 Quais as principais doenças que afetam os comunitários? _____

4.12.6 Quais os problemas em relação ao atendimento de saúde na comunidade?

5. ECONOMIA DA COMUNIDADE

5.1 Possui comércio em sua comunidade? 1.() Sim 2.() Não **Quantos:** _____

5.2. Em caso positivo: o que vendem? _____

5.3. De onde vem a onde vem a mercadoria? _____

6. Organização Social e Política

6.1 Tipos de Associações existentes:

Nome/Tipo	Legalizada	Órgão	Ano de Criação	Nº de Sócios	Nº Mulheres	Nº Homens	Paga Taxa/Qnto?
1.	1.() Sim 2.() Não						

6.1.1. Objetivo da Instituição

01: _____

6.1.1.1 Quem apóia nas ações?

6.1.1.2. Quais as instituições que a associação estabelece relacionamento? Que tipo de relacionamento?

5.1.2. Objetivo da Instituição 02:

6.1.2.1 Quem apóia nas ações?

6.1.2.2. Quais as instituições que a associação estabelece relacionamento? Que tipo de relacionamento?

6.2. Quais os principais problemas da organização?

6.3 Instituições atuantes na Comunidade

Instituições (governamentais e não-governamentais)	Atividades, Programas Perfil da comunidade	Nº Participantes

Outras observações:
